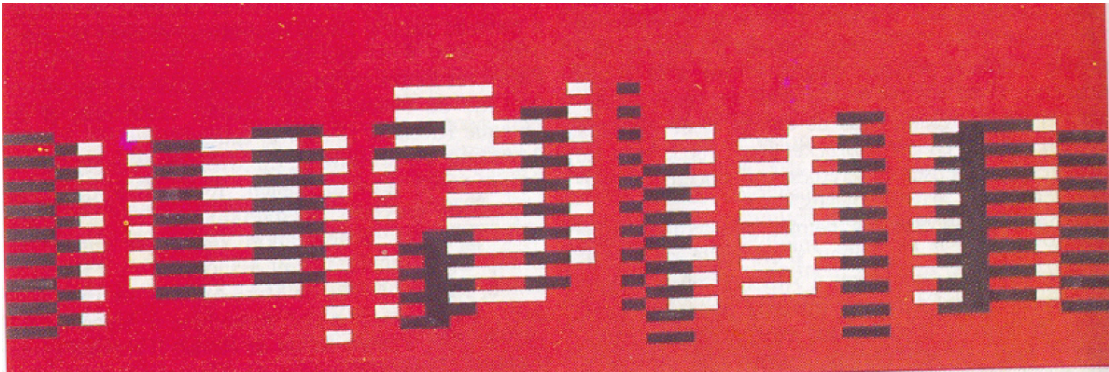


Emília Mendes-Lopes

CONTRIBUIÇÕES AO ESTUDO DO CONCEITO DE  
FICCIONALIDADE E DE SUAS CONFIGURAÇÕES  
DISCURSIVAS.



Belo Horizonte  
Faculdade de Letras – UFMG  
2004

Emília Mendes Lopes

# CONTRIBUIÇÕES AO ESTUDO DO CONCEITO DE FICCIONALIDADE E DE SUAS CONFIGURAÇÕES DISCURSIVAS.

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Estudos Lingüísticos da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gérias, como requisito parcial para a obtenção do título de doutor em lingüística.

Área de concentração: Lingüística  
Linha de pesquisa: Análise do Discurso  
Orientadora: Profa. Dra. Ida Lúcia Machado

Belo Horizonte  
Faculdade de Letras da UFMG  
2004

**Dedico este trabalho:**

Àqueles que sabem que a vida,  
sem um toque de ficcionalidade,  
é um barco sóbrio, remado, a duras penas, pelos soldados do tédio,  
singrando um mar cinza, espesso e de difícil navegação.

Àqueles que sejam bem-humorados, espirituosos & sarcásticos.  
(E que esse bom humor se estenda a ponto de suportar  
ser mencionado na dedicatória em uma tese...)

Também dedico este trabalho, munida do mais alto grau de solidariedade,  
A todos os sobreviventes da TESE,  
grupo do qual talvez faça parte de agora em diante.

## AGRADECIMENTOS

Nas teses, o ato de agradecer, em geral, é quase sempre desprovido de emoção, embora a função do agradecimento devesse ser exatamente «emocionar». Infelizmente, nem sempre nossa gratidão pode ser expressa da forma e com a intensidade que julgaríamos representativas do que sentimos. A seção «agradecimentos» é quase sempre um amontoado de frases protocolares, burocráticas, por vezes tão envernizadas que o público externo nem pode entender o porquê daquele reconhecimento ou homenagem. Assim, resolvi fazer um agradecimento prosaico... O que há para agradecer em um trabalho desse porte? Por onde começar?

Uma tese, a meu ver, está de uma forma ou de outra ligada às pessoas, aos fatos que nos circundam e à história que é construída nessas relações: vivemos na rotina angustiante da aquisição do conhecimento; passamos pelo desafio da busca de um artigo ou livro que brinca de esconde-esconde com a gente (e é justamente aquele «texto», achamos, que vai «salvar» a nossa vida); encontramos paradoxalmente conforto e desconforto na sala do orientador, mas também cortesia, compreensão e amabilidade nas relações com ele (pelo menos é o que se espera); os comentários, as opiniões e os valiosos e cruciais desabafos na cantina entre um intervalo e outro, em geral

regado a um café de péssima qualidade.... No transcorrer de quatro anos, são tantas as pessoas que perpassam nossa existência que se torna difícil, em uma mera e pálida folha branca, enumerar e homenagear a todas; mesmo porque algumas merecem como homenagem bem mais que um nome impresso num contraste branco e preto xerocado em "n" cópias.

Não deve ser de bom tom fazer uma citação na seção dos agradecimentos, mas pensamos que gostaríamos de fazer nossas, as palavras de Lakoff & Johnson (2002:39) apresentadas nesta mesma seção da referida obra por eles publicada: "As idéias não surgem do nada. Em linhas gerais este livro representa uma síntese de várias tradições intelectuais e evidencia a influência de nossos professores, colegas, alunos e amigos." Assim como na citação dos referidos autores, esta tese não saiu do nada, ela tem a influência de várias pessoas que nos cercaram e, sobretudo, nos apoiaram durante este percurso. Assim, em primeiro lugar, gostaria de agradecer: aos que já pensaram sobre o assunto, por terem podido construir o conhecimento no qual me baseio; a todos os professores que já tive, pelos ensinamentos; a todos os colegas (não só do Núcleo de Análise do Discurso como também do curso de Pós-graduação) e amigos, pela paciência em ouvir minhas elucubrações e pela amizade.

Gostaria de fazer um agradecimento especial à Profa. Dra. Ida Lúcia Machado. Seria quase impossível enumerar as excelentes lições que pude

obter ao seu lado, já que nossos passos passaram a trilhar os mesmos caminhos a partir de 1993. Com toda certeza, posso afirmar que a Profa Ida é a pessoa mais significativa na minha carreira acadêmica.

Sempre se mostrou uma professora extremamente bem informada, atualizada e em sincronia com as teorias atuais, mas com a lucidez necessária para reconhecer quais são os avanços que realmente importam. Devo elogiar seu vanguardismo ao criar o Centro, e mais tarde, Núcleo de Análise do Discurso, que foi de grande valia para a minha pesquisa e, acredito, importante para as pesquisas de inúmeros outros colegas. Devo ressaltar o mérito dos convênios por ela firmados com Paris XIII, pois foram de suma importância para mim e para vários alunos, pois possibilitaram um rico contato com professores de Universidades Européias e, com isso, um desenvolvimento considerável nas pesquisas em Análise do Discurso.

Para mim, foi uma verdadeira educadora, mostrou os caminhos da pesquisa e do conhecimento de forma muito aberta, sem querer guardá-los para si, sem censuras, sem imposições teóricas, sem cobranças de filiações a determinadas linhas de pensamento. Sempre soube valorizar meus trabalhos (e de meus colegas também), incentivado as rotas do exequível e advertido para os caminhos possivelmente improdutivos.

Posso dizer que uma de suas maiores lições no mundo da pesquisa foi me ensinar a liberdade da escolha (que não é tão livre assim...) e me fez ver

as conseqüências dessa liberdade. É muito mais difícil projetar e trilhar seu próprio caminho, pois é você quem escolhe, sofre, erra a direção, pode corrigir os trajetos, acerta, erra novamente, faz um grande acerto a partir do erro e assim vai: na minha opinião, é nisso que consiste o processo de aprendizagem e amadurecimento, logo, do fazer científico. Se um orientador dá todas as pistas do mapa da caça ao tesouro, a aventura fica sem graça e sem o valor da conquista. Poderia dizer que a Profa. Ida soube dar as pistas certas ou omitir pedagogicamente algumas outras, nos momentos convenientes. Convenhamos, saber o "tempo" exato de interferir ou recuar na orientação de um trabalho é uma tarefa de difícil execução, é uma qualidade que poucos possuem. Posso dizer que tive a sorte de estar ao lado de alguém com tais predicados.

Considero que um de seus mais representativos ensinamentos ( e espero que ele valha também para os pesquisadores iniciantes) seja: Você deve aprender a gerir a sua pesquisa, caso contrário, no seu futuro, você não saberá ser um pesquisador competente e independente. É preciso entender, e a profa. Ida pôde mostrar-me isso, que uma tese (ou uma dissertação) não é um produto definitivo - a pesquisa está sempre em continuidade, em transformação. Uma tese é somente um ritual pelo qual todos devemos passar para sermos aceitos, institucionalmente, como pesquisadores (mas devo dizer que existem rituais e rituais de iniciação...). Na minha opinião, é essa postura que um pesquisador deve ter e a Profa Ida soube, como poucos o sabem,

ensinar-me essa liberdade. Agradeço, sinceramente, todos estes ricos anos ao seu lado e espero que possamos desenvolver muitos outros trabalhos em conjunto.

Na execução de uma pesquisa de doutorado existem, fora das exigências formais da Academia, as relações humanas, ou mais explicitamente, o lado nevrálgico de nossas experiências vividas naquele espaço de tempo. Estão aí inseridas as relações de amizade, empatia e até mesmo sinergia que podemos desenvolver uns em relação aos outros. Nessa esfera, devo demonstrar a minha profunda gratidão pelos professores Ida Lúcia Machado (novamente) e João Bosco Cabral do Santos. Após um temporário descrédito da validade de minha pesquisa ocorrido na defesa de minha dissertação de mestrado, estes professores confiaram em mim, acreditaram em meu trabalho quando ninguém mais acreditava, respeitaram a minha vontade de prosseguir em um tema complexo, quando quase todos apostavam que eu não seria capaz, que fracassaria. A força e a confiança que estes dois professores depositaram em mim foi crucial para a continuidade de minha jornada na pesquisa e diria que nunca serei capaz de agradecer-los merecidamente. Sem a credibilidade que estes verdadeiros amigos depositaram em mim, talvez tivesse desistido de uma carreira na área de Letras.

Agradeço também ao prof. Dr. Hugo Mari, que foi meu primeiro orientador no programa de Iniciação Científica do CNPq, em 1992, cujo projeto



tinha um título bem peculiar: “o sentido da droga e droga do sentido”. Foi naquela época que, de uma maneira ou outra, comecei a ter contato com textos que apontavam para a Análise do Discurso, ou seja, podemos considerar este trabalho de Iniciação científica o primeiro passo teórico para o trabalho na linha de pesquisa em A.D. Nossa convivência se estendeu da graduação até o curso de doutorado. Assim, agradeço-lhe, em nome de todos esses anos, os seus ensinamentos, o seu pronto atendimento, as suas sempre lúcidas considerações, a sua amizade e as valorosas contribuições no campo teórico.

Gostaria de agradecer ao CNPq e ressaltar o importante papel deste órgão. Tive bolsas de Iniciação Científica (1992-1995), Mestrado (1998-2000) e Doutorado (2000-2004) e os fomentos oferecidos por esta agência foram de suma importância na minha formação acadêmica. Agradeço também ao convênio CAPES/COFECUB que me proporcionou um Doutorado Sanduíche de seis meses na Universidade de Paris XIII na França, sob a orientação do Prof. Dr. Patrick Charaudeau.

Durante a minha permanência na Universidade de Paris XIII, devo agradecer ao Prof. Dr. Charaudeau e a toda a equipe do *Centre d'analyse du Discours* (CAD) pela acolhida tão simpática e amável. Agradeço também por todas as contribuições teóricas, pela ajuda e orientação dada, e sobretudo, pela gentileza e pelo respeito com que nosso grupo foi tratado.

Agradeço ao Prof. Dr. Antoine Auchlin (Universidade de Genebra) pelas conversas sobre o tema e também por mostrar a importância de uma visão experiencialista do discurso. Este fato foi de grande valia para poder organizar a visão de ficcionalidade aqui exposta.

Gostaria também de agradecer à Faculdade de Letras como um todo; aos funcionários da secretaria de Pós-graduação em Estudos Lingüísticos pela gentileza, pelo respeito, pela educação e pelo pronto atendimento com que sempre me atenderam; aos funcionários da Biblioteca, sempre muito prestativos e atenciosos.

Já que me propus a fazer um agradecimento prosaico, cabe aqui acrescentar só mais “um dedo de prosa”. Gostaria de fazer um agradecimento a meus pais, mas para fazer isso, devo contar uma história relativamente longa, caso contrário, a razão do agradecimento será ininteligível. Assim, caro leitor, caso você já esteja cansado deste longo agradecimento e já esteja afoito para ler as árduas teorias que serão aqui apresentadas, concedo-lhe licença para ignorar esta parte e seguir adiante. Aos que ficarem, agradeço a paciência e espero que minha pequena narrativa lhes apeteça.

É senso comum dizer que a escolha de um tema de pesquisa é um procedimento científico, que parte da observação da realidade e depois é analisado a partir de regras sugeridas pelo método - o que ocorre, geralmente, em uma idade adulta. Devo dizer que no meu caso não foi bem assim (imagino

que o mesmo tenha acontecido a outras pessoas também)... Antes mesmo de saber ler, o problema da ficcionalidade já flertava comigo. A primeira vez que essa incógnita da ficção e da realidade assolou (talvez o termo correto seja «assombrou») a minha vida, foi na infância. Bom, várias crianças também têm este mesmo problema, não seria de se estranhar... mas nem todas, em idade adulta, fazem teses a respeito.

Morei em uma fazenda até os seis anos de idade e depois de ir para a escola na cidade, sempre passava as férias lá. Ouvia muitas histórias, desde contos de fadas e outras narrativas infantis até histórias sobre personagens locais, sobre fazendas da região, sobre coisas que não existiam mais, linhagens que se extinguiram, transformações das cidades vizinhas, enfim, sobre os mais diversos assuntos. Sempre ficava me perguntando, quando ouvia aquelas histórias, o que tinha de real e o que era invenção da gente daquele lugar. Além das minhas suspeitas, existiam sempre os fatos que não podiam ser ouvidos por crianças e, por causa destes segredos velados, as histórias eram contadas de forma incompleta, o que só aumentava a dúvida entre o que era real - e o que não era - em tais narrativas.

Fora isso, havia uma peculiaridade: o meu pai era 74 anos mais velho que eu e minha mãe era 50 anos mais nova do que ele. É possível imaginar a diversidade de crenças e valores com os quais se convive quando se têm diferenças tão grandes. Só para ilustrar, a forma de falar e o vocabulário

usado pelo meu pai era singular, tinha parado mais ou menos nos anos 1940; os valores morais também. Desde a mais tenra idade, via os pais das outras crianças e achava que aquilo que eu vivia não era real, que não vivia na mesma realidade das outras pessoas, minha vida parecia saída de um velho livro, de preferência algum de García Márquez. Estava lá meu pai: nascido no fim do século XIX, fazendeiro, cheio de memórias reais e também de memórias possíveis que a idade embaralhava, tinha testemunhado praticamente um século inteiro de transformações, e diga-se de passagem, o século XX foi bastante pródigo em acontecimentos.

Uma pessoa como ele, evidentemente, tinha que ter as suas lendas pessoais. E as histórias não eram poucas. A cereja do bolo era a história do pacto que fizera com o demônio para enriquecer, que explicarei mais tarde. Prezado(a) leitor(a) rogo-lhes ainda um pouco mais de paciência. Ainda são necessários alguns índices contextuais.

Na época da colheita de café, vinham pessoas da região para trabalhar na lavoura, que não era mecanizada como hoje. Com os grupos, vinham senhoras que faziam um trabalho mais leve e ficavam durante toda a jornada de trabalho contando histórias. Tinha as narrativas que só poderiam ser contadas à noite, à beira do fogo (para isolar a presença do diabo), sob pena de uma maldição recair sobre a família. Portanto, para a total frustração da minha curiosidade exasperada, nunca cheguei a ouvir nenhuma delas, por mais que

insistisse veementemente... Acho que o diabo tinha argumentos mais convincentes do que os meus...

Adorava quando elas contavam as histórias sobre meu pai, que na época já devia ter seus quase 80 anos. Era de se esperar que na condição de patrão, dono da lavoura, ele seria o vilão. Havia histórias para todos os tipos de temores e sustos: pacto com o diabo (já citada), abuso de poder para comprar terras, tortura de criancinhas, recém-nascidos enterrados vivos no quintal da casa, posse de escravos no passado, jagunços e matadores de aluguel que lhe prestavam serviços, crueldade em todos os sentidos, festim com prostitutas, e mais todo um rol de maldades possíveis dignas de qualquer «ser do mal» de histórias nas quais o bem sempre vence.

Para mim, a história do pacto com o diabo foi a mais frutífera, principalmente porque tinha mais ou menos uns cinco ou seis anos de idade e nada pra fazer em uma fazenda. Nessa idade a gente não sabe muito bem no que acreditar, mas lembro-me de que minha mãe dizia que não existia Diabo “personificado”, que era uma «idéia», mas eu não entendia muito.

Estas verdadeiras contadoras de histórias que eram as senhoras às quais me referi acima, contaram-me que o pacto fora feito através de uma oração rezada por um ano, dia após dia e que toda sexta-feira, à meia-noite, um cavaleiro vestido de negro passava pela fazenda para assegurar o pacto e que iria, um dia, levar seu pagamento: a alma do meu pai. Ficava curiosíssima

para saber como era uma oração de pacto com o diabo, deveria ser algo inimaginável. Perguntava à minha mãe e ela dizia que era mentira, que eram histórias; Perguntava ao meu pai e ele, por sua vez, dava um sorriso discreto, com um ar sarcástico de mineiro velhaco, e não dizia nada.

Após um verdadeiro trabalho de detetive mirim, fiz «entrevistas» com pessoas que vinham ocasionalmente à fazenda (secretamente, claro), com as senhoras que colhiam café (pareciam verdadeiras “bruxas” saídas de contos de fadas”), com outros empregados da fazenda...e assim por diante. Fui chegando à conclusão que naquela história havia vários indícios de «verdade», inclusive a real existência do cavaleiro de negro (o diabo disfarçado) que passava pela fazenda sempre às sextas feiras à meia-noite (e que após várias tentativas de permanecer acordada, consegui ver! – depois não dormi mais, estarecida de medo, a idéia era real!). Faltava a oração do pacto, que segundo as colhedeiras de café ficava trancada num cofre que meu pai tinha. Ele era azul, enorme (para a minha estatura), um segredo impenetrável...isso, para, uma criança era um prato cheio. Insistia nas perguntas. A minha mãe dizia que aquilo não existia, que era invenção do povo do lugar e que meu pai endossava as histórias para que as pessoas tivessem medo dele. Já meu pai, não dizia nem que era verdade, nem que não era, às vezes até mesmo lançava mais algum ingrediente ambíguo recheado de mais um sorrizinho sarcástico. Para uma criança, era uma questão difícil. Por muitos dias e noites busquei na minha

pueril vida de campesina a resposta à questão: Como a gente sabe o que é real e o que não é? Juntava fatos, como em um quebra cabeças, mas não conseguia desvendar o mistério. Com o passar do tempo, outras situações foram surgindo, a mesma dúvida se repetindo e aquela pergunta acabou virando quase uma melodia em minha cabeça: o que é real e o que não é...o que é real e o que não é....

Aos seis anos fui para a escola, tantas outras histórias foram ouvidas e lidas, o tempo foi passando e eis que um dia meu pai me dá uma oração para eu rezar, pois ele tinha rezado a oração por um ano.... tremi. A prova estava ali! Foi uma grande decepção, não passava de uma ladainha cheia de «virgem Maria», «são não sei o quê» e «Jesus». Nenhuma menção ao diabo... Restava o «cavaleiro de negro»: também não era o diabo, eram pessoas que passavam pela fazenda durante a noite, para irem a outras fazendas vizinhas. Mistério desvendado, história acabada! Ledo engano, uma história acaba e outras começam. A semente da dúvida já estava ali, geminada, fincando raízes e se transformando em uma árvore frondosa. O vento que bate em suas folhas parece sempre assoviar a canção: o que é real e o que não é...o que é real e o que não é....

Toda essa longa história, tantos anos passados e encontro-me, ainda hoje, tentando responder a essa questão, agora com um pouco mais de método, com uma instituição envolvida e tudo o mais. Assim, gostaria de

agradecer aos meus pais, mas não sei exatamente pelo quê: se pelo despertar para a indagação «científica» ou pelo «trauma» - essa questão da ficcionalidade tem me «perseguido», reconheçamos, por um tempo razoável. No fundo, talvez eles mereçam um obrigado pelas duas coisas, elas são complementares.

Então fico pensando: será que querendo seguir uma tradição familiar de pactos, o meu não tenha sido feito com o Demônio da Teoria em vez de fazer um pacto com o demônio para ter sucesso na descoberta da teoria e fazer uma boa tese? Bom, mas esta já é uma outra história...

Aos leitores que tiveram a paciência de me seguir até aqui, muito obrigado. Espero que não tenha sido demasiado enfadonha.





## RESUMO

O objetivo de nossa pesquisa é mostrar que a ficcionalidade pode ser um fenômeno da comunicação em geral, e não somente uma ocorrência restrita às artes, vistas de forma ampla. Em tal linha de pensamento, poderíamos encontrar a ficcionalidade em vários gêneros de discurso, sejam classificados com estatutos factuais ou ficcionais.

Definimos ficcionalidade como sendo a simulação de uma situação possível. Como decorrência de tal demarcação, postulamos a existência de três tipos de ficcionalidade: *constitutiva* (é inerente aos fenômenos em que ocorre – por exemplo, a língua, o sistema numérico etc.); *colaborativa* (ocorre em gêneros de discurso cujo estatuto é factual – por exemplo, publicidades, discurso didático etc.); *predominante* (está presente em gêneros de discurso cujo estatuto é ficcional – por exemplo, piadas, charges, contos, romances etc.).

O tratamento teórico dado à noção de ficcionalidade foi feito a partir da Teoria Semiolingüística de P. Charaudeau. Nesta perspectiva, no atual estágio de nossa pesquisa, concluímos que a ficcionalidade é determinada e influenciada por conceitos e noções tais como: situação de comunicação, contrato situacional, restrições genéricas, efeitos de real e efeitos de ficção, estilo, identidades social e discursiva, dentre outros.

## RÉSUMÉ

Le but de notre recherche est voir la fiction en tant que phénomène de la communication en générale. Dans cette perspective, la fictionnalité pourrait apparaître dans les genres de discours dont le statut soit factuel ou soit fictionnel.

La fictionnalité, ou mise en fiction, se caractérise pour être la simulation d'une situation possible. À partir de ce point de vue, on peut postuler trois types de fictionnalité: *constitutive, colaborative et prédominante*

Pour définir le mécanisme d'action de la fictionnalité, on a utilisé la Théorie Sémiolinguistique développée par P. Charaudeau. Dans le stage actuel de notre recherche, on a conclu que la fictionnalité peut être déterminée et influencée par des concepts et des notions tels que: situation de communication, contrat situationnel, des enjeux des genres de discours, des effets de réel et des effet de fiction, le style, les identités sociales et discursives etc.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Ilustração 1: Fonte: Manguel & Guadalupi (2003: 446).....	127
Ilustração 2: detalhe do mapa «conhecimento» In: Swaaij & Klare (2004:21)	128
Ilustração 3: Joana D´arc - in: Revista Cláudia, nov./2001.....	139
Ilustração 4: Jornal Balcão. Edição nº 1350 – 20 a 23 de julho de 2003.....	140
Ilustração 5: Angeli - In: Folha de São Paulo, 11/03/2003 .....	142
Ilustração 1: Situação de comunicação e os sujeitos da linguagem .....	147
Ilustração 2: Glauco – Folha de São Paulo, 23/05/2003 .....	150
Ilustração 3 : A ficcionalidade no mundo da linguagem .....	153
Ilustração 4: Joseph Albers. «figure» (1925), Bâle, Kunstmuseum.....	155

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	23
Preâmbulo .....	25
1- Breves indagações sobre como percebemos o factual e o ficcional .....	31
 <b>PARTE I: A (RE)CONSTITUIÇÃO DO CONCEITO DE FICCIONALIDADE</b> .....	 46
 <b>2 - Ficção: o que é isso?</b> .....	 47
2.1 – Antigas ficções .....	48
2.2 – Contemporâneas ficções .....	52
2.3 – Ficção, mentira e polidez .....	56
2.4 – Considerações finais .....	60
 <b>3- Os mistérios por detrás da cortina</b> .....	 61
3.1 - O sinuoso caminho entre o camarim e o palco .....	62
3.2 - Revolver o pó: o estabelecimento da pesquisa bibliográfica .....	65
3.3 - Ensaio: a busca das marcações mais apropriadas .....	68
3.4 - Ficcionalidade: seu passado te condena? .....	71
3.5 - Em busca do elo perdido .....	72
3.5.1 - A questão dos gêneros .....	74
3.5.2 - A influência dos preceitos católicos no ocidente .....	78

3.5.3 - O efeito da censura em diversas épocas .....	84
3.5.4 - A querela dos objetivistas x subjetivistas .....	88
3.6 - Enfim, subir os degraus que antecedem o palco .....	92
<b>4 – Em busca das teorias perdidas .....</b>	<b>95</b>
4.1 - Teorias que defendem a existência de marcas lingüísticas nos textos ficcionais .....	99
4.2 - Teorias que não reconhecem a existência de marcas lingüísticas nos textos ficcionais .....	106
4.3 – Uma querela sem fim .....	112
<b>PARTE II: CONTRIBUIÇÕES TEÓRICAS AO ESTUDO DO CONCEITO DE FICCIONALIDADE .....</b>	<b>114</b>
<b>5- Ficcionalidade: modos e tipos de ocorrência .....</b>	<b>115</b>
5.1- Definições .....	116
5.1.1 – Breves considerações sobre o uso da ficcionalidade nos dias atuais .....	121
5.1.1.1- Ficcionalidade e prática pedagógica .....	121
5.1.1.2 – A topografia e a imaginação .....	124
5.2 – Intermezzo .....	130
5.3 – Tipologia da ficcionalidade .....	131
5.3.1 – Ficcionalidade Constitutiva .....	131
5.3.2 – Ficcionalidade colaborativa .....	134
5.3.2.1- Metáfora .....	135
5.3.2.2 - Publicidades .....	137

5.3.3 - Ficcionalidade predominante .....	141
5.4- Algumas considerações finais .....	144
<b>6 – A teoria Semiolingüística e a questão da ficcionalidade .....</b>	<b>146</b>
6.1 - Situação de comunicação e os sujeitos da linguagem .....	146
6.2 - Situação de comunicação e ficcionalidade .....	151
6.2.1 - Situação factual .....	156
6.2.2 – Situação ficcional .....	159
6.2.3 - Situação possível .....	161
6.3 - Efeitos de real e efeitos de ficção .....	162
6.4 – Competências e efeitos de real e efeitos de ficção .....	167
6.4.1 - Competência situacional .....	167
6.4.2 - Competência discursiva .....	168
6.4.3 - Competência semiolingüística .....	169
6.5 – Considerações finais sobre a relação ficcionalidade & Semiolingüística .....	170
<b>7 – Ficcionalidade e estilo: algumas considerações do ponto de vista da Análise do discurso .....</b>	<b>172</b>
7.1 – Análise do Discurso e Estilo .....	173
7.2 – Combinações entre ficcionalidade e estilo .....	178
7.3- Ser ou não ser....? .....	180
7.4 – Com que roupa eu vou? .....	183
<b>8- Ficcionalidade e gêneros: classificações instáveis .....</b>	<b>185</b>

8.1 - A questão dos gêneros .....	187
8.2 - Cenas e diários: um estudo de caso .....	189
8.2.1 – A cena englobante .....	189
8.2.2 – A cena genérica .....	194
8.2.3 – Cenografia .....	204
8.3- Gêneros, diários e prefácios .....	205
8.4- Considerações finais .....	208
Anexos .....	209

### **PARTE III: POR UMA INTEGRAÇÃO ENTRE ESTUDOS LINGÜÍSTICOS E ESTUDOS LITERÁRIOS .....**

214

<b>9 – Estudos Lingüísticos e Estudos Literários: bem me queres ou mal me queres? .....</b>	215
9.1 - Entre o bem querer e o mal querer .....	216
9.2 - Leituras possíveis .....	223
9.3 – Considerações finais .....	227

### **CONCLUSÃO .....**

230

### **BIBLIOGRAFIA .....**

237

Referências Bibliográficas .....	238
Pesquisa Bibliográfica .....	247

## INTRODUÇÃO



## PREÂMBULO

Empreender uma pesquisa é, de certa forma, embarcar em uma viagem cheia de surpresas e aventuras. Partimos confiantes e cheios de expectativas, altivos, com nosso roteiro nas mãos: aquele projeto de pesquisa que pensamos ter sido cuidadosamente elaborado e estrategicamente montado. No entanto, como qualquer outro roteiro ou projeto, ele é apenas um prognóstico que nem sempre pode garantir um percurso certo e seguro. Por vezes, é preciso que façamos constantes rearranjos para que o caminho possa ser percorrido sem muitos percalços, ou então, possuir a habilidade de fazer dos percalços, novos caminhos a serem trilhados.

Durante a nossa jornada pela busca de uma explicação para o funcionamento da ficcionalidade, pudemos encontrar muitos portos atracáveis, mas todos eles nos pareceram exigir um pré-requisito: definir o que é ficcionalidade. Em nosso inventário bibliográfico, pudemos encontrar várias vertentes e operar escolhas difíceis. Certamente, a mais complexa foi escolher de qual ponto nos posicionaríamos para tratar do tema, já que tal posicionamento definiria todo o nosso roteiro daquele momento em diante. O

que fazer? Permanecer na planície e contemplar o horizonte ou escalar a íngreme montanha e ter uma relativa visão ampla do relevo?

Após uma longa reflexão desistimos da planície e quisemos arcar com as conseqüências da escalada. Assim sendo, escolhemos estudar o assunto de um ponto de vista da estrutura de uma Faculdade de Letras, ou seja: como os Estudos Lingüísticos e os Estudos Literários vêem o tema. No entanto, esta escolha ainda nos apontou muitas outras...

Dessa forma, num segundo momento, nos posicionamos no mirante dos Estudos Lingüísticos e pudemos ver uma certa carência de estudos sobre a ficcionalidade a partir do referido ponto de vista. Lançamos aí a nossa âncora e, acreditávamos, havíamos definido nosso roteiro, só nos restaria desembarcar a bagagem e explorar o local. Tudo parecia muito pragmático. Naquela ocasião, optamos por analisar os textos que o escritor Moacyr Scliar vem publicando no jornal *Folha de São Paulo*. Nesta coluna, ele elabora textos ficcionais a partir de textos factuais que são publicados no mesmo jornal durante a semana. Assim, estabelecemos dois *corpora*: (1) composto por textos factuais coletados no jornal e citados por Scliar; e (2) composto por textos ficcionais escritos pelo referido escritor. Dessa forma, pensamos que o contraste entre o ficcional e o factual poderia ser estudado em textos construídos a partir do mesmo tema. A coleta dos dados foi feita no período de 22 de junho a 11

de setembro de 2000. Tais decisões nos pareciam ter o conforto da bonança após a tempestade.

No entanto, persistia um problema que seria, a nosso ver, anterior à coleta e classificação dos *corpora* escolhidos: «o que é ficcionalidade?». Na ocasião, não pudemos encontrar nenhuma definição que se propusesse a fazer uma abordagem do conceito de um ponto de vista da Lingüística e/ou da Análise do Discurso. Assim sendo, começamos a fazer dois trabalhos paralelos: um trabalho de busca de definição do termo «ficcionalidade» e uma classificação dos *corpora* selecionados.

A paisagem já estava definida? O segredo dos melhores recônditos já havia sido revelado? Qual o quê? Seguindo a lei matemática na qual duas paralelas nunca se cruzam no infinito, tivemos que fazer uma escolha sobre qual caminho seguir, pois estávamos fazendo duas pesquisas que, embora tivessem muito em comum, não se comunicavam. A impressão que tínhamos era que fazíamos duas teses diferentes. A «impressão» passou a ser «certeza» no momento do Exame de Qualificação. Assim, engavetamos a análise de nossos *corpora*, que naquele momento já tinham sido classificados em um trabalho que já durava três anos e resolvemos nos concentrar em um estudo mais aprofundado sobre a ficcionalidade.

É da natureza de uma pesquisa de doutorado a exigência de quatro anos para a sua realização e pensamos que um bom trabalho sobre a

ficcionalidade levaria, ao menos, uns 10 anos para ser considerado satisfatório. Diante de toda essa situação, restou-nos tomar uma atitude que todo bom viajante deveria adotar: seja prático e objetivo, caso contrário, sua viagem pode ser uma seqüência de desagradados, frustrações, decepções e insucessos.

Foi com esta postura de «viajante prático» que decidimos fazer um trabalho que se prestasse a ser uma introdução ao assunto, que mostrasse os porquês de determinadas posições acadêmicas e que propusesse um esboço de um modelo, calcado na Análise do Discurso – mais especificamente na Teoria Semiolingüística de P. Charaudeau, para a explicação da ficcionalidade.

Considerando que uma pesquisa é uma aventura - e não há aventura sem riscos, optamos pela incerteza de fazer uma tese sem um *corpus* metodologicamente coletado e organizado e decidimos trabalhar com vários exemplos. Na ocasião, pensamos que seria muito mais enriquecedor para os estudos sobre o tema demonstrar a existência da ficcionalidade em diversos gêneros de discurso. A maioria dos textos teóricos por nós lidos associava ficcionalidade, narração e textos literários. Se preservássemos nossos *corpora*, textos jornalísticos e textos de Moacyr Scliar, iríamos na mesma direção que associa a ficcionalidade a textos literários. Interessávamos também explorar outros discursos, ver outros tipos de ocorrências. Às vezes, é mais enriquecedor, durante determinadas viagens, desviar-se do grupo e fazer percursos alternativos...

Reconhecendo aqui a nossa postura de viajante despojado e despretenso, temos plena consciência de que o trabalho aqui exposto é somente a descrição, vista do ângulo das Letras, da ponta do imenso iceberg denominado «ficcionalidade», que existem muitas outras implicações, maciços submersos que nem é possível ainda calcular a profundidade. No entanto, pensamos que mesmo a descrição da ponta do iceberg seria razoável de ser feita, já seria um começo. Sabemos que não é possível abordar todos os ângulos, que temos limitações, mas esperamos que este trabalho possa dar uma pequena contribuição ao estudo sobre o tema no Brasil. Com um pouco de otimismo, por que não pensar que ele também possa contribuir para a pesquisa de alguém que saiba ler a nossa língua. Talvez, para nós, fosse o momento de reconhecer as nossas próprias limitações, algumas até mesmo em termos de maturidade para tratar do tema devido a uma carência de estudos mais aprofundados. Em outros termos: icebergs são misteriosos e é preciso saber reconhecer que, para um neófito viajante dos trópicos, a água dos pólos pode ser demasiado gelada para determinados mergulhos.

Não podemos conhecer o mundo em uma só viagem. Apreciamos um tipo de viajante que, primeiro, se instala em um local para desfrutar dos sabores e dissabores que um lugar oferece, para só então partir levando aquele instante precioso, nunca mais revivido ou reconquistado, mas que será inesquecível. Para nós, uma tese cumpre o mesmo processo: é um momento

único de visão e de vivência daquilo que pesquisamos. Esperamos que tenhamos podido mostrar àqueles que se interessam pela ficcionalidade um pouco desse universo no qual nos instalamos temporariamente.

Para aqueles que queiram se lançar na aventura da pesquisa sobre o tema, há sugestões de roteiros iniciais na seção que nomeamos «Pesquisa Bibliográfica» na segunda parte da Bibliografia. Esperamos que possam ser pontos de partida originais. Para aqueles que queiram seguir o roteiro aqui esboçado, esperamos que consigamos agradá-los com nossas palavras e escolhas.



## 01

BREVES INDAGAÇÕES SOBRE COMO PERCEBEMOS O  
FACTUAL E O FICCIONAL

Gostaríamos de iniciar formalmente nossa reflexão com a seguinte pergunta: como distinguimos um texto ficcional de um texto factual? Na nossa opinião, esta não é uma questão que se possa responder de imediato, em claro e bom tom. No entanto, tentaremos assinalar aqui alguns dos caminhos pelos quais é possível trilhar ao tentarmos responder a tal indagação. Assim sendo, para fazermos uma introdução ao tema, procederemos a um breve exame dos fragmentos de texto abaixo:

- i. "Um francês foi coroado ontem como Rei dos Mentirosos 2002 pela academia dos mentirosos de Moncrabeau, França. Receberá como recompensa o privilégio de "mentir impunemente a todo momento e em qualquer lugar". Gunther Clasen, o rei destronado contou que teve um ano lamentável: sua mulher não acreditava em uma palavra do que dizia." <sup>1</sup>
- ii. "Os visitantes acorrem em grande número, curiosos para ver a máquina de morrer, um complicado dispositivo com tubos, canos e mostradores. A todos, ele explica, pacientemente, como funciona o equipamento. E o faz em tom didático porque, como sempre gosta de repetir, está lidando com fatos da vida. Explica, por exemplo, que seu

---

<sup>1</sup> Texto factual. Folha Online, 05 de agosto de 2002

monóxido de carbono é absolutamente puro, não como aquele emitido pelos motores de automóveis, que contém impurezas, entre elas hidrocarbonetos cancerígenos. Não, o equipamento é limpo, higiênico e garantido." <sup>2</sup>

- iii. "Alguém se aproxima de Andy e sorri. A contrapartida é um sorriso, naturalmente. Outra pessoa passa carrancuda, e Andy subitamente muda de expressão. Todos se espantam com sua habilidade de reagir aos humores humanos. Porque Andy é um robô, a versão atualizada de um projeto conduzido na Universidade do Texas." <sup>3</sup>
- iv. "Outra "roxinha" que me alegrou, como marca exata de cachaça (januária, franciscana boa), e trouxe mais largura. Quando você vier, meu telefone (de casa) é este: 47-3360. o endereço será fornecido na ocasião, pois é complicado; moro muito defendidamente, escondido nos grotais de um altozinho, depois de muita volta, nas batoqueiras da caatinga. Vivo num istmo, sofrendo o mar e me lembrando do campo. Mas tenho janelas que dão para um matinho, bamburral e amendoeiras bravas; lá vêm pássaros, borboletas, e existem alguns dignos gatos independentes." <sup>4</sup>
- v. " Economista paga R\$ 200 para quem «resgatar» Rolex na Lagoa (RJ). Depois de descobrir que o assaltante que lhe roubara o relógio portava um revólver de brinquedo, um homem corre atrás dele, joga-o dentro de uma lagoa poluída e o faz procurar o relógio. Oferece ainda R\$ 200 para quem encontrar o Rolex. Enquanto mergulham em busca de um dinheiro extra, a uma semana do Natal, os personagens olham para cima e pedem ajuda ao Cristo Redentor. A cena não faz parte de um filme. Foi presenciada por quem passou na lagoa Rodrigo de Freitas no final da manhã." <sup>5</sup>

---

<sup>2</sup> Texto ficcional. Moacyr Scliar In: Folha de São Paulo, cotidiano, 27 de janeiro de 2003 (texto elaborado a partir da matéria: "Médico lança máquina de morrer em congresso de eutanásia." Folha Online, 07 de janeiro de 2003)

<sup>3</sup> Texto factual. Folha de São Paulo, Ciência, 18 de fevereiro de 2003.

<sup>4</sup> Texto factual. Carta escrita por Guimarães Rosa a Paulo DANTAS (1975:55).

<sup>5</sup> Texto factual. Folha Online, Cotidiano, 18 de dezembro de 2002



- vi. "O soldado agonizava; seu companheiro entre os fedayin soluçava, por compaixão, enquanto o amigo se debatia de dor. As balas norte-americanas o haviam atingido nas pernas e uma médica estava tentando lentamente, com cuidado infinito, remover a bota dianteira do seu pé. Ele se recusava a gritar, se recusava a mostrar o sofrimento pelo qual estava passando, embora seus olhos estivessem cerrados enquanto a mulher trabalhava na bota, desfazendo os laços e temendo cortar a perna de sua calça por medo daquilo que poderia encontrar."<sup>6</sup>
- vii. "Profunda reflexão de Iberê. Fico esperando. Até que ele diz: após a realização de um quadro, ou de uma série, segue-se um esvaziamento que por seu turno é substituído por uma gestação que se processa, e o período criador renasce então. Você tem a mesma experiência?  
 \_\_\_ Igual. Sinto um esvaziamento que quase se pode chamar sem exagero de desesperador. Mas para mim é pior: a germinação e a gestação podem demorar anos, anos esses em que feneço. (...)"<sup>7</sup>

Observando os fragmentos anteriormente transcritos e deles suprimindo, momentaneamente, as notas em que estão contidos os dados paratextuais, poderíamos nos perguntar: o que os distinguiria e o que os tornaria factuais ou ficcionais? Quais mecanismos lingüísticos, discursivos e situacionais colocaríamos em ação para operar tal identificação? Ao lermos os trechos acima, haveria algum tipo de "competência" que nos indicaria as convenções ali efetuadas?

---

<sup>6</sup> texto factual. "A estranha batalha pelo aeroporto de Bagdá" Folha de São Paulo, 5 de abril de 2003, p. A 24.

<sup>7</sup> Texto factual. Entrevista de Iberê feita por Clarice Lispector (1992:108)

Com o intuito de fazer uma investigação que nos auxiliasse a refletir sobre o reconhecimento do estatuto de um texto, procedemos à aplicação, informal, de um pequeno questionário contendo os fragmentos anteriormente citados. Foi pedido aos alunos da disciplina "*Seminário Tópico Variável em análise do Discurso: Gêneros Transgressivos*"<sup>8</sup> que identificassem, empiricamente, a factualidade ou a ficcionalidade em tais textos. Vale dizer que, naquela ocasião, não foram fornecidos os dados paratextuais e havia espaço, no formulário, para eventuais comentários. A sondagem foi feita no dia 03 de dezembro de 2003 e pudemos contar com 11 informantes.

Pretendemos usar o resultado desse desprezioso experimento somente para ilustrar nossa discussão, para mostrar como se dá o questionamento sobre o tema, pois pensamos que o número de informantes não poderia caracterizar um resultado de pesquisa representativo. A seguir, teceremos alguns comentários sobre os trechos acima citados e os relacionaremos com as respostas que obtivemos no supracitado questionário.

À primeira vista, o *fragmento (i)* nos pareceria factual: temos uma referência de tempo (2002); lugar (Moncrabeau, França); o testemunho de uma pessoa - Gunther Clasen; uma instituição, por mais incomum que ela seja - Academia dos Mentirosos de Moncrabeau. Seríamos talvez levados a pensar que se tratasse de uma notícia de jornal. Por outro lado, um escritor que

---

<sup>8</sup> Disciplina ministrada pela Profa. Dra. Ida Lúcia Machado no curso de Pós-graduação em Letras – lingüística, Faculdade de Letras –UFMG, no segundo semestre de 2003.

pretendesse dar um ar realista à sua obra poderia se valer dos mesmos recursos: faria uma localização no tempo presente, colocaria uma referência a um lugar ou a uma instituição etc. Assim sendo, o mesmo fragmento poderia ter as duas classificações: se estivesse inserido em um romance, por exemplo, seria ficcional; por outro lado, se estivesse publicado em um jornal, uma das alternativas possíveis, seria factual.

Pudemos observar no questionário aplicado o reflexo dessa dupla possibilidade. Cinco pessoas classificaram o texto como factual e cinco pessoas o classificaram como ficcional. Somente uma pessoa se absteve. Nos comentários dos informantes, notamos que ora os argumentos relacionavam o uso da narração e o fato –avaliado por alguns como «incomum» - de haver um “Rei dos mentirosos” para justificar a ficcionalidade; ora referiam-se à alusão de dados referenciais como «data» e «local» para indicar a factualidade.

O *fragmento (ii)* não apresenta referências espaciais nem dados temporais que designassem uma pontualidade como no exemplo anterior. São mencionados dados de um saber científico, como, por exemplo, o grau de pureza do monóxido de carbono e seu efeito no organismo. Contudo, não seria possível identificar a existência ou não da «máquina de morrer» mencionada no texto. De um lado, devido à forma predominantemente narrativa do texto, seria aceitável argumentar que fosse um texto ficcional; mas, por outro lado, seria também plausível dizer que se tratasse de um texto factual no qual se

pretendesse relatar, de forma personalizada, mais um lançamento tecnológico para ser utilizado na área de equipamentos hospitalares. Isso seria possível, por exemplo, num relatório de uma feira ou congresso científico. Observa-se, nesse caso, que a utilização do modo de organização narrativo do discurso<sup>9</sup> não seria exclusivo de um texto ficcional ou de um texto factual.

Do ponto de vista de nosso experimento, tivemos seis informantes que classificaram o fragmento como factual, quatro que o apontaram como ficcional e uma abstenção. Dentre as justificativas para a factualidade dos textos, pudemos encontrar argumentos do gênero: objetividade do conteúdo, notícia de jornal, texto retirado de informe científico, entre outros. Por outro lado, a justificativa em função da ficcionalidade se deu, segundo os informantes, devido à existência de narração e de descrição.

O terreno ainda continua nebuloso, é bem verdade. Lendo o *fragmento (iii)*, e considerando a sua forma narrativa, poderíamos pensar que o texto é ficcional. Até poderíamos ilustrar a nossa posição apoiando-nos no recurso a uma competência discursiva capaz de permitir dizer que tal narrativa nos remeteria aos autômatos do séc. XIX descritos em alguns contos de E. Allan Poe<sup>10</sup> ou então a alguma criação robótica de romance de ficção científica. Mas existe um dado espacial concreto: Universidade do Texas. Embora seja possível localizar tal universidade, ela pode figurar tanto em um texto factual quanto em

---

<sup>9</sup> Cf. Charaudeau (1992: 709-777)

<sup>10</sup> Como exemplo, podemos citar o conto "o jogador de xadrez de Maelzel" In: POE, Edgar A. Histórias extraordinárias. São Paulo: Abril Cultural, 1981. (trad. Brenno Silveira e outros)

um ficcional. Da mesma forma que no fragmento (ii), poderíamos também pensar que se tratasse de um relato das novidades apresentadas em uma feira ou em um congresso.

Na opinião de nossos informantes, oito deles classificaram o texto como factual, dois o determinaram ficcional e apenas um se absteve. De acordo com as pessoas que contribuíram no questionário, a justificativa para a factualidade dos textos pode ser assim resumida: atualmente, na mídia, há uma considerável quantidade de notícias sobre a construção de robôs e este fragmento poderia ser mais uma dessas publicações. Para os que classificaram o texto como ficcional, a narração seria o fator determinante.

O *fragmento (iv)* não apresenta muitos dados que possam ser explorados a favor da ficcionalidade ou da factualidade. De um lado, temos um estilo que poderia se aproximar do literário e, de outro, um estilo que poderia sugerir uma correspondência pessoal. Há um número de telefone, mas não é mais o padrão atualmente usado, logo, como não há datação explícita, não se sabe se o trecho é ficcional ou factual.

Em nosso experimento, a mesma dúvida prevaleceu. Cinco pessoas classificaram o trecho como factual e cinco pessoas o identificaram como ficcional. Tivemos uma abstenção. Não houve justificativas para a classificação de factualidade. Já para a classificação de ficcionalidade, os argumentos eram: linguagem poética, narração e subjetividade.

De todos os exemplos apresentados, o *fragmento (v)* é o mais explícito quanto ao seu aspecto factual. Após desenvolver uma narrativa próxima dos textos de ficção, há o estabelecimento do estatuto factual: "*A cena não faz parte de um filme. Foi presenciada por quem passou na lagoa Rodrigo de Freitas no final da manhã*". No entanto, a partir da reflexão desenvolvida nesta parte de nosso trabalho, podemos perceber que o estabelecimento do estatuto de um texto sem os dados paratextuais não seria reconhecido de imediato. Esse trecho não foi usado no experimento supracitado.

No *fragmento (vi)* encontramos dados que nos remeteria a um estatuto factual: os fedayin<sup>11</sup>, soldados norte-americanos, uma situação de guerra. Contudo, tais dados somente seriam assim interpretados por alguém que possuísse uma competência discursiva relativa à Guerra do Iraque ocorrida em 2003. Raciocinando em outra perspectiva, a organização narrativa do texto se aproxima daquela utilizada em romances, portanto, o emaranhado da dúvida não se desfaz.

A opinião das pessoas que participaram do exercício de identificação é a seguinte: sete informantes acreditam que o texto é factual; dois informantes pensam que o texto é ficcional e duas pessoas se abstiveram. Dentre os que apostam na factualidade, há a justificativa de que o texto trata de um fato

---

<sup>11</sup> Para aqueles que não estão a par: "**FEDAYIN** s.m. (pal. ár.) Resistente (especialmente palestino) que milita em guerrilha urbana. (A pal. é o pl. de *fedai*, 'aquele que se sacrifica', em ár., mas é usada como um sing. no português.)" ©2004 Enciclopédia Koogan-Houaiss Digital

contemporâneo: a Guerra do Iraque, ou seja, a identificação se deu em função da competência discursiva de cada informante. Para os que identificaram o trecho como ficcional, há a justificativa da presença de narração.

Por fim, no fragmento (vii) temos um diálogo. De um lado poderíamos identificá-lo como ficcional, seria aceitável dizer que se trata de um excerto de romance no qual duas personagens conversam. Por outro lado, a mesma estrutura de diálogo poderia estar contida em uma entrevista e, portanto, em uma situação factual. Há a citação de um nome «Iberê», a identificação desse nome como pertencendo ao mundo da ficção ou da factualidade dependeria do conhecimento de mundo de cada um, em outros termos, de uma competência discursiva. Apesar de Iberê ser um pintor renomado, nada impediria que ele também fosse um personagem de um texto ficcional.

Em relação aos nossos informantes, temos o seguinte quadro: seis pessoas acreditam que o texto seja factual; quatro optaram por um estatuto ficcional e uma se absteve de opinar. A factualidade foi identificada através da citação do nome Iberê<sup>12</sup>, ou seja, a classificação se deu através da competência discursiva. Para as pessoas que não tinham conhecimento de mundo para

---

<sup>12</sup> Para aqueles que não estão a par: "**CAMARGO (Iberê Bassani de)**, pintor brasileiro (Restinga Seca, RS, 1914 - Porto Alegre, RS, 1994). Um dos maiores artistas visuais do país, firmou-se como um dos principais nomes da arte abstrata brasileira. Melhor pintor nacional na VI Bienal de São Paulo (1961)". ©2004 Enciclopédia Koogan-Houaiss Digital

identificar Iberê como pintor, o texto foi classificado como ficcional e este último citado como personagem de um conto ou romance.

A seguir, resumimos em um quadro o que mencionamos acima com o objetivo de termos uma melhor visualização: na primeira coluna está o número do fragmento; na segunda, a classificação original, colocado no pé de página; na terceira, quarta e quinta colunas estão as informações dadas por aqueles que se dispuseram a contribuir com nossa pesquisa.

#### Quadro sintético da classificação

FRAGMENTO	CLASS. ORIGINAL	OPINIÃO DOS INFORMANTES (11)		
		Factual	Ficcional	Abstenção
i	Factual	5	5	1
ii	Ficcional	6	4	1
iii	Factual	8	2	1
iv	Factual	5	5	1
v	Factual	-	-	-
vi	Factual	7	2	2
vii	Factual	6	4	1

Como já o assinalamos anteriormente, nosso experimento não tem o rigor científico desejável para esses casos. Entretanto, mostra, de forma empírica, como é complexo o reconhecimento de um texto factual ou de um texto ficcional. Pode-se dizer que, na maioria dos casos, os estatutos não puderam ser definidos de forma segura pelos nossos informantes. Então, outra questão nos é colocada: «por que isso ocorre?», «Por que há essa falta de clareza na definição dos estatutos?»



Tais questões nos fazem retornar à nossa questão inicial: «como definir e/ou reconhecer o estatuto de um texto?» Nos fragmentos acima, observamos que sem os dados paratextuais não seria possível estabelecer o caráter ficcional ou factual dos exemplos citados. Se nos empenharmos em determinar uma diferenciação a partir de dados lingüísticos e discursivos, não seria, a nosso ver, uma tentativa muito frutífera, pois os textos não apresentam, à primeira vista, dados contrastivos mensuráveis a partir dos quais se pudesse fazer uma distinção entre ficcional e factual. Em nossa opinião, alguns fragmentos apresentam dados lingüísticos e discursivos que poderiam ocorrer em qualquer tipo de texto.

Assim, quais elementos levamos em consideração quando produzimos e/ou classificamos um texto de «factual» ou de «ficcional»? O que é acionado nesse processo? De que maneira «indicamos» que o que escrevemos ou falamos é real ou é uma simulação dessa «realidade»? Como sabemos se o que lemos ou ouvimos é real ou não? Seriam os dados que consideramos da «realidade»? A objetividade? A subjetividade? Seriam as restrições impostas pelos gêneros? Seria o estilo usado nos textos? Seria a organização discursiva: enunciação, descrição, narração e argumentação? Seria a forma de relatar o discurso? Seria o conhecimento de mundo que cada um possui?

São estas algumas das questões que pretendemos tentar responder no decorrer de nossa pesquisa.

Com o objetivo de fazer uma tese que forneça em enfoque discursivo sobre o estudo do tema «ficcionalidade», vamos dividir o corpo de nossa pesquisa em três partes complementares.

A primeira parte de nossa pesquisa «A (re)constituição do conceito de ficcionalidade» visa a fazer um apanhado de como podemos perceber a ficção em nosso cotidiano. Ela é dividida em três capítulos, assim sintetizados.:

- ▣ No capítulo 2 «Ficção: o que é isso?» iniciamos a nossa pesquisa a partir da origem da noção de ficcionalidade. Assim, partimos da Grécia antiga, passamos pelo significado da palavra em latim e, por fim, o seu significado na língua portuguesa falada no Brasil. Nesta parte também estabelecemos as implicações existentes entre ficção e mentira.
- ▣ Já no capítulo 3 «Os mistérios por detrás da cortina» procuramos mostrar a atmosfera, por assim dizer, que cercou a nossa pesquisa. Pudemos perceber, ao longo do seu desenvolvimento, que havia fatores teóricos que se desenvolveram ao longo dos tempos, cristalizaram-se nas estruturas de determinadas disciplinas e, como consequência, interferem na nossa forma de estudar a ficcionalidade hoje. São eles: a questão dos gêneros; a influência dos preceitos católicos no ocidente; o efeito da censura em diversas épocas e os mitos do objetivismo e do subjetivismo na ciência.

☐ Finalizando esta parte e obedecendo à tradição metodológica das teses, temos o capítulo 4 «Em busca das teorias perdidas». Nesta parte, fazemos uma abordagem das teorias filiadas aos Estudos Literários e aos Estudos lingüísticos sobre o que estas áreas do saber entendem por ficção.

Na segunda parte de nossa tese «Contribuições teóricas ao estudo do conceito de ficcionalidade», vamos fazer uma abordagem sobre a ficcionalidade do ponto de vista da Análise do discurso, vertente francesa. Começaremos pela definição de ficção e de ficcionalidade para chegarmos, valendo-nos do suporte teórico da Semiolingüística de P. Charaudeau, a uma tentativa de explicação do funcionamento da ficcionalidade no discurso. Esta seção é dividida em 4 capítulos:

- ☐ No capítulo 5 «Ficcionalidade: modos e tipos de ocorrência» vamos, num primeiro momento, estabelecer noções como ficção, ficcionalidade, factual, verdade, entre outros; num segundo momento, vamos estabelecer uma tipologia para a ficcionalidade.
- ☐ Na seqüência, no capítulo 6 «A teoria semiolingüística e a questão da ficcionalidade», iremos tentar estabelecer uma relação entre as noções estabelecidas no capítulo 5 e os preceitos desenvolvidos pela Semiolingüística. Serão tratadas noções como: identidade social,

identidade discursiva, situação de comunicação, efeitos de real, efeitos de ficção etc.

- ▣ No capítulo 7 «Ficcionalidade e estilo: algumas considerações do ponto de vista da análise do discurso» mostraremos as implicações existentes quando tentamos estabelecer uma diferenciação entre o estilo empregado em um gênero e a ficcionalidade que pode perpassá-lo.
- ▣ Para finalizar esta parte, no capítulo 8 «Ficcionalidade e gêneros: classificações instáveis» nos proporemos a fazer um estudo de caso a fim de mostrar a fragilidade de classificações nos estatutos ficcional ou factual dos gêneros.

O objetivo da terceira parte de nossa tese «Por uma integração entre Estudos Lingüísticos e Estudos Literários» é tentar explicar uma questão: Por qual razão a ficcionalidade, nas faculdades de letras, não é estudada como um fenômeno da comunicação em geral.

Por fim, na Conclusão, tentaremos sintetizar algumas das questões que serão colocadas no decorrer de nossa argumentação. Na verdade, não serão respostas definitivas, mas avaliações visando mostrar o estágio em que nossa pesquisa se encontra atualmente.

Gostaríamos de dizer que a parte Bibliografia foi dividida em duas seções: na primeira, estão contidas as referências bibliográficas citadas no texto

da tese; na segunda, fizemos uma reunião, por tema, de referências bibliográficas sobre o assunto para aqueles que possam vir a se interessar pelo tema.

Esperamos que o trajeto por nós traçado seja confortável para todos, que a leitura seja aprazível e que nossas palavras possam trazer alguma contribuição ao conhecimento daqueles que nos acompanharão pelas páginas que se seguem.



PARTE I:

A (RE)CONSTITUIÇÃO DO CONCEITO DE  
FICCIONALIDADE

---

## 02

## FICÇÃO: O QUE É ISSO?

Qual sentido possui a palavra ficção? O que significa fazer ou produzir uma «ficção»? Parece-nos que a presença da ficcionalidade na comunicação humana remonta a tempos bem distantes. Pode-se pensar que até mesmo as pinturas rupestres feitas nas cavernas, na Pré-história, podem conter um indício de ficcionalidade, e daquela época aos nossos dias, muitas transformações já ocorreram. É possível dizer que cada sociedade, nas mais diversas épocas da história do homem, possui uma tradição oral ou escrita que ensina, através da ficção, noções como: ética, estética, procedimentos comportamentais, lições de vida, entre outras funções.

Diante de tamanha riqueza de possibilidades de enfoque – e também com o intuito de evitar numerosas e inconvenientes páginas de descrição sobre a configuração da ficção em cada era histórica, lançaremos mão de um procedimento clássico: faremos, num primeiro momento, um breve percurso sobre os significados da palavra ficção cujo ponto de partida será a Grécia Antiga; num segundo momento, trataremos da visão latina do termo; e, enfim,

num terceiro momento, veremos qual valor a palavra adquire na língua portuguesa e como se dá o seu uso.

## 2.1 – Antigas ficções

No grego clássico, conforme o mostra Brandão (2000), não seria possível encontrar exatamente uma palavra cujo sentido equivalesse termo a termo a “ficção”, mas existiam outras noções que, naquela época, já sugeriam alguns dos significados que atribuímos, atualmente, ao vocábulo. Somente como uma pequena ilustração, gostaríamos de expor aqui um trabalho do autor acima citado. A referida pesquisa apresenta uma reflexão sobre a noção de verdade e de mentira na *Teogonia*<sup>13</sup> de Hesíodo. No prólogo da referida obra da Antiguidade Clássica Grega, encontramos o seguinte trecho, como o afirma Brandão (2000:07):

"Elas [as musas] certa vez, a Hesíodo, ensinaram belo canto,  
Ovelhas ele apascentando sob o Hélicon divino.  
E a mim, antes de tudo, as deusas estas palavras dirigiram,  
As Musas olímpias, filhas de Zeus que tem a égide:  
Pastores agrestes, maus opróbrios, ventres só,  
Sabemos muitas mentiras dizer semelhantes a coisas autênticas

---

<sup>13</sup> Para que não existam possíveis divergências sobre a tradução do original em grego da *Teogonia*, manteremos o texto citado por BRANDÃO (2000).



E sabemos, quando queremos, verdades proclamar." (grifo nosso)

Pode-se observar neste excerto da obra de Hesíodo duas distinções básicas, já naquela época, para se compreender a noção de ficção: existem verdades e existem coisas semelhantes à verdade. Para Brandão (2000:08), em Hesíodo, a capacidade que as musas possuem de discernir verdade e mentira é uma qualidade e configuraria um saber mais complexo que não estaria, *a priori*, ao alcance dos pastores - os maus opróbrios: " (...) [As Musas] sabem sim, mas não simplesmente *pánta* (tudo) <sup>14</sup> – isto é, é preciso esclarecer que seu saber inclui coisas verdadeiras (*alethéa*) e também mentiras (*pseúdea*)." Nessa perspectiva, a palavra "mentira" não teria o valor pejorativo que lhe conferimos atualmente, o que pode ser observado na citação abaixo:

"(...) elas [As Musas] não condenam nem se mantêm longe dos *pseúdea*; o que condenam são os que, em sua rudez, não distinguem *pseúdea* de *alethéa*, tomando tudo por verdadeiro. Ou seja: condenam equívocos da recepção dos vários gêneros de canto que proferem. De um certo modo, estão modelando o problema que várias gerações futuras terão de enfrentar: o estatuto desse *pseûdos*." Brandão (2000:20)

Dessa forma, já naquele momento começa a se esboçar uma das problemáticas da ficção: ela é uma mentira ou é uma imitação da verdade? A lição de Hesíodo é justamente a de chamar a atenção para a questão dos gêneros e da

---

<sup>14</sup> Inclusão, feita por nós, da tradução

importância do reconhecimento do estatuto que possuem. É necessário saber distinguir quais são os estatutos dos gêneros da Poética e quais são os estatutos dos gêneros da Retórica, ou em outros termos, da literatura e do discurso respectivamente.

Na citação acima já se pode ver esboçado também o problema da recepção: de que maneira o canto das musas era interpretado, ou seja, como se reconhece o que é factual e o que é ficcional? Qual seria o estatuto imposto pelas musas para se reconhecer a qualidade do que elas proferem? Embora tão relativamente distantes no tempo, tais questões parecem-nos muito atuais, visto que o objetivo desta tese é justamente tentar discuti-las.

Transferindo-nos para a Antiguidade Latina, podemos observar acepções como “inventar”, “imaginar”, “fingir”, “falso”, entre outros. No entanto, a noção de “mentira” vai estar associada ao termo como o demonstra Segre (1989:41):

“Na palavra latina  *fingere* , os significados de ‘ plasmar, modelar, e de imaginar, representar, inventar’ (isto é ‘modelar com a fantasia’) podem assumir matizes que vão até ao dizer ‘falsamente’, ou seja, até o conceito de “mentira”: acepção mais evidente do adjetivo  *fictus*  ‘hipócrita’, não só imaginário, inventado’, mas também ‘fingido, falso’. Em  *fictio* , (de onde as formas portuguesas ficção e fingimento, remontando esta última pelo prefixo nasal  *n* , a  *fingere* ), prevalecem, por se tratar de um termo retórico, os significados que aludem à invenção lingüística e literária.”

Se na Grécia antiga era proposto saber fazer uma distinção entre “verdades” e “coisas semelhantes à verdade”, na Antiguidade Latina essa dicotomia desaparece e a noção de ficcionalidade vai estar relacionada a fingir. A nosso ver, reconhecer algo como “semelhante à verdade” é diferente de “fingir algo”, pois, no segundo caso, o fingimento pode ser “falso”, “mentiroso”, “não verdadeiro” e nesse caso, traz implicações éticas. Em outras palavras, a acepção latina de “ficção” é ambígua e traz em seu significado contraposições complexas, pois, pode-se ver aí estabelecidas relações um tanto quanto extremas que vão do ato de mentir (que possui um valor negativo) ao ato de imaginar (que pode ser visto como algo positivo).

É possível observar também que, conforme as palavras de Segre (1989:41), a idéia de “invenção” literária e lingüística já se encontrava esboçada na Retórica daquela época. Na nossa opinião, vemos aqui uma transformação importante: não se trata mais de Musas que dizem “algo semelhante à verdade”, mas de “inventar” algo que não esteja, necessariamente, relacionado à verdade. É possível ainda deduzir que essa invenção seja “falsa”, uma “mentira”.

## 2.2 – Contemporâneas ficções

Em relação ao português contemporâneo, por sua vez, herdeiro da tradição Latina, podemos encontrar a seguinte definição em Ferreira (1986:774): "**Ficção**. (Do lat. *fictione*) S. f. **1.** ato ou efeito de fingir; simulação, fingimento. **2.** coisa imaginária; fantasia, invenção, criação.(...)." Verifica-se, neste caso, o desaparecimento da acepção de "mentira" que a palavra apresentava no latim. No entanto, notamos a permanência de noções próximas à de mentira, como aquelas de *fingir* e *fingimento*.

Embora a acepção de "mentira"<sup>15</sup> para o termo "ficção" não esteja presente no dicionário, nota-se que, em alguns casos, o vocábulo "ficção" é usado para mascarar o sentido da palavra "mentira". Ou seja, a acepção de "falso" originária do latim não seria registrada convencionalmente, mas se mantém no uso corrente da língua como uma estratégia "para não se dizer literalmente o que se quer realmente dizer". Na nossa ótica, tal modalização teria, em parte considerável dos casos, a função de polidez. De acordo com Kerbrat-Orecchioni (2004:384):

---

<sup>15</sup> Observação: como já foi mencionado, quando consultamos a palavra "ficção" não há o sentido de "mentira". Porém, quando consultamos a palavra mentira, encontramos como um dos sentidos "fábula, ficção"

“ A polidez não é nada mais do que *uma máquina para manter ou restaurar o equilíbrio ritual entre interactantes*, logo, *para fabricar contentamento mútuo* (ao passo que sua falta desencadeia reações de brutal descontentamento: «ele deveria *ao menos* ter se desculpado!», «Ele *nem mesmo* me agradeceu!») – de acordo com a definição de La Bruyère (*Les caractères*, capítulo V): «Parece-me que o espírito de polidez é uma certa atenção que devemos ter com as nossas palavras e nossas maneiras, para que os outros fiquem contentes conosco e consigo mesmos».”

Ainda na concepção de Kerbrat-Orecchioni (2004), a polidez teria a função de assegurar o equilíbrio na comunicação e a regulação da vida em sociedade. Ela pode aparecer como uma figura de linguagem (eufemismo, lítotes, hipérbole etc) ou como ato de linguagem indireto<sup>16</sup>, no caso de uma classificação oriunda da Pragmática. A seguir, discutiremos alguns exemplos:

- (01) "Até pouco tempo atrás, o Orçamento (do Governo Federal) era uma ficção, meramente autorizativo \_ou seja, autorizava uma despesa, mas não obrigava o desembolso."  
<sup>17</sup>(FOLHA DE SÃO PAULO, dinheiro, 23/09/ 2000) (grifo nosso)

Na nossa opinião, a não ser que existissem provas concretas, um jornal não poderia publicar um artigo afirmando que o orçamento do governo é uma mentira, é falso, é somente um artifício para enganar<sup>18</sup>. Tal fato poderia ser considerado uma falta de polidez e de respeito à autoridade representada

<sup>16</sup> Cf. SEARLE, J. R. *Os actos de fala*. Coimbra: Almedina, 1981.

<sup>17</sup> Artigo assinado por Luis Nassif

<sup>18</sup> vale dizer que, no senso comum, a palavra ficção pode vir a ser empregada nesse sentido.

pelo Estado. Uma afirmação desse teor poderia até mesmo acarretar um processo contra a Instituição na qual o artigo foi publicado, pois o comportamento ético ou não do governo está sendo colocado em questão. Dessa forma, o uso da palavra «ficção» atenuaria a opinião que é publicada no jornal «não dizendo explicitamente o que se gostaria que fosse dito». Em outros termos, o autor do texto se vale do termo «ficção» como eufemismo de mentira.

O mesmo raciocínio sobre «questionamento ético» do exemplo anterior valeria, ao nosso ver, para o fragmento de texto que se segue:

(02) "A privatização das ferrovias foi mistificação. Chamar a Novoeste, que liga Bauru a Corumbá, de empresa privada é se aproximar da ficção."<sup>19</sup> (FOLHA DE SÃO PAULO, Brasil, 30/07/2000)

Neste exemplo, podemos observar que o termo «ficção» é empregado com a acepção de «mentira», mas há um tom hiperbólico em tal uso. A esta análise poderíamos ainda acrescentar que além encobrir estrategicamente o sentido de «mentira», o autor do artigo o faz de maneira irônica. No nosso ponto de vista, dizer "chamar a Novoeste (...) de empresa privada é se aproximar da ficção" seria o mesmo que dizer, esta empresa não

---

<sup>19</sup> Artigo assinado por Elio Gaspari

existe, não é competente, é uma farsa. Em outros termos, o autor se vale da polidez, via hipérbole, para mascarar o que desejaria dizer literalmente.

Enfim, no terceiro exemplo que se segue, o vocábulo teria o significado de uma contra-verdade.

- (03) "A `legítima defesa da honra´ tampouco existe na vida real. É ficção, artifício, distorção usada para camuflar sentimentos muito pouco nobres que movem os homicidas \_de mulheres, em geral." <sup>20</sup> ( FOLHA DE SÃO PAULO, Opinião, 30/08/2000 ) (grifo nosso)

Parece-nos que neste exemplo o termo significaria uma situação totalmente dissociada do real, seria um engodo, um mundo paralelo sem conexão com a realidade: em suma, uma mentira. Ao afirmar isso a autora nega que a ficção possa ser «algo semelhante à verdade», ou que tenha qualquer outra relação com a realidade. A palavra ainda é citada ao lado de duas outras com valor negativo: "artifício" e "distorção". Neste caso, o termo «ficção» é também usado para atenuar uma crítica que se quer fazer. Dizendo de forma indireta e polida o que poderia ser uma denúncia inflamada e polêmica, a autora evita um possível conflito. Novamente a polidez é empregada, como o endossa este enunciado: "sentimentos muito pouco nobres" (grifo nosso).

---

<sup>20</sup> Artigo assinado por Luiza Nagib Eluf, 44, na época procuradora de Justiça do Ministério Público de São Paulo. Foi secretária nacional dos Direitos da Cidadania do Ministério da Justiça (governo FHC).

Ainda em relação ao significado de ficção, é possível encontrar, em alguns veículos de comunicação, o termo sendo usado como sinônimo de textos narrativos relacionados a um fazer estético. Segundo Ferreira (1986:1040), para estes casos, teríamos a seguinte definição: "Literatura de ficção. O romance, a novela e o conto." Como ilustração destas ocorrências podemos citar a revista *Veja* que publica<sup>21</sup>, com base no cálculo do índice de vendas de várias livrarias, uma listagem dos livros mais vendidos durante a semana. A referida revista possui três rubricas de classificação: "ficção", "não-ficção" e "auto-ajuda e esoterismo".

### **2.3 – Ficção, mentira e polidez**

Gostaríamos de tecer algumas considerações sobre a relação entre mentira e ficção<sup>22</sup>. Em linhas gerais, o que é a mentira e por quais meandros está ligada à ficção?

Parece-nos que o autor de uma mentira tem a clara intenção de enganar o seu interlocutor, de ludibriá-lo. Um enunciado configura-se uma mentira após uma prova que o classifique como tal, ou seja, a mentira é

---

<sup>21</sup> Afirmação válida para o período de redação da presente pesquisa: entre 2000 e 2004.

<sup>22</sup> Para complementar esta distinção, Cf. Mendes-Lopes (2000:29)



instituída *a posteriori*. Já na ficção, inicialmente não haveria intenção de enganar – e se por ventura vier a existir, é uma intenção lúdica. A ficcionalidade de um texto é dada *a priori*, na maioria das vezes, isso se dá através de um contrato situacional que estabelece o carácter ficcional do enunciado.

Qual a diferença entre mentira e ficção? Diríamos que as duas estão em uma relação quase antagônica: a mentira estaria em uma posição contrária à verdade e a ficção se contrastaria, de certa maneira, com o factual. A noção de mentira, ao nosso ver, é de ordem ética e, por isso, estaria em uma relação de contraposição à noção de verdade. Parece-nos que a mentira e a verdade poderiam, de certa maneira, serem provadas; por outro lado, o factual e o ficcional não seriam tão claramente evidenciados ou mesmo demarcados. É possível que se obtenha vários pontos de vista de um mesmo fato e todos seriam - ou pelo menos poderiam ser aceitáveis.

Para ilustrar o que acabamos de dizer, podemos mencionar o seguinte exemplo: suponhamos que tenha havido um pequeno choque entre dois carros em uma curva de difícil visibilidade. É plausível que duas ou mais testemunhas do evento relatem versões diferentes do mesmo acidente, mas o fato «aconteceu um acidente» não seria negado e, portanto, seria real. Assim, as versões do «acidente» seriam factuais, mas o «acidente» seria uma verdade. Já a ficção estaria na ordem do verossímil, ou seja, ela atuaria no âmbito do que é supostamente possível, do que é provável acontecer numa

dada reunião de determinadas conjunturas. *Grosso modo*, a diferença entre as noções de mentira e de ficção concentra-se no fato de que não haveria, na ficção, implicações éticas quando se opera a simulação de situações possíveis.

Em suma, pode-se dizer que a noção de ficção é bem mais abrangente do que a noção de mentira. A esfera do factual pode conter várias verdades e a esfera do ficcional pode se configurar como uma simulação dessas várias verdades. A relação entre fato e ficção é plural; já a relação entre mentira e verdade é uma relação singular e excludente: ou o enunciado é falso, ou o enunciado é verdadeiro – em nosso ponto de vista, as duas possibilidades não coabitariam o mesmo espaço.

Gostaríamos de abrir um parêntese para nos referir à mentira que tem por objetivo preservar o equilíbrio da polidez em uma relação. Imaginemos que alguém de nossas relações nos faça perguntas como: «Que tal meu novo corte de cabelo, você gostou das mechas laranja e verde que coloquei?»; «Você gostou do meu novo vestido longo de oncinha cor-de-rosa?»; «O que você achou dos meus novos poemas experimentais baseados na minha experiência como neoconcretista e compositor/letrista de vanguarda?». Responder a tais perguntas pode constituir uma situação embaraçosa para determinados interlocutores. A mentira, nesses casos, pode ser usada intencionalmente para evitar um conflito, um rompimento de amizade, um julgamento de valor, uma polêmica ou um mal estar na comunicação.

Ainda no âmbito do significado de «ficção», gostaríamos de lançar mais uma questão: haveria diferença entre «virtual» e «ficcional»? Na linha em que conduzimos nossa pesquisa, não nos parece que exista uma diferença. De acordo com Ferreira (1986:1782), a palavra «virtual» significa: “adj. 2 g. **1.** que existe como faculdade, porém sem exercício ou efeito atual. **2.** suscetível de se realizar; potencial. (...)”. Assim como a ficção, o sentido de virtual caminha para a noção de simular algo que pode ocorrer no mundo factual. Em nossa perspectiva de pensamento, consideramos que o virtual é somente mais um modo de denominar a ficção.

Como já o mostramos acima, o termo «ficção» pode ter vários significados e vários empregos. No entanto, sabemos que apenas enumerar sentidos de uma palavra não responde à nossa questão principal que é como funciona a ficcionalidade. Dessa forma, como relacionar ficção «palavra de uso corrente na língua portuguesa registrada em um dicionário» e «Teorias sobre a ficcionalidade», ou, em outros termos, como entender o uso da ficção do ponto de vista do discurso?

Segundo Cohn (2001:18) o estudo sobre a ficção pode ter dois enfoques possíveis: “La fiction comme construction théorique et la fiction comme terme générique” (Tradução nossa: A ficção como construção teórica e a ficção como termo genérico). No que diz respeito à nossa pesquisa, tentamos fazer o percurso: da palavra ao discurso. Buscamos, num primeiro momento,

entender o vocábulo e suas origens para, num segundo momento, fazer uma abordagem do que Cohn (2001) nomeia «construção teórica».

Para efetuar a passagem do significado do termo para uma elaboração da teoria vamos reter a noção de simulação como fio condutor de nossa elaboração teórica sobre a ficção.

#### **2.4 – Considerações finais**

Antes de expormos nosso ponto de vista, faremos uma pequena incursão pela história da ficcionalidade: num primeiro momento, no capítulo 3, falaremos da herança cultural que nos foi passada a respeito do tema e da influência de tal legado na percepção que temos, atualmente, do conceito; e num segundo momento, no capítulo 4, faremos uma retrospectiva de teorias ligadas aos Estudos Lingüísticos e aos Estudos literários que abordaram o tema.



**03****OS MISTÉRIOS POR DETRÁS DA CORTINA**

Quando entregamos uma tese, aquele objeto que poderíamos nomear aqui um «tijolo»<sup>23</sup> de papel contendo quase sempre o fruto de escolhas, de um processo difícil de aprendizagem e amadurecimento, muitas vezes, o destituímos dos caminhos que percorremos ao moldá-lo. Gostaríamos, nesse momento, de falar um pouco sobre esse processo de «oleiro» do conhecimento, pois um trabalho final de doutorado não deixa de ser uma «matéria moldada em um formato específico e cozida no forno das idéias e das dúvidas». O leitor pode estar se perguntando o porquê dessa atitude em uma tese, mas como o veremos mais tarde, ver o processo de «fabricação dos tijolos» e a matéria da qual são feitos é importante para a compreensão de nosso tema. Podemos dizer que somente no momento em que tivemos essa atitude, ou seja, vislumbramos realmente qual era a matéria usada na tradição no fabrico dos tijolos, é que o nosso trabalho pôde se deslanchar.

---

<sup>23</sup> Nomeamos «tijolo» por pensarmos que além do sentido de «bloco espesso», uma tese é a nossa humilde contribuição para a construção do edifício do conhecimento.

### 3.1- O sinuoso caminho entre o camarim e o palco.

Após um breve percurso pela metáfora da fabricação de tijolos, iniciaremos esta parte de nosso estudo migrando dos moldes e processos da Olaria para a *mise en scène* do Teatro, um espaço que nos permite mais associações. Vamos nos valer, de agora em diante, para um maior efeito de clareza, das metáforas de “camarim” e de “palco” porque, em nossa opinião, elas são apropriadas para o que pretendemos falar. Pensamos que a entrada no palco é a exposição da tese ao público, representa o dia da estréia - repleta de temores, ansiedade, quando gostaríamos que fosse preferível: compreensão, debates que nos ajudassem na continuidade da pesquisa sobre o tema, críticas construtivas, entre outros. Por outro lado, há também os aspectos indesejáveis, mas passíveis de ocorrer e que são, na verdade, as razões de nossos temores: críticas negativas, apatia, incompreensão do que é ali exposto.

Tal qual uma atriz caprichosa, a tese está ali no palco da academia, moldada pelas normas da ABNT, trajando a última moda em linhas de pesquisa, se exibindo na ribalta. Já o camarim é justamente o escritório do pesquisador, é onde ele trabalha, sofre, tenta as várias possibilidades de expor o tema de forma coerente, exclui alguns dados, inclui outros, organiza todas as informações e as transforma naquela «peça» que deve ser apresentada ao

público. É no camarim que se testa a maquiagem, que se experimenta e se processa os últimos ajustes no figurino, que se repassa, pela última vez, as falas antes da estréia. É na solitude do escritório do pesquisador que são resolvidos a roupagem da tese, as nuances teóricas que devem ser pinceladas, o tom adotado em nossos posicionamentos. Tudo isso se dá num ambiente por vezes pálido, em meio a um turbilhão de teorias já pensadas (e, não muito raro, de difícil entendimento), impregnado pela poeira de tantos volumes lidos, assombrado por temores e angústias, iluminado por descobertas, pelo crescimento intelectual e tantas outras situações que oscilam na escala do prazer e do desprazer.

Na nossa opinião, o caminho sinuoso que liga a feitura da pesquisa à apresentação da tese é também um dado a ser mencionado, pois julgamos que a descrição de tal percurso pode trazer contribuições para o entendimento do tema. Pensamos, baseando-nos em Lakoff & Johnson (2002), que devemos nos esgueirar do mito *objetivista* que dissocia tanto as idiosincrasias do pesquisador quanto as condições de produção de seu trabalho do resultado da sua produção. Para uma melhor exposição de nosso tema, poderá ser profícuo adotar uma visão *experientialista* que associaria «produção» e «produto», pois, ao que nos parece, é no trajeto do camarim ao palco que compomos a peça a ser exibida. Tal percurso é crucial para a definição do que vamos exhibir, pois é a sua qualidade que forjará uma tese bem ou mal sucedida.

De um ponto de vista da Análise do Discurso, vertente francesa, poderíamos pensar que a execução da pesquisa é também um dado integrante da tese. A realização da mesma é um dado da situação de comunicação na qual está inserida e, no nosso caso, pensamos que seja um dado representativo porque a ficcionalidade não poderia ser pensada sem os dados da situação que a compõe. Fazer uma pesquisa sobre o discurso ficcional isolando-o de suas situações de produção é fadá-la ao fracasso.

O leitor deve estar ser perguntado: afinal essa é uma «tese ficcional» ou uma tese sobre a ficcionalidade? Assim, vamos direto ao ponto a ser tratado. No que chamamos “os bastidores de nossa pesquisa” podemos citar dois pontos que foram representativos para a compreensão do tema e para a organização e direcionamento do trabalho. Durante a execução de nosso estudo sobre a ficcionalidade, nos defrontamos com dois procedimentos previsíveis para a situação: ora empreendemos levantamento bibliográfico, ora expusemos nosso trabalho para outros colegas pesquisadores. De fato, tais circunstâncias não são anormais quando se trata de um exercício intelectual dessa natureza. Contudo, as implicações geradas por estes procedimentos nos motivaram a mencioná-las como um dado que, mesmo sendo externo, incide diretamente na execução da pesquisa e na forma de conduzi-la.

Na verdade, tais fatos impõem ao pesquisador uma tomada de posicionamento e daí a sua relevância: a primeira opção seria preservar o



conhecimento construído até então e continuar propagando um pensamento canônico, com uma ou outra idéia «original»; a segunda opção seria rever a tradição e começar a construir uma outra perspectiva de conhecimento a partir dela. A segunda escolha é um pouco mais árida porque requer que se tenha um entendimento de como tal tradição se instaurou e de como ela funciona. No entanto, e munindo-nos de um espírito de aventura, pensamos que seria mais interessante enfrentar o «sol a pino» dos terrenos áridos do que permanecer no palácio climatizado da «variação sobre o mesmo tema» da tradição. E cada escolha, obviamente, tem seu preço e suas conseqüências. É devido a essa opção que no Preâmbulo de nosso trabalho já advertimos ao leitor: nossa pesquisa se propõe a ser um trabalho introdutório sobre o estudo da ficcionalidade. Estamos somente dando um primeiro passo em direção a um longo caminho cheio de muitas possibilidades.

### **3.2 - Revolver o pó: o estabelecimento da pesquisa bibliográfica**

Quando empreendíamos o levantamento bibliográfico de nosso estudo, notamos, no âmbito das pesquisas desenvolvidas nas universidades do Brasil, da Europa e dos Estados Unidos, uma carência relativa de produções

científicas sobre a ficcionalidade. Foi possível encontrar um número pouco representativo de pesquisadores que se dedicavam inteiramente ao tema; podemos ilustrar citando: Reboul (1992), (2000); Searle (1995); Bange (1986); entre outros. Por outro lado, foi uma constante encontrarmos pesquisadores de várias áreas que fizeram um ou dois artigos abordando o assunto, mas sem a sistematização exigida por uma pesquisa mais a longo prazo. Podemos citar: Iser (1979); Warning (1979); Rorty (1982); Genette (1989); Cohn (2001); e dentre outros. Quanto aos pesquisadores brasileiros, o cenário não deixou de ser diferente. Infelizmente, somente tivemos acesso à obra de Costa (2002) na qual é feita uma abordagem sobre a ficção e sua influência na mídia contemporânea.

Na obra acima citada, a autora se propõe a estudar as relações entre ficção - no sentido de literatura de ficção (romance, conto, novela), e cultura de massa, ficção audiovisual e ficção digital. No entanto, não pudemos encontrar em sua pesquisa uma abordagem teórica de cunho lingüístico-discursivo que relacionasse a ficcionalidade aos diferentes discursos por ela estudados. De fato, não era essa a sua linha de pesquisa, pois a definição de ficção proposta por Costa (2002:29) parte de concepções da psicologia, como o veremos:

*"[...] somos levados a considerar como ficção não apenas as obras literárias, plásticas ou cinematográficas que identificamos e classificamos como ficcionais, mas o tipo de relação*

*intersubjetiva que estabelecemos com a realidade, mediada por um texto que pode se apresentar sob as mais diversas linguagens e suportes." (marcação da autora)*

A referida pesquisa tem como objetivo estabelecer uma co-relação entre ficção e intersubjetividade. Por uma questão de escolha de linha de pesquisa, não gostaríamos de abordar este aspecto da ficcionalidade. No entanto, devemos ressaltar a sua iniciativa em empreender uma pesquisa sobre um tema sem muitas publicações em nosso país.

A relativa pouca ocorrência de pesquisas não exclui, contudo, o questionamento da existência da ficção associada a um ponto de vista do discurso, como o demonstra Kermode<sup>24</sup> citado por Cohn (2001:18): "*On peut y lire qu'il est tout à fait étonnant... que personne... n'ait jamais essayé de relier la théorie des fictions littéraires à la théorie de la fiction en général.*" (Tradução nossa: *Pode-se fazer a leitura de que é totalmente espantoso...que ninguém...jamais tenha tentado relacionar a teoria das ficções literárias com a teoria da ficção em geral*). Chamamos a atenção para o fato de que Kermode faz tal reflexão em 1968, ou seja, a ficcionalidade já era vista como um fenômeno da comunicação em geral, porém, como afirma o autor supracitado, já naquela época, o tema não era explorado de forma conveniente.

---

<sup>24</sup> KERMODE, Frank. *The sense of an Ending: studies in the Theory of fiction*. Oxford: Oxford University Press, 1968

Durante a presente pesquisa, foi uma rotina nos depararmos com publicações esparsas de artigos em periódicos, mas são raros os volumes que concatenam textos sobre este assunto, e os que o fazem, datam de meados da década de 1990 em diante. Como exemplo, podemos citar Reboul (1992), Schaeffer (1999) e Cohn (2001). Devemos dizer que estes volumes são publicações de artigos reunidos e não foram concebidos, inicialmente, com um plano de obra sobre o tema.

### **3.3 - Ensaio: a busca das marcações mais apropriadas**

Nos momentos em que expusemos nossa pesquisa em congressos ou em apresentações de outra natureza, observamos um certo incômodo e uma certa dificuldade por parte de algumas pessoas em aceitar a perspectiva de uma abordagem discursiva sobre o tema. Notamos que a ficcionalidade ainda estaria bastante associada aos Estudos Literários e observamos, por parte de outros pesquisadores, uma certa resistência em ver o fenômeno de forma mais abrangente. Tínhamos a impressão de que o discurso literário tornara-se um espaço sagrado e ao afirmarmos que os demais discursos<sup>25</sup> – os reles mortais,

---

<sup>25</sup>É possível dizer que o fato não é isolado e para ilustrar podemos mencionar a observação feita por Maingueneau (2004): segundo ele, nas universidades francesas há uma dificuldade em se

funcionavam lingüisticamente da mesma forma, estaríamos fazendo algo semelhante a «bombardear o Olimpo». De certa maneira, como o veremos abaixo, existem razões históricas que podem explicar algumas destas atitudes.

Além da dificuldade apresentada por determinadas posições em dissociar o discurso ficcional da esfera dos Estudos Literários, encontramos outros percalços, pois, na maioria dos casos em que apresentamos a nossa abordagem, foi necessário fazer exposições relativamente exaustivas para que a nossa perspectiva fosse compreendida. Parece-nos que existiria também, por parte dos lingüistas, a associação entre ficcionalidade e texto literário: nesse caso, ao invés de considerá-lo um «espaço sacro», encontramos resistência em aceitar uma perspectiva de análise discursiva que estivesse supostamente relacionada aos Estudos Literários, ou seja, consciente ou inconscientemente, os lingüistas, de uma maneira ou de outra, parecem legitimar o espaço da “especificidade do literário”. Parece-nos que, no cenário atual, todas estas posturas nada mais são do que uma questão de defesa de território e possuem raízes ideológicas implantadas historicamente no âmago das instituições.

Felizmente, ou poderíamos nos considerar um pouco desprovidos de razão, também pudemos ver que alguns colegas, de certa maneira, se surpreendiam quando percebiam a possibilidade de uma visão mais ampla da ficcionalidade, mostravam-se muito interessados pelo assunto e, em alguns

---

aceitar o discurso literário como um dos discursos que integram o que poderíamos nomear uma macro estrutura discursiva.

casos, chegaram até mesmo a relacionar a questão ao *corpus* de suas pesquisas.

A relativa baixa incidência de pesquisas e a aceitação da ficcionalidade como um fenômeno do discurso, ao que nos parece, estão amalgamadas em uma relação de complementaridade. De um lado, a ausência de pesquisa gera a dificuldade de debate sobre o tema; de outro, se não há debate, não é possível o desenvolvimento ou o interesse pelo assunto por parte de outros pesquisadores, estando aqui também incluídos os alunos de Letras<sup>26</sup> que venham a ser futuros pesquisadores. Devido a essa morosidade – existente, pelo menos, até o término do presente texto, em aceitar a ficcionalidade como um fenômeno mais amplo, a pesquisa acaba avançando muito timidamente, em trabalhos esparsos, como pode ser visto no material coletado a partir da pesquisa bibliográfica. Várias relações entre ficcionalidade e outros temas são apontadas, mas julgamos haver uma carência de uma reflexão mais substancial que indicasse um quadro teórico com mais subsídios para lidarmos com o tema.

---

<sup>26</sup> Ou de alguma outra área do conhecimento que tenha interesse pelo assunto.

### 3.4 - Ficcionalidade: seu passado te condena?

Acreditamos que a ocorrência pouco marcante de estudos tratando da ficcionalidade como fenômeno do discurso e a dificuldade de se dissociar «ficcionalidade» e «estudos literários» teria, pelo menos, duas justificativas históricas: de um lado, parece-nos que, durante alguns períodos da história da humanidade, o ato de produzir ficção foi visto de forma negativa, em outros termos, a ficção teria a qualidade de «ser contrária à verdade» e, por isso, chegou a sofrer as censuras mais diversas; de outro lado, e como consequência da primeira, pensamos que ela acabou se restringindo ao campo dos Estudos Literários (pois, ali, de alguma forma estaria protegida pela redoma de uma «especificidade» do que alguns nomeiam «caráter não-real da arte»). Por conseguinte, tornou-se distante das preocupações dos lingüistas de várias épocas, já que estes últimos estavam voltados para o estudo de “enunciados verdadeiros e produções reais da fala”. A ficcionalidade, estando relacionada ao texto literário, não se encaixaria nos pré-requisitos dos estudos sobre língua.

Mesmo mencionando pesquisas como aquelas dos formalistas Russos, do Círculo de Praga, ou de autores isolados como Bakhtin, Barthes, Greimas, Genette, podemos ver que não são trabalhos que partem da lingüística para teorizar sobre a ficcionalidade nos discursos não-literários. Ao contrário, e

baseando-nos nas pesquisas a que tivemos acesso, partem da análise do texto literário e se valem da lingüística como um instrumento possível de análise de tais obras. A partir do que percebemos em nossas leituras, na maioria dos casos, salvo algumas tímidas exceções, não haveria uma preocupação em teorizar os demais discursos a partir das mesmas ferramentas utilizadas para a análise do texto literário.

Qual seria a razão dessa cisão? Por que a resistência (de ambas as partes) em se aceitar o discurso ficcional como um dos discursos possíveis de serem analisados pelos lingüistas? Por que a ficção poderia somente estar relacionada às artes ou a uma concepção de subjetividade/ficção *versus* objetividade/verdade? São estas as questões que tentaremos tratar a seguir.

### **3.5 - Em busca do elo perdido**

Seria possível listar vários eventos da história da humanidade que estariam em uma relação direta com a percepção - e até mesmo com a aceitação, da ficcionalidade em nossos dias. Levando-se em consideração tal pluralidade, não seria possível nos propormos a fazer nenhuma exposição exaustiva, pois, a nosso ver, os dados históricos relacionados a este assunto



poderiam até mesmo constituir o tema de diversos segmentos de pesquisa. Diante de tal multiplicidade, optamos por mencionar somente alguns fatos que selecionamos de forma aleatória.

A ficcionalidade, parece-nos, está presente na história do homem desde as mais remotas eras. De acordo com Felici (2000:823), os primeiros registros de arte parietal, por exemplo, foram detectados no Período Paleolítico Superior, há aproximadamente 60.000 anos. Sabe-se que a ocorrência da arte pré-histórica não se concentrou somente naquele período, visto que existem estudos que comprovam a sua presença em outras Eras. Em vários sítios arqueológicos, sejam eles internacionais<sup>27</sup> ou brasileiros<sup>28</sup>, é possível encontrar diversas ilustrações de animais, de situações que supomos ser da vida cotidiana daquele tempo e também figurações do próprio homem. Desta forma, pensamos que estes desenhos constituem uma «representação» do modo de vida, da fauna e flora da época em que foram feitos. Aos nossos olhos de hoje, podemos dizer, *grosso modo*, que não se trata de uma «imagens reais» e, sim, de representações ficcionais daquele tempo.

Nesta perspectiva, a humanidade, desde os seus primórdios, tem convivido com a ficcionalidade. Proporcionalmente ao passar dos tempos, houve também uma evolução nas maneiras de se expressá-la. Talvez esse convívio, em certas épocas, tenha se dado sem nem mesmo ser percebido, sem ser

---

<sup>27</sup> Entre os vários sítios dessa natureza podemos citar a caverna de Lascaux, na França. Felici (2000:1092)

<sup>28</sup> Cf. site: [www.iphan.gov.br](http://www.iphan.gov.br)

estruturado como um conceito; já em outros tempos, a ficção era não só percebida, como também condenável e qualificada de «maléfica».

Não é nossa intenção recontar a história da humanidade e sua relação com o tema estudado, por isso, selecionamos quatro fatores que julgamos ser representativos para que nossos antepassados concebessem e propagassem a idéia de ficcionalidade como a percebemos hoje: a questão dos gêneros, a influência dos preceitos católicos no ocidente, o efeito da censura em diversas épocas e os mitos do objetivismo e do subjetivismo na ciência. A seguir discutiremos, de maneira não exaustiva, a influência de cada um destes fatores.

### **3.5.1 - A questão dos gêneros**

No inventário das teorias que herdamos da história do ocidente, diríamos que a primeira diferenciação conceitual mais concreta entre facticidade e ficcionalidade seria detectada nas obras de Aristóteles, mais especificamente, na *Poética* e na *Retórica*. Em nossa opinião, tais obras conteriam o esboço de uma problemática associando a questão dos gêneros

àquela da ficcionalidade: de um lado, teríamos os gêneros literários<sup>29</sup> - cujo estatuto seria explicitamente ficcional – e, de outro, os gêneros do discurso, ou retóricos<sup>30</sup> - cujo estatuto seria especificamente factual. Assim pensando, afirmaríamos que a ficcionalidade condicionou-se ao tipo de convenção imposta pelos gêneros, tal como eram vistos pelo referido pensador grego e, por isso, compartimentada em uma divisão estanque.

Levando-se em consideração que a Antiguidade Clássica foi o berço da cultura ocidental e que os gêneros foram sendo criados e recriados durante séculos, é possível prever que o fio da história fosse emaranhando cada vez mais a idéia de ficcionalidade e de factualidade. Mesmo havendo transformações nas restrições impostas pelos gêneros, não seria possível afirmar que o estatuto ficcional ou factual tenha sido colocado em questão, ou seja, não encontramos, por exemplo, uma pesquisa que falasse da ficcionalidade nos gêneros retóricos. A nosso ver, mesmo que tenha havido traços de ficcionalidade nos gêneros não-literários, esta influência permaneceu mascarada, de uma maneira ou de outra, mesmo se a designação genérica tivesse sofrido mudanças. Parece-nos que seria quase uma imposição a separação dos gêneros através de seus estatutos.

Um exemplo do que acabamos de mencionar pode ser constado no trabalho de Genette (1977). De acordo com o referido autor, as diversas

---

<sup>29</sup> Na perspectiva da Poética de Aristóteles: épico, lírico e dramático.

<sup>30</sup> De acordo com a Retórica de Aristóteles: epidíctico, deliberativo e judiciário.

interpretações feitas a partir de Platão e Aristóteles sobre os gêneros produziram confusões e substituições que passaram despercebidas. O rompimento com a estética clássica só se daria a partir no século XVIII, com contribuições de Schlegel, e de outros teóricos do romantismo alemão. Segundo Genette (1977:402), a obra de Batteux<sup>31</sup>, embora ainda ancorada na visão de poética aristotélica, foi um ponto de transição entre as duas poéticas porque incluía a Lírica como uma possibilidade dentro da «imitação». Nos nossos tempos atuais, seria admissível interpretar tal postura como «o reconhecimento da ficcionalidade na Lírica». Devemos observar que mesmo havendo um rompimento com os ideais da estética clássica como o mostra Genette (1977), a existência da «imitação» nos outros gêneros não-literários não entraram na discussão, ou seja, não constituem uma questão, e permaneceram circunscritos à esfera da Retórica. Mesmo no texto de Genette acima citado, não há nenhuma referência a gêneros não literários, embora o título do artigo (Genres, «types», modes) pudesse abarcar tal modalidade.

Assim sendo, a divisão sugerida pela Antiguidade Clássica e sustentada pela tradição escolar permaneceu, mesmo que em determinados momentos esta permanência se desse de maneira pouco perceptível, até os dias atuais. Um desses vestígios pode ser visto na divisão proposta pela estética

---

<sup>31</sup> Genette não cita a referência bibliográfica de Batteux, há somente a menção «capítulo 13: sur la poésie Lyrique»

romântica do séc. XIX entre textos intransitivos e textos transitivos. De acordo com Maingueneau (2004:43)

“[...] eis um caso que inspira reflexão: é surpreendente que, ainda hoje, a maior parte dos especialistas da literatura ignore tudo o que é feito sobre este tema nos trabalhos sobre o discurso, e que a maior parte dos pesquisadores sobre o discurso evite levar em conta categorizações advindas dos estudos literários. Assim agindo, estes especialistas reproduzem, sem perceber, a divisão que foi imposta pela estética romântica do início do século XIX, divisão esta que se fez entre textos “intransitivos” – expressão da “visão do mundo”, de uma individualidade criadora – e textos “transitivos” – de menor prestígio, que estariam a serviço das necessidades da vida social.”

Nesta linha de pensamento, os gêneros literários estariam associados aos textos intransitivos, mais prestigiados; e os textos transitivos, aos gêneros de discurso, logo, de uso cotidiano e de «menor valor». Ainda de acordo com Maingueneau (2004), esta divisão ainda se reflete, atualmente, nos cursos de letras, mais especificamente no âmbito da organização das disciplinas. De alguma maneira, ou pelo menos temos essa impressão, o tema ficcionalidade parece «pertencer» aos Estudos literários.

Na época em que vivemos, pensamos, seria necessário ter uma outra visão dessa questão. Tentaremos demonstrar no decorrer de nosso trabalho que os gêneros podem ser permeados tanto de ficcionalidade quanto de factualidade, independente de pertencerem à instituição literatura ou a qualquer outra.

### 3.5.2 - A influência dos preceitos católicos no ocidente

A relação entre ficcionalidade e religiões também, pelo que nos parece, é problemática. No caso dos textos fundadores de doutrinas, se pensarmos na Bíblia, por exemplo, é possível notar que existem várias passagens que podem ser classificadas de «ficcionalis». A título de ilustração, mencionamos: as parábolas, a travessia do mar vermelho, os episódios de Sodoma e Gomorra, a vida de Jonas dentro de uma baleia, o fato de uma virgem engravidar, o espetacular dilúvio e a arca de Noé com representantes de cada espécie da fauna e da flora do mundo daquela época (tal embarcação pareceria estar mais próxima do que concebemos hoje como “transatlântico” do que da noção que temos de arca), entre outros. Em vários outros textos religiosos também podemos encontrar - por exemplo, nos Mitos da Criação - vários índices de ficcionalidade: o nascimento dos deuses a partir da cópula entre a Terra e o Céu, a criação dos homens a partir do mais diversos materiais (barro, argila, costelas...), as formas físicas de alguns deuses (as metamorfoses de Zeus, por exemplo), o hábito de alguns deuses comerem seus filhos e eles sobreviverem ao suco gástrico de seu estômago etc. No entanto, vale ressaltar que o estatuto de textos religiosos é definido de acordo com o posicionamento do sujeito em relação a sua crença.

Na perspectiva de um pesquisador, poderíamos dizer que para um não-crente, eles podem ser ficcionais e para um crente, os textos por eles considerados sagrados, são factuais. Embora tais índices de ficcionalidade existam, não nos parece que sejam bem aceitos pelas religiões, justamente pela ambigüidade que a palavra «ficção» pode sugerir. Em outros termos: a crença na verdade é crucial para o discurso religioso e não poderia ser questionada ou relativizada. A idéia de ficcionalidade poderia trazer dúvidas sobre a crença e, por conseguinte, falir a idéia de Verdade Divina que sustenta as religiões. Então, tocamos no ponto que nos interessa: o que definimos como «a verdade»? Tal entendimento será de grande valia para a aceitação ou negação da ficcionalidade, como o veremos adiante.

A Igreja católica, com seus mais de 2000 anos de existência, não deixou de interferir na questão da ficcionalidade, pois, como o dissemos acima, admitir a ficcionalidade na Bíblia, por exemplo, poderia colocar em cheque vários de seus dogmas, até mesmo a real existência de Deus. Seria relevante lembrar que o estado laico é uma questão relativamente moderna e que a Igreja, durante muito séculos, esteve sempre ao lado do poder, e em algumas épocas, ela própria constituía esse poder já que era a Igreja quem regia as cerimônias de coroação dos reis na Europa por muitos séculos. Citemos aqui, como exemplo, o caso de Richelieu<sup>32</sup>, na França. Em decorrência dos poderes

---

<sup>32</sup> Para aqueles que não estão a par: RICHELIEU (Armand Jean DU Plessis, *cardeal DE*), estadista francês (Paris, 1585 - *id.*, 1642). Durante mais de 18 anos foi o verdadeiro governante

outorgados à Igreja, seria natural que até mesmo as leis sofressem a influência dos valores desta instituição religiosa e a unicidade da verdade, por sua vez, fosse colocada como um valor inquestionável da virtude.

Para mencionar um outro caso de influência da Igreja, podemos citar mais um fato ocorrido na França. De acordo com Zufferey (2000:475-6), no século XVII, havia uma proibição, por parte da Igreja, de se produzir ficção<sup>33</sup>:

“Dans la première moitié du Grand Siècle, la production de fictions est encore ouvertement réprouvée par l’Église et il arrive que leurs auteurs soient condamnés par la censure. [...] Néanmoins, et quelle que fût leur rareté, ces inculpations se sont trouvées légitimées par des arguments judiciaires et donc, ultimement, par une idéologie institutionnelle reconue.”

(Tradução nossa:

“Na primeira metade do Grande Século, a produção de ficções é ainda abertamente reprovada pela Igreja e havia casos em que seus autores eram condenados pela censura. [...] Entretanto, mesmo sendo raras, estas condenações foram legitimadas por argumentos jurídicos e, portanto, em última instância, por uma ideologia institucional reconhecida.”)

A citação acima pode ilustrar a que ponto a Igreja poderia intervir nas leis do Estado, tornando-se um poder paralelo que decidia sobre a vida dos cidadãos.

Ainda de acordo com o autor acima citado, havia dois argumentos que podiam justificar a prisão de um escritor de ficções: o primeiro, e mais

---

da França, tendo conseguido fortalecer a monarquia francesa. [...] O Papa Gregório XV fez Richelieu cardeal em 1622. Em 1624 ele recuperou seu lugar no Conselho Real. Serviu com grande perícia e habilidade e em breve tornou-se a pessoa de maior influência no governo francês. Governou a França de 1624 a 1642 em nome de Luis XIII.

©2004 Enciclopédia Koogan-Houaiss Digital

<sup>33</sup> Não estamos querendo dizer que não houvesse produção romanesca na época, mas mencionar que mesmo não sendo muito aplicada, a Igreja tinha o poder de censurar.



fundamental, seguiria uma razão teológica e, o segundo, seria guiado por uma razão moral.

A razão teológica para que a ficção fosse condenada é assim descrita por Zufferey (2000:476):

“[...] dans cette société profondément religieuse, le monde ne se conçoit pas en lui même, mais en tant qu’objet de la création divine. De manière analogue la fiction elle également, s’affiche comme création. Mais concurrence indigne, elle ne peut être que sacrilège, insulte à la théologie. En effet d’une part elle apparaît comme tentative d’usurpation d’un privilège divin en ce qu’elle signe l’acte originel de la Création et, d’autre part, elle est tromperie puisqu’elle fait illusion sur l’objet même de la création.”

(Tradução nossa:

“[...] nesta sociedade profundamente religiosa, o mundo não se concebe por si só, mas como objeto da criação divina. De maneira análoga, a ficção também se mostra como criação. Mas concorrência indigna, ela somente pode ser sacrilégio, insulto à teologia. De fato, de um lado, ela aparece como tentativa de usurpação de um privilégio divino quando assina o ato original da Criação e, de outro lado, ela é enganação, já que cria uma ilusão sobre o próprio objeto da criação”)

Em tais argumentos, podemos ver esboçada a idéia, que é quase um estigma: a ficcionalidade vista de forma negativa como ato de fingir, enganar. E também a prevalência da crença em um unicidade da verdade.

A outra razão citada acima, seria de ordem moral. Segundo Zufferey (2000:477), havia a crença de que o agir humano não seria somente determinado pela razão, mas também pelas paixões que motivam cada

indivíduo. Nessa perspectiva, os romances, e por extensão a ficcionalidade, eram maléficos:

“[...] le roman – qu’il soit heroïque, amoureux ou comique – exhibe des passions dérégées et, de ce fait, exacerbe ces mêmes passions chez le lecteur. Par conséquent, le grief qui lui est fait de mettre en péril l’équilibre interne du sujet concerne ultimement un dérèglement des habitudes comportementales.”

(Tradução nossa:

“[...] o romance – que ele seja heróico, amoroso, cômico – exhibe paixões desregradadas e, por isso, exacerba essas mesmas paixões no leitor. Conseqüentemente, o prejuízo que ele causa ao colocar em perigo o equilíbrio interno do sujeito tem relação, em última instância, com um desregramento dos hábitos comportamentais.”)

A Igreja, ao censurar os romances, estaria censurando também a ficcionalidade e contribuindo para criar uma concepção negativa do termo. Não nos cabe aqui mencionar todas as implicações ideológicas que tal censura representa, mas é possível perceber que não seriam poucas.

Para finalizar esta seção, não nos contivemos em não relatar uma história no mínimo ardilosa. Zufferey (2000) faz toda a contextualização do status da ficção no século XVII, como o expusemos acima, com o objetivo de fazer um estudo da obra do bispo de Belley, na França, chamado J.-P. Camus (1584-1652). O referido bispo foi autor de trinta e cinco romances e vinte e uma coletâneas de narrativas curtas. Como vimos, a Igreja condenava moralmente os escritores, no entanto, J.-P. Camus, à frente de um bispado, publicou vários romances, como isso foi aceitável? De acordo com Zufferey (2000), para fugir de uma possível acusação de que «estivesse cometendo a heresia de criar um

mundo à semelhança do ato divino de criar», J.-P. Camus argumentava que suas obras tinham uma função edificante e que, na verdade, não eram «criação», mas sim segredos de confissão (cujas identidades reais eram omitidas), ou seja: seus livros continha histórias reais. Ele transformava tais segredos em romances para que servissem de exemplo ou de ensinamento de virtudes para os fiéis, cuja finalidade era impedir que repetissem os mesmos pecados cometidos pelas outras pessoas. Ao que nos parece, esse bispo, astutamente, aplicou um cheque-mate: já que os segredos de confissão não são violáveis em nenhuma hipótese, ninguém poderia provar se seus textos eram realmente histórias reais de pessoas das quais foi confessor ou se ele as inventava. Como diriam alguns: *touché!*

Certamente, a influência da Igreja Católica diminuiu, mas no Brasil, pelo menos, podemos ver o surgimento e o estabelecimento de Igrejas Evangélicas cujas regras podem variar. Há algumas em que não se pode assistir à programação cotidiana dos canais de televisão; novelas e filmes são considerados «obras do diabo», e em pleno século XXI muitas leituras ainda são proibidas. Em nome de «Deus» criam seus próprios programas televisivos, seus livros, sua música etc. No caso desta última, por exemplo, há o *White metal* (tipo de *heavy metal* que cultua deus), que foi criado em oposição ao *black metal* (tipo de *heavy metal* que cultua o demônio).

Os tempos mudam e com tais transformações surgem as novas modalidades de censura e de imposição de credos. Contudo, queiramos ou não, a idéia de «ficcionalidade edificante» ainda permanece sendo propagada e, de forma clara ou subentendida, os valores do catolicismo acima descritos são passados para as outras religiões, e estas, por sua vez, os repassam para as instituições, inclusive para as escolas.

### **3.5.3 - O efeito da censura em diversas épocas**

Na Antiguidade Clássica, há o célebre fato de Platão ter expulsado os poetas de sua República. A nosso ver, a atividade dos poetas somente personificaria o que representava a ficcionalidade naquela época, em outros termos: a ficcionalidade colocaria em questão uma «verdade» única e absoluta. No entanto, o próprio Platão, ao escrever seus *Diálogos*, coloca Sócrates como seu personagem, o que, na época em que vivemos, poderia ser interpretado como um recurso ficcional, ou um efeito de ficção.

Parece-nos que, além dos fatores de coibição da ficcionalidade acima mencionados, haveria mais um outro fator: o papel dos livros - e por conseqüência, da aquisição da cultura e do saber, em uma sociedade.

Dependendo do período histórico em que se vive, o ato de escrever um livro pode representar uma denúncia, um protesto, ou uma outra forma de ver o mundo diferente daquela que determinadas instituições ou governos prefeririam que as pessoas vissem. Nessas circunstâncias, alguns textos, sejam eles ficcionais ou factuais, tornaram-se um incômodo para alguns governantes e para algumas instituições.

Assim pensando, a história do livro e da leitura se mistura à história da ficcionalidade. Queimar ou censurar livros é, de alguma forma, coibir também a ficcionalidade, pois muitos livros se valem desse recurso para se constituírem. Um outro aspecto a ser mencionado é que a ficcionalidade pode ser usada para denunciar situações que não poderiam ser ditas de forma literal ou para criar em seus leitores, idéias «prejudiciais à manutenção da ordem do sistema». Baseando-nos em Manguel (1998:377), podemos fazer uma pequena enumeração de alguns casos em que livros foram destruídos:

“[...] Les oeuvres de Protágoras furent brûlées vers 411 à Athenes. En l’an ~213, l’empereur de Chine Shih Huang-ti essaya d’en finir avec la lecture en brûlant tous les livres de son royaume. Vers 168, la bibliothèque juive de Jérusalem fut détruite de propos délibéré pendant le soulèvement des Macchabées. Au premier siècle de notre ère, Auguste exila les poètes Cornelius, Gallus et Ovide et interdit leurs oeuvres. L’empereur Calígula ordonna de brûler tous les ouvrages d’Homère, de Virgile et de Tite-live (mais son édit ne fut pas exécuté). En 303 Dioclétien condamna au bûcher tous les livres chrétiens. Et ce n’était qu’un début. Le jeune Goethe, témoin à Francfort de la destruction d’un livre par le feu eut l’impression d’avoir assisté à une exécution. [...]”

(Tradução nossa:

"[...] As obras de Protágoras foram queimada por volta de 411, em Atenas. No ano de ~213, o imperador da China Shih Huang-ti tentou acabar com a leitura queimando todos os livros do seu reino. Por volta de 168, a biblioteca judia de Jerusalém foi destruída propositalmente durante o levante dos Macabeus. No primeiro século de nossa era, Augusto exilou os poetas Cornélio, Galo e Ovídio e proibiu as suas obras. O imperador Calígula ordenou que queimassem as obras de Homero, Virgílio e Tito Lívio (mas seu édito não foi executado). Em 303, Diocleciano condenou à fogueira todos os livros cristãos. E isso era só o começo. O jovem Goethe, testemunho em Frankfurt da destruição de um livro pelo fogo, teve a impressão de ter assistido a uma execução. [...]"

Estas situações acima descritas servem para ilustrar de que maneira os textos portadores ou não de ficcionalidade sofreram repreensões e censuras em diversas épocas. Os livros podem permitir uma visão da realidade a partir de muitos vieses e tal fato não é muito conveniente para posições dogmáticas.

Em sua história da leitura, Manguel (1998:377) tece considerações sobre a censura e, na nossa opinião, mostra uma visão que cabe tanto para textos de estatutos ficcionais ou factuais:

"La censure est par conséquent, sous une forme ou une autre, le corollaire de tout pouvoir, et l'histoire de la lecture est éclairée par une suite apparemment sans fin d'autodafés, des premiers rouleaux de papyrus au livres de notre temps."

(tradução nossa:

"A censura é, conseqüentemente, de uma forma ou de outra, o corolário de todo o poder e a história de leitura é iluminada por uma seqüência sem fim de autos-de-fé: dos primeiros rolos de papiro até os livros de nosso tempo")

A censura como corolário do poder pode muito bem ser exemplificada com casos que ocorreram durante o período ditatorial vivido no Brasil após o golpe de 1964. Naquela época a liberdade de imprensa não estava assegurada e o governo não tolerava comentários a respeito de sua conduta. Assim sendo, se valer da ficcionalidade foi uma estratégia usada por muitos jornalistas para poderem se manifestar. Abaixo transcrevemos uma «previsão do tempo» publicada pelo Jornal do Brasil em 14 de dezembro de 1968, logo após a proclamação do Ato Institucional nº 5:

“Tempo negro. Temperatura sufocante. O ar está irrespirável. O país está sendo varrido por fortes ventos. Máxima de 38 graus em Brasília. Mínima de 5 graus nas Laranjeiras.”

Esta previsão do tempo foi publicada na primeira página, no canto esquerdo do cabeçalho, próxima ao nome do jornal. Observando alguns jornais da época, podemos notar que era comum a previsão do tempo aparecer neste espaço e a censura não percebeu que não se tratava de uma previsão do tempo e, sim, de uma avaliação feita pelo jornal da situação tempestuosa em que o país se encontrava. O jornalista autor do texto se vale da estrutura da previsão meteorológica (ventos, temperaturas máxima e mínima, qualidade do ar etc) para denunciar uma situação política.

É possível citar também as canções de Chico Buarque, Geraldo Vandré, Caetano Veloso, Gilberto Gil, o jornal *O Pasquim*, entre outros, que

fizeram suas críticas ao regime através da ficcionalidade. E tudo isso é razão mais do que suficiente para governos ditatoriais não serem muito simpáticos a ela.

#### 3.5.4 - A querela dos objetivistas x subjetivistas

É plausível dizer que todos os fatos que expusemos acima são dados empíricos e que foram apresentados de maneira condensada. Tal fato, sabemos, pode gerar controvérsias e, ocasionalmente, acusações de parcialidade. No entanto, mesmo expostos de forma breve, parece-nos que tais dados vão influenciar na visão de ciência que se construiu através dos tempos, ou seja: a razão de ser da ciência deve ser a busca de uma verdade absoluta. Sabe-se que a ciência, no decorrer dos séculos, necessitou adquirir uma metodologia de trabalho para que se pudesse ter mais legitimidade e credibilidade nos resultados. Um dos primeiros filósofos a sugerir um método de pesquisa foi Francis Bacon<sup>34</sup>, entre os séculos XVI e XVII.

---

<sup>34</sup> Para aqueles que não estão a par: BACON (Francis), filósofo e estadista inglês (Londres, 1561 - *id.*, 1626). Foi um dos defensores mais antigos e influentes do método empírico e científico na solução de problemas. Suas principais obras filosóficas são *O Progresso do Saber* (1605) e *Novum Organum* (1620). Estas foram as únicas que terminou de um projeto de seis volumes, chamado *Instauratio magna* (Grande Renovação), que seria uma pesquisa sobre os métodos,



Com a necessidade de procedimentos de análise mais estruturados e regularizados, surgiu, como consequência, a exigência da objetividade nas pesquisas científicas. Os modelos anteriores, sem uma metodologia rigorosa, foram então considerados subjetivistas, pois não continham regras de procedimento e eram baseadas na percepção superficial e pessoal das coisas. Assim, com o passar dos tempos e com o desenvolvimento dos processos de execução das pesquisas, criou-se o que Lakoff & Johnson (2002) denominam «mito do objetivismo» e «mito do subjetivismo».

Podemos dizer, de forma bastante superficial<sup>35</sup>, que durante muitos séculos permaneceu a idéia de que ser objetivista é ser «racional», e, por outro lado, ser subjetivista é ser «irracional e emocional». De acordo com Lakoff & Johnson (2002:295-6), o objetivismo poderia ser assim sintetizado:

“Há uma realidade objetiva e podemos dizer coisas que são objetivamente, absolutamente e incondicionalmente verdadeiras e falsas sobre ela. Mas, como seres humanos, estamos sujeitos a erros, isto é, a ilusões, a erros de percepção, a erros de julgamento, a emoções e vieses pessoais e culturais. Não podemos confiar nos julgamentos subjetivos dos indivíduos. A ciência nos oferece uma metodologia que nos permite ultrapassar nossas limitações subjetivas e atingir a compreensão a partir de um ponto de vista universalmente válido e desprovido de viés. A ciência pode, em última instância, dar-nos uma explicação correta, definitiva e geral da realidade, e

---

teorias e realizações da ciência experimental. Bacon também escreveu ensaios originais e espirituosos. ©2004 Enciclopédia Koogan-Houaiss Digital

<sup>35</sup> Temos plena consciência que o debate sobre o assunto é muito mais complexo e vários outros fatores, sejam eles históricos, sejam eles filosóficos, sejam eles lingüísticos, estão implicados. Pensamos que o objetivo de nossa tese não é discutir o mérito da questão e sim, mostrar de que maneira o objetivismo e o subjetivismo influenciaram no estudo da ficcionalidade.

graças a essa metodologia, ela progride continuamente em direção a esse objetivo. ”

Assim, nesta visão, quando se desenvolve e se publica um trabalho científico, devemos ser claros, objetivos e usar uma linguagem direta e sem ambigüidades. Ainda na perspectiva de Lakoff & Johnson (2002), o uso de metáforas, figuras retóricas, entre outros, deveria ser condenado pois “[...] seus significados não são claros nem precisos e não correspondem de um modo claro à realidade.” Como podemos observar, trata-se de uma posição bastante peculiar sobre o uso da linguagem e sobre como se deve exercer a atividade científica.

Por outro lado, no mundo subjetivo estariam valorizadas as emoções, a sensibilidade e a intuição. Fatos estes que seriam, na visão objetivista, desprovidos de realidade, ou, em outros termos, «irracionais». As palavras de Lakoff & Johnson (2002:297) podem bem ilustrar o que acabamos de dizer:

“Na maioria de nossas atividades práticas diárias, dependemos de nossos sentidos e desenvolvemos intuições nas quais confiamos. Quando surgem questões importantes, não importa o que os outros possam dizer, nossos próprios sentidos e nossa intuição são nossos melhores guias para a ação.”

“A arte e a poesia transcendem a racionalidade e a objetividade e colocam-nos em contato com a realidade mais importante de nossos sentimentos e intuições. Alcançamos essa consciência mais pela imaginação do que pela razão”

Como podemos observar, as teses subjetivistas tentavam se colocar exatamente no extremo oposto do que propunham as teses do objetismo. Eram duas posições paradoxais que pareciam não querer estabelecer um mínimo laço de compatibilidade. Ainda de acordo com os autores acima citados, a postura «irracional» do subjetivismo seria endossada, sobretudo, pelos poetas românticos do séc. XIX e, com o passar do tempo, ela foi se disseminando em algumas disciplinas.

O leitor deve estar se perguntando: “qual a relação de tais mitos com a ficcionalidade?” Gostaríamos de trabalhar com a hipótese que explanaremos a seguir. Ao longo dos anos, houve uma busca, por parte dos Estudos Lingüísticos, em se propor a ser uma ciência. Logo, foi necessário filiar-se ao objetivismo, ou seja: aplicação sistemática de métodos, mensuração de ocorrências, estatísticas de resultados, entre outros. No entanto, para ser ciência, era necessário também que seu objeto de estudo, a linguagem, fosse ancorada no que se supunha ser a realidade. Em outros termos: a lingüística deveria ser uma ciência comprometida com a «verdade». Assim sendo, a ficcionalidade com seu caráter vacilante – mais ou menos real, mais ou menos verossímil, não se encaixaria em tais propostas. Por outro lado, Como os subjetivistas se propuseram a estudar as produções estéticas, era natural que a ficcionalidade fosse abarcada por essa visão. Acreditamos que seja este um dos motivos pelos quais, na academia, a Teoria sobre a Ficcionalidade no Discurso

não tenha se desenvolvido. De um lado, se a as teorias lingüísticas se propusessem a estudá-la como um fenômeno objetivo, estariam lançando mão de seu estatuto de ciência e perderia a «racionalidade», pois a ficcionalidade não se encaixaria nos padrões de análise usados em vários momentos da história dos Estudos Lingüísticos. A problemática toda pode ser resumida em uma só frase: os objetivistas estariam preocupados em provar a verdade e a ficcionalidade não estaria neste campo, ela pertenceria a uma outra esfera. Por outro lado, se as teorias literárias se propusessem a estudar a ficcionalidade como fenômeno do discurso, estariam, de uma maneira ou de outra, entrando no âmbito dos outros discursos que não seriam vinculados à arte e, com isso, perderia seu estatuto de disciplina voltada para a «irracionalidade»: a estética, as emoções, intuições etc.

### **3.6 - Enfim, subir os degraus que antecedem o palco...**

Acreditamos que a união de todos os pontos que expusemos acima componha o conjunto de razões pelas quais a ficcionalidade ainda não tenha sido devidamente considerada como uma das abordagens de pesquisa possíveis, não só em Teorias do Discurso como também em Teorias Lingüísticas.

A partir do que explanamos acima, seria plausível pensar que a ficcionalidade, por vários séculos, tenha estado em uma posição marginal, periférica, e que só foi legitimada como um «objeto de pesquisa» quando recebeu estatuto de «arte». Se, de um lado, os Estudos Literários acolheram a ficcionalidade, de outro, em muitos momentos, a estudaram como um fenômeno «fora do real, sem relação com a verdade». Em outros termos: segregada na esfera do subjetivismo, o seu estatuto indefinido não seria incômodo para ninguém, pois não estava associada à verdade, logo, não estava no rol dos «objetos de pesquisa» das ciências objetivistas.

Podemos pensar que a separação aristotélica em gêneros retóricos e gêneros poéticos foi bem convenientes para o objetivismo e para o subjetivismo. Os gêneros retóricos estavam compromissados com a verdade, logo pertenceriam ao objetivismo. Já os gêneros poéticos, de estatuto ficcional, estariam claramente instalados nas modalidades de análise subjetivistas.

Na nossa opinião, para podermos entender o que representa a ficcionalidade nos dias atuais, seria preciso nos destituir dessa herança de censuras, de divisões estanques e dogmáticas, de busca de uma única verdade, e, sobretudo, nos despojarmos da crença em uma objetividade ou subjetividade puras, da crença de que são dois conjuntos sem interseções. Na nossa opinião, seria importante nos desapegarmos desse «legado» para podermos caminhar em direção a uma outra compreensão da ficcionalidade, ou seja, a ficcionalidade

é algo que ocorre amplamente na comunicação cotidiana. Na verdade, empiricamente, ela já ocorre de forma sistemática, somente esta ocorrência não é muito estudada, neste momento, resta-nos somente a tentativa de explicá-la em termos de método científico. Sabemos que não é uma tarefa fácil, mas é o que julgamos ser necessário agora empreender nesse momento. Se a pesquisa é uma aventura, nada mais agradável e excitante do que se lançar a ela ...

Para encerrar nossa viagem pelo tempo, no capítulo que se segue, tentaremos fazer um levantamento das teorias que estudaram a ficcionalidade de um ponto de vista, digamos, «beletrista». Desta forma, abordaremos conceitos como *enunciação* e *atos de fala* nesta retrospectiva teórica. Assim sendo, embarquemos em busca das teorias perdidas.



## 04

## EM BUSCA DAS TEORIAS PERDIDAS

Da mesma forma que o interesse pelo “fazer ficcional” remonta a vários séculos atrás, a tentativa de explicar «o *como* se caracteriza tal fazer» também vai ser concomitante à referida produção. Se nos propusermos a localizar no tempo o início da reflexão sobre o assunto, poderíamos citar as obras de Platão (*República*) e Aristóteles (*Poética* e *Retórica*) como os primeiros registros a que tivemos acesso em nossa pesquisa. No entanto, neste momento, não gostaríamos de fazer uma extensa revisão do histórico das teorias sobre a ficcionalidade, ou seja, adotar o procedimento clássico que parte da Grécia Antiga e finaliza o percurso nos nossos tempos atuais<sup>36</sup>. Optamos, nesse momento, por nos ater às teorias sobre a ficcionalidade desenvolvidas a partir do século XX. Trata-se aqui somente de buscar algumas teorias já disseminadas pelo tempo... em suma, um pouco de chá com *madeleines*.

De um ponto de vista da evolução das pesquisas sobre o tema no século supracitado, parece-nos que o tratamento do tema «ficção» concentrou-

---

<sup>36</sup> Gostaria de reportar aqui a conveniente fala do prof. Dr. Cláudio Moura e Castro, em palestra sobre “Metodologia de Pesquisa” proferida na Faculdade Pitágoras-BH, em 09 de agosto de 2004: A revisão bibliográfica não é para você recontar a história do mundo a partir dos Gregos e sim, para localizar o problema estudado na história do pensamento científico.

se, por algum tempo, no campo dos Estudos Literários e, neste íterim, as teorias lingüísticas acabaram ficando um pouco distantes de tal discussão. Além das razões já expostas no capítulo 3, uma das possíveis razões teóricas, dito a *grosso modo*, poderia ter sido até mesmo a inexistência de modelos teóricos sobre a linguagem que fossem capazes de explicar o fenômeno.

É possível dizer que os estudos sobre o discurso ficcional, do ponto de vista dos estudos da linguagem, ganharam fôlego com o aparecimento de trabalhos tais como: (a) as pesquisas feitas pelos Formalistas Russos, sobretudo Bakhtin (1970, 1978, 1982) com seus escritos sobre *polifonia* e *dialogismo*; (b) as reflexões sobre enunciação propostas por Benveniste (1966) e Hamburger (1983); (c) as pesquisas semiológicas de Barthes (1982, 1985, 1987), Greimas (1981, 1993); (d) o artigo de Searle (1995) "o estatuto lógico do discurso ficcional"; (e) Genette (1989, 1991); e, por fim, incluímos aqui as demais pesquisas que foram desenvolvidas a partir do pensamento fundador de tais teóricos. Estas contribuições forneceram novos instrumentos de análise e novas possibilidades de se estudar o tema.

Embora nos últimos 50 anos do século XX e nos primeiros anos 2000 o campo teórico tenha se tornado mais fértil, o tema «ficcionalidade» ainda permanece com aspectos um pouco obscuros e ainda encontramos lacunas conceituais que dificultam uma explicação mais eficiente do tema. De fato, como o mostra Montalbetti (2001:12), fazer uma abordagem sobre a



ficcionalidade é uma tarefa que exige atenção redobrada, visto que o assunto possui um vasto leque de posicionamentos teóricos possíveis:

" S'interroger sur le statut de l'énoncé de fiction suppose d'inscrire sa réflexion à l'intérieur d'une pensée plus large du langage. Chaque théorie du langage contient sa position sur la fiction, qui pourra tour à tour constituer le tout du langage ou à l'inverse une part spécifique et troublante qui semble venir transgresser les règles les plus habituelles de la pratique du discours."

(Tradução nossa:

"Interrogar-se sobre o estatuto do enunciado de ficção pressupõe inscrever sua reflexão em um pensamento mais amplo sobre a linguagem. Cada teoria da linguagem contém sua posição sobre a ficção que poderá, por vezes, constituir o todo da linguagem ou, ao contrário, uma parte específica e perturbadora que parece chegar a transgredir as regras mais habituais da prática do discurso.")

É possível ainda acrescentar à fala de Montabetti as relações interdisciplinares que são estabelecidas em tais estudos como, por exemplo, psicologia, sociologia, filosofia, enfim, todos os outros campos do saber que se baseiam na linguagem.

Assim sendo, no amplo – porém nem sempre satisfatório, rol das pesquisas sobre o assunto, podemos encontrar pelo menos duas modalidades de abordagem: (a) pesquisadores em Teoria e Crítica literária que se valem da lingüística para estudar a ficcionalidade; e (b) lingüistas que estudam a ficcionalidade a partir de uma focalização nas produções languageiras e discursivas de uma maneira geral. O objetivo de nosso trabalho é fazer uma

abordagem discursiva da ficcionalidade, logo, num primeiro momento, interessa-nos os estudos ancorados na segunda perspectiva acima mencionada. No entanto, tal escolha não impede de deixarmos de contemplar alguns pontos da primeira perspectiva.

Os modelos teóricos que estudam a ficcionalidade de um ponto de vista da linguagem<sup>37</sup> podem ser divididos em duas grandes categorias: teorias que sustentam a existência de marcas lingüísticas nos textos ficcionais e as teorias que negam tal existência. Estas últimas ancoram-se em abordagens que poderíamos caracterizar como visões predominantemente discursivas sobre o tema. A primeira categoria não encontra muitos intercessores e, não muito raramente, podemos observar em nossas leituras que alguns teóricos julgam a tese controversa. Já a segunda categoria, mais freqüentada, é onde encontramos modelos teóricos desenvolvidos a partir de várias correntes de pensamento. Como pequena ilustração, podemos citar algumas delas: Teoria Pragmática, Teoria Cognitiva, Teoria da Referência, Semântica dos Mundos possíveis, Narratologia, entre outras. A seguir, faremos uma breve exposição sobre estes dois grupos de posicionamento em relação à ficcionalidade. Caro, leitor, acompanhe-nos por este *jardim de caminhos que se bifurcam*.

---

<sup>37</sup> Abarcando aqui as abordagens feitas pelas pesquisas em Estudos Lingüísticos e Estudos Literários.

#### 4.1 - Teorias que defendem a existência de marcas lingüísticas nos textos ficcionais

Pode-se dizer que um dos pilares dessa perspectiva de pesquisa seja o trabalho da alemã Käte Hamburger. Partindo da noção de Enunciação em vigor nas academias de seu país nos anos 1950, a referida autora realizou um estudo cujo título do original em alemão é *Die logik Dichtung*<sup>38</sup> e cuja tradução para o português brasileiro, já nos anos 1980, resultou em *A lógica da criação literária*. Com base em um *corpus* constituído por textos literários em língua alemã, a supracitada pesquisadora tentou estudar o texto literário a partir dos preceitos da Lógica e da Enunciação.

Gostaríamos de abrir um parêntese para mostrar que, naquele momento, as concepções de Comunicação e de Enunciação eram um pouco diferentes daquelas que lidamos atualmente. Não que as perspectivas teóricas utilizadas em meados do século XX fossem equivocadas, pelo contrário, podemos ver nelas esboçadas os preceitos que ainda hoje consideramos úteis para a elaboração de nossos quadros teóricos. Uma das concepções vigentes

---

<sup>38</sup> O trabalho de Hamburger foi originalmente publicado na Alemanha em 1957 e foi orientado por H. Weinrich, que, para quem não está a par, possui vários estudos sobre a questão da temporalidade em textos literários, trabalhos estes bastante difundidos internacionalmente no meio acadêmico.

naquela época pode ser exemplificada pelo pensamento de Bühler<sup>39</sup>, citado por Hamburger (1986:19): “A palavra ‘eu’ representa todos os possíveis emissores de comunicações humanas e a palavra ‘tu’ a classe de todos os receptores.” A relação “EU-TU”, proposta em 1934, foi a base de muitas teorias e é ainda hoje considerada.

Na época em que Hamburger (1986:19-20) escreveu seu trabalho haveria uma diferença entre Teoria da Comunicação (um EU que se refere a um TU) e Teoria da Enunciação ( relação Sujeito-Objeto):

“[...] Enquanto esta última {a enunciação} se revela como uma teoria da estrutura e sobretudo, da estrutura oculta da linguagem, a Teoria da comunicação ou do discurso somente concerne à situação da linguagem falada. Verifica-se que o eu-emissor é algo diferente do sujeito-de-enunciação da linguagem, cuja noção oposta também não é a do Tu receptor, mas de objeto.”

“[...] *É a enunciação que se apresenta como estrutura-sujeito-objeto da lingua.* (grifo da autora)” Em outros termos, a enunciação contém em si “não apenas a proposição enunciativa (isto é, a proposição declarativa), mas também a interrogativa, a optativa, a imperativa e a exclamativa, são enunciações. Enunciações de um sujeito-de-enunciação sobre um objeto-de-enunciação ”

Fazendo uma breve avaliação dos trabalhos publicados desde então, é possível notar, em vários pesquisadores<sup>40</sup>, uma outra tendência teórica na qual estão unidas as duas perspectivas enumeradas por Hamburger: comunicação e

---

<sup>39</sup> BÜHLER, Karl. *Sprachtheorie*. Iena: Fisher, 1934. p.90

<sup>40</sup> Podemos mencionar alguns pesquisadores lembrando que cada perspectiva teórica guarda as suas idiossincrasias: Jakobson (1963); Benveniste (1966); Eco (1979, 1994); Ducrot (1984); Gilli (1982) etc

enunciação. Podemos citar, como ilustração, A teoria Semiolingüística na qual Charaudeau (2001b)<sup>41</sup> define os sujeitos da linguagem como um desdobramento da relação acima citada: há, no circuito externo (portanto, situacional) da fala, um EU<sub>comunicante</sub> que estaria em relação com um TU<sub>interpretante</sub>; Já no circuito interno da fala (portanto, no âmbito do discurso) encontramos um EU<sub>enunciador</sub> que está em relação com um TU<sub>destinatário</sub>. Vemos na referida teoria a junção entre o que se pensava ser enunciação e comunicação naquela época.

Para finalizar este parêntese, gostaríamos ainda de chamar a atenção para o que afirma Philippe (2000:05):

“Le véritable point de départ est néanmoins à placer à la fin des années cinquante lorsque Émile Benveniste en France et Käte Hamburger en Allemagne affirmèrent presque simultanément qu’on ne pouvait rendre compte des caractéristiques formelles de certains textes narratifs qu’en sortant d’une conception strictement «communicationnelle» de la narration.”

(tradução nossa:

“o verdadeiro ponto de partida, no entanto, deve ser localizado nos anos 50, quando Émile Benveniste, na França, e Käte Hamburger, na Alemanha, afirmaram quase simultaneamente que somente seria possível tratar das características formais de alguns textos narrativos abandonando uma concepção estritamente «comunicacional» da narração.” )

A respeito de tais palavras, podemos dizer que, para a época, reconhecer a enunciação em um texto narrativo era algo inovador porque dissociava do texto

---

<sup>41</sup> Cf. também Charaudeau (1983, 1992, 1995).

a idéia de «comunicação», ou seja, desvinculava as produções escritas de um estudo que as via meramente como «uma reprodução da linguagem oral». Talvez, naquele momento histórico, tivesse sido importante frisar as diferenças entre a linguagem oral e a linguagem escrita.

Voltemos à exposição da tese de Hamburger (1986). Levando em consideração as categorias aristotélicas “Lírica” e “Epopéia”, a referida autora instituiu a classificação de uma modalidade de textos narrativos que reuniu sob a denominação de “gênero ficcional ou mimético”. Em sua argumentação, levantou a hipótese da existência de marcas lingüísticas mensuráveis que seriam específicas do texto ficcional e fez a restrição de que somente os enunciados de textos literários em terceira pessoa, ou seja, aqueles pertencentes ao gênero Epopéia, seriam de fato ficcionais. Por outro lado, os textos literários em primeira pessoa, pertencentes à Lírica, não o seriam.

Na pesquisa realizada por esta autora, as especificidades do discurso ficcional produzido em terceira pessoa se apoiariam nos seguintes índices enunciativos<sup>42</sup>: (a) presença de verbos que indicam processos interiores – pensar, refletir, crer, etc; (b) emprego maciço de diálogos, do discurso indireto livre e do monólogo interior; (c) utilização de verbos de situação em enunciados que dizem respeito a eventos distantes no tempo e no espaço e (d) emprego

---

<sup>42</sup> Tais índices enunciativos são comentados mais detalhadamente em Mendes-Lopes (2000a p. 44-61)

de dêiticos espaciais e temporais com o uso do tempo verbal mais-que-perfeito, como, por exemplo, “verbo no particípio passado + agora”.

No nosso entender, tais índices não seriam muito eficientes para a distinção entre o factual e o ficcional. É possível que as características levantadas por Hamburger (1986) sejam encontradas em textos ficcionais, mas poderiam, da mesma forma, estarem presentes em textos factuais. Para nós, tal diferenciação seria frágil e dependeria do tipo de texto estudado, do estilo de cada autor, da época em que o texto foi escrito, entre outras possibilidades.

Uma outra limitação da teoria que poderia ser apontada é o fato de a autora defender a existência da ficção somente em textos narrados em terceira pessoa. Este também foi um dos aspectos que contribuíram para que sua teoria fosse amplamente criticada. Como exemplo, citamos alguns autores: Vuillaume (1990), Genette (1991), Schaeffer (1999), Cohn (2001), Montalbetti (2001) etc. Em suma, pode-se condensar as opiniões dos referidos autores nas seguintes palavras: eles argumentam que os textos literários em primeira pessoa também são ficcionais, que tais indicies enunciativos específicos do texto ficcional não seriam mesuráveis e que seria necessário, por exemplo, analisar todas as obras literárias de que dispomos para se obter quais marcas lingüísticas representariam, de fato, estas especificidades. Muitos julgam que esta seria uma tarefa inexecutável, daí a impossibilidade de se estabelecer categorias dessa natureza.

Podemos ainda acrescentar um outro ponto de vista às restrições acima: se a questão é «delimitar a especificidade do texto ficcional literário» não seria necessário fazê-lo em contraste com textos que não fossem literários? Dito de outra forma, parece-nos que somente um estudo comparando «textos ficcionais literários» e «textos factuais não-literários<sup>43</sup>» poderia deixar transparecer qual é a especificidade (se ela realmente existe) de tal grupo de textos, ou seja, somente uma análise contrastiva dessa natureza poderia delimitar se há ou não especificidades lingüísticas no campo da ficção. Ainda há uma outra indagação a ser feita: como distinguir, no caso da pesquisa de Hamburger, «marcas» de «estilo»? Levando-se em consideração que a prática da escrita literária é também uma técnica do bem escrever, por que não seria possível encontrarmos textos factuais com as mesmas marcas lingüísticas percebidas nos textos literários e, nesse caso, usadas estrategicamente por alguém que queira ser um exímio redator?

Embora a defesa de marcas lingüísticas no texto ficcional seja discutível, devemos considerar que a proposta de Hamburger contribuiu para uma reflexão sobre o assunto e ainda hoje proporciona subsídios para uma reflexão sobre a ancoragem enunciativa das narrativas ficcionais. No histórico de seu espólio, percebe-se que algumas teses foram abandonadas e que permaneceram os estudos de princípios teóricos direcionados para as pesquisas

---

<sup>43</sup> Como o veremos adiante, existem textos literários que são factuais, como exemplo podemos citar a Carta de Pero Vaz de Caminha.



sobre o discurso direto, discurso indireto e discurso indireto livre, mais especificamente na linha dos estudos anglo-saxônicos sobre a linguagem.

Na referida linha de pesquisa, destaca-se o trabalho de Banfield (1982) intitulado *Unspeakable sentences* no qual a autora defende a tese de que no discurso ficcional existem enunciados sem «locutores» ou sem «enunciadores». Em outros termos, seriam enunciados que perpassariam o texto e que não pertenceriam nem aos personagens nem ao narrador. Estes enunciados sem locutores estariam presentes no discurso indireto livre. De acordo com Philippe (2000), apesar de ter tido uma boa aceitação na esfera das academias anglo-saxônicas, a teoria de Banfield foi mal recebida nos circuitos acadêmicos franceses e criticada por conter pontos obscuros e questionáveis.

Um exemplo de tal questionamento é a pesquisa feita por Reboul (2000) na qual recusa a hipótese de Banfield e diz que os enunciados “sem locutores” no estilo indireto livre estariam sujeitos às mesmas regras válidas para qualquer enunciação e, portanto, não constituiriam marcas de ficcionalidade. Para chegar a tal dedução, Reboul procedeu à análise do funcionamento referencial dos pronomes de terceira pessoa em enunciados contendo o estilo indireto livre. Vejamos a conclusão do referido estudo:

“De façon générale, donc, on peut considérer que le style indirect libre, n'est ni plus ni moins littéraire, ni plus ni moins lié à la fiction que n'importe quelle forme linguistique. On peut en considérer qu'il s'agit d'un type de discours interprétatif au sens de Sperber et Wilson et que, sur une échelle qu'irait de la

plus à la moins grande fidélité au discours ou aux pensées représentées, il se situerait vers le pôle de la plus grande fidélité, ce qui explique tout à la fois son poids explicatif pour l'application de la stratégie de l'interprète et le rôle qui lui ont souvent été attribués les récits de fiction." Rebol (2000:28)

(Tradução nossa:

"De maneira geral, então, pode-se considerar que o estilo indireto livre não é nem mais nem menos literário, nem mais nem menos ligada à ficção que qualquer outra forma linguística. Pode-se considerar que se trata de um tipo de discurso interpretativo no sentido de Sperber e Wilson e que, de uma escala que iria de uma maior a uma menor fidelidade ao discurso ou aos pensamentos representados, ele se situaria em direção ao pólo da maior fidelidade, o que explica, ao mesmo tempo, seu peso explicativo para a aplicação da estratégia do intérprete e o papel que lhe atribuem as narrativas ficcionais." )

É possível perceber na citação acima uma estrutura de argumentação que quase sempre perpassa as refutações sobre a existência de marcas linguísticas no âmbito da ficção: o uso da língua é o mesmo tanto em textos factuais quanto em textos ficcionais. Seriam os fatores extralingüísticos - ou situacionais, os responsáveis pelo estatuto "factual" ou "ficcional" de um texto.

#### **4.2 - Teorias que não reconhecem a existência de marcas linguísticas nos textos ficcionais**

Esta categoria abrange um número bem mais considerável de pontos de vista do que aquela que defende a existência de marcas linguísticas. Pode-se

dizer que o texto fundador dessa perspectiva de pesquisa seja "The Logical status of Fictional Discourse" publicado por J. R. Searle<sup>44</sup>, na Inglaterra, em 1974. No Brasil, o artigo ganhou o título de "O estatuto Lógico do discurso ficcional" e está inserido no livro *Expressão e significado*, na edição nacional de 1995.

A argumentação sobre a inexistência de marcas lingüísticas em enunciados de ficção pode ser assim exposta, de acordo com Searle (1995:106): "... *Não há nenhuma propriedade textual, sintática ou semântica que identifique um texto como obra de ficção.*" Na concepção deste autor, se postularmos que existe uma linguagem específica usada em textos ficcionais, estaríamos dizendo, de uma certa maneira, que usaríamos a língua de outra forma quando construímos a ficção – ou seja, as palavras não teriam o mesmo sentido que possuem usualmente e nos valeríamos de um dispositivo específico para interpretá-las. Dessa ótica, a diferença entre o estatuto factual e ficcional de um texto não residiria exatamente no âmbito lingüístico, mas na situação de comunicação na qual o texto está inserido.

Ainda na perspectiva de Searle (1995:106), fazer ficção seria "*fingir realizar atos ilocucionários*". Para este autor, "fingir" é um ato linguageiro intencional e convencional. Tais considerações geraram o aparecimento de vários outros pontos de vista. Citemos, como exemplo, alguns autores que desenvolveram reflexões sobre o assunto a partir dessa visão da *Teoria dos*

---

<sup>44</sup> Artigo publicado no periódico: *New Literary history*, V (1974): 319

*Atos de Fala*: Iser (1979), Genette (1989), Maingueneau (1990), Reboul(1992), Tadié (1998), Schaeffer (1999), Cohn (2001), Montalbetti (2001), entre outros.

De uma maneira geral, os autores acima citados concordaram com as posições de Searle (1995) e tentaram estudar o texto literário (que aqui se confunde com ficcional) como um macro ato de linguagem que se subdividiria em micro atos. Parece-nos que embora Searle tenha aberto caminho para uma reflexão sobre a ficcionalidade de um ponto vista extra-literário, muitos pesquisadores se mantiveram no campo dos Estudos Literários, ou se empenharam em realizar pesquisas em áreas limítrofes como autobiografia, narrativas históricas, entre outras .

Consideramos que a perspectiva de Searle (1995) contribuiu para ampliar a noção de ficcionalidade no campo dos estudos sobre a linguagem e nossa pesquisa, de certa forma, tem o seu ponto de partida no trabalho do referido teórico. No entanto, parece-nos que desenvolver um trabalho de teorização ampla sobre ficcionalidade tendo como base a Teoria dos Atos de Fala não seria possível nesse momento. A nosso ver, a referida teoria não possuiria a abrangência necessária para realizar tal tarefa. Assim sendo, gostaríamos de desenvolver uma reflexão sobre a ficcionalidade tendo como fio condutor a Teoria Semiolingüística de P. Charaudeau.

Apesar de também nos valermos do clichê, observamos que nas últimas décadas tornou-se um lugar comum em pesquisas que tentam teorizar

sobre a ficcionalidade o seguinte procedimento: num primeiro momento, expõe-se o pensamento de Hamburger com o objetivo de criticá-lo para, num segundo momento, deter-se na perspectiva apresentada por Searle(1995), mas sem apresentarem avanços consideráveis sobre os pontos que são levantados pelo teórico. A nosso ver, a questão parece girar em círculos. Na maioria dos trabalhos que lemos no decorrer desta pesquisa, nos deparamos com uma ampla discussão sobre os dois autores, mas observamos uma escassez de propostas alternativas que pudessem ser mais convincentes ou que pudessem lançar um modelo sobre a ficcionalidade no discurso.

Gostaríamos de frisar que os estudos de Hamburger(1986) e Searle (1995) são importantes e seus escritos são fundadores de qualquer caminho que queiramos trilhar para estudar o estatuto ficcional/factual dos gêneros do discurso. No entanto, é preciso se desvencilhar desse círculo vicioso de existência de marcas lingüísticas/ inexistência das mesmas.

Polêmicas ou não, questionáveis ou aceitáveis, todas essas reflexões são de grande valia porque testaram modelos sobre o estudo da ficcionalidade e, por isso, são de suma importância no quadro de uma revisão teórica sobre o tema. Pensamos que não poderíamos chegar ao estágio em que estamos sem as tentativas de explicação, sem os erros e acertos do passado. Parece-nos que nenhuma teoria é totalmente inválida, somente algumas

parecem ter mais pontos convergentes com a análise que queremos fazer do que outras.

Nesse mundo de escolhas, de modas e de possibilidades, cabe ao pesquisador respeitar e reconhecer o pensamento daqueles que produziram e, principalmente, saber situá-los historicamente. A nosso ver, esta é uma das ricas possibilidades da pesquisa acadêmica. Da mesma forma que precisamos ter um pé no passado, é necessário também que lancemos um passo e um olhar em direção ao futuro e tentemos analisar as produções discursivas sob a luz da atualidade. Se a querela é existência de marcas lingüísticas *versus* abordagem discursiva, vamos nos valer de uma das máximas de Machado de Assis para ilustrar a situação: “Ao vencedor, as batatas!” E que elas fiquem com a segunda opção.

Atualmente, parece-nos que o tema “ficcionalidade” tem interessado a pesquisadores das mais diversas áreas, podemos mencionar publicações de obras de autores como Schaeffer (1999) e Cohn (2001), mas gostaríamos de chamar a atenção para o número 128 da revista francesa *Langue Française*, publicada em 2000. No referido volume, podemos ver estampados, democraticamente: (a) posicionamentos a favor da tese da presença de marcas lingüísticas nos textos ficcionais: G. Philippe e A. Rabatel; e (b) posicionamentos que apontam para uma abordagem discursiva do tema: A. Reboul, D. Maingueneau, J-M. Adam & G. Lugrin e F. Atlani-Voisin.

Os trabalhos dos autores enumerados acima no grupo (b) apontam para questões que julgamos serem pontos de partida para uma reflexão, nos dias atuais, sobre como caracterizar a ficcionalidade. Uma das posições que consideramos relevantes é a de Atlani-Voisin (2000: 124):

“Tout d’abord, puisque les énoncés fictionnels sont des formes possibles, observables et qui font sens, ils doivent être considérés comme les traces d’opérations énonciatives qui dévoilent l’activité de langage au même titre que tout autre mode d’énonciation. En deuxième lieu, le choix d’un texte écrit fictionnel montre à l’évidence qu’il est impossible de considérer l’énoncé, fictionnel ou non, comme résultant de la transformation d’une phrase hors situation en un énoncé subjectif: la construction des valeurs référentielles fait partie intégrante de l’énonciation, fictionnelle ou non-fictionnelle.”

(tradução nossa:

“Inicialmente, já que os enunciados ficcionais são formas possíveis, observáveis e que possuem sentidos, eles devem ser considerados como os traços de operações enunciativas que desvelam a atividade de linguagem ao mesmo título que qualquer outro modo de enunciação. Em segundo lugar, a escolha de um texto escrito ficcional mostra, de forma evidente, que é impossível considerar o enunciado, ficcional ou não, como resultante da transformação de uma frase fora de situação em um enunciado subjetivo: a construção dos valores referenciais é parte integrante da enunciação, ficcional ou não ficcional.”)

Assim, a relação linguagem/ficcionalidade não teria “especificidades” de uso, como o defendem alguns autores, como por exemplo, Philippe (2000b). Parece-nos que o caminho a ser seguido para o estudo da ficcionalidade está relacionado aos modos de organização do discurso, à situação de comunicação,

aos paratextos, entre outros. É perceptível que alguns autores já direcionem seus posicionamentos a fim de endossar tal perspectiva.

No volume do periódico supracitado, temos a posição de Adam & Lugin (2000:111) que caminha para a identificação da ficcionalidade a partir dos dados paratextuais: “Dans tout les cas, c’est d’une interprétation et d’une attribution guidée par la frange paratextuelle des énoncés que relève l’interprétation fictionnelle ou non.[...]” (Tradução nossa: Em todo caso, é de uma interpretação e de uma atribuição guiada pela franja paratextual dos enunciados que se origina a interpretação ficcional ou não.[...]). Com base nas conclusões apontada em Mendes-Lopes (2000), os paratextos constituem um dado importante para o reconhecimento da ficcionalidade, mas outros elementos também devem entrar em ação, como o veremos na parte II do presente estudo.

#### **4.3 – Uma querela sem fim**

De uma maneira geral, é possível observar que o estudo da ficcionalidade sempre esteve ligado aos Estudos Literários, mesmo no exemplar *Langue Française* acima mencionado, a grande maioria dos textos traz análises



de obras literárias. É compreensível que as coisas sejam dessa forma se levarmos em consideração o que já foi exposto no capítulo 03.

Parece-nos, entretanto, que a Análise do discurso poderia contribuir para que façamos um estudo sobre a teoria da ficcionalidade em geral, ou seja, ela seria um fenômeno passível de ocorrer em qualquer discurso. Nas páginas subseqüentes pretendemos desenvolver melhor o assunto.



PARTE II:  
CONTRIBUIÇÕES TEÓRICAS AO ESTUDO  
DO CONCEITO DE FICCIONALIDADE

---

**05****FICCIONALIDADE: MODOS E TIPOS DE OCORRÊNCIA**

Diante do que já foi exposto nos capítulos precedentes, resta-nos indagar: o que representaria efetivamente, na fase de estudos em que nos localizamos, adotar uma perspectiva discursiva sobre o tema? *Grosso modo*, seria observar, em nossa comunicação cotidiana, em suas mais diversas formas, como utilizamos e como percebemos a ficcionalidade.

Para explicarmos essa visão discursiva que pretendemos desenvolver, estruturaremos o presente capítulo em duas partes complementares: num primeiro momento, faremos a exposição de alguns conceitos que nortearão nossa linha de pensamento e, num segundo momento, traçaremos algumas considerações sobre as tipologias de ocorrências da ficcionalidade.

## 5.1- Definições

Na linha de pensamento que gostaríamos de trabalhar, a ficcionalidade seria considerada um fenômeno da comunicação em geral, podendo, assim, ocorrer em maior ou menor grau em qualquer gênero de discurso<sup>45</sup>.

Para uma maior inteligibilidade, vamos tentar esboçar alguns conceitos, já que as noções com as quais lidamos são muito delicadas e exigem uma observação minuciosa de seus limites. Gostaríamos de ressaltar que *faremos definições operacionais*, pois não seria possível, em um único capítulo de uma tese, tratar de conceitos que a Filosofia vem desenvolvendo ao longo dos séculos, como «verdade» e «mentira», sem sermos acusados, merecidamente, de reducionistas. A tentativa de estabelecer limites tem o objetivo de tornar a nossa pesquisa exeqüível, mesmo que nossas definições possam parecer polêmicas. Desta forma, seguem abaixo as noções com as quais trabalharemos ao longo corpo da tese:

---

<sup>45</sup> Durante todo nosso trabalho vamos nos valer da noção de «gênero de discurso» postulada em Charaudeau (2004). Essa perspectiva considera que os gêneros são determinados situacionalmente e que são categorias maleáveis e em constante transformação.

- i. A *ficção* é a simulação de uma situação possível, seja ela de ordem semiolingüística, discursiva (em termos de modo de organização do discurso), psicossocial ou espacial.
- ii. A *ficcionalidade* é o mecanismo de produção da ficção, ou da ativação da ficção - seria algo como uma «*mise en fiction*», por assim dizer. A ficcionalidade pode perpassar qualquer gênero de discurso e pode alterar ou não o estatuto de um texto. Tal alteração dependerá do intuito com o qual a ficcionalidade for utilizada – podendo estar presente em maior ou menor escala. Devemos dizer que o estatuto é externo ao gênero, isto é, encontra-se em um nível situacional já que é o resultado da união de várias das condições de funcionamento da genericidade. Estatutos podem ser classificados em: ficcional, factual e não-factual. Já a ficcionalidade pode ser tanto interna quanto externa ao gênero.
- iii. O *fato* está ligado às ações, aos eventos, à existência e demais situações com as quais temos contato, que vivenciamos ou somos testemunhas em nosso cotidiano. Tais situações podem ser de ordem subjetiva ou objetiva.
- iv. A *factualidade* é o mecanismo de produção do fato, ou seja, ela permite o reconhecimento de uma situação possível. Assim como a ficcionalidade, a factualidade pode perpassar qualquer gênero de discurso e pode alterar ou não o estatuto de um texto

- v. «*Ficcional*» é a classificação dada ao estatuto de um texto em que há predominio de *simulação* de situações possíveis
- vi. «*Factual*» é a classificação dada ao estatuto de um texto em que há predominio de situações possíveis
- vii. A *verdade, grosso modo*, é um conjunto de situações factuais.
- viii. A *mentira* é não-factual, é de ordem ética e é contrária à verdade. Podem existir conjunturas em que é usada como um recurso de polidez, nesse caso, está bem próxima da ficcionalidade.

Para ilustrar, podemos citar o gênero «carta comercial». Se tomarmos um exemplar desse gênero enviado, suponhamos, pelo Banco do Brasil cujo conteúdo seja informações sobre tarifas e serviços prestados pelo banco. A referida carta comercial é factual: a instituição Banco do Brasil é legitimada, o conteúdo da carta deve trazer informações suscetíveis de serem comprovadas etc. Contudo, se fizermos uma paródia desta mesma carta, seu estatuto migrará de factual para ficcional, pois estaremos lidando com a simulação de uma situação possível. A nosso ver, a classificação do estatuto é externa, embora parta de dados internos ao discurso. Por outro lado, se nesta mesma carta comercial, é usado um caso hipotético para ilustrar uma situação, por exemplo, a simulação da taxa de juros cobrada pelo empréstimo de um valor «X», teremos a ficcionalidade como uma das restrições que compõem o

gênero «carta comercial». No entanto, o estatuto, que é externo, permanecerá factual.

Em uma outra situação, se enviarmos uma carta comercial oferecendo um produto - com a clara intenção de fraudar um consumidor, o estatuto da referida correspondência será não-factual. Porém, a ficcionalidade pode ser um recurso usado para descrever as funções do produto que se pretende vender e, assim, seduzir e levar o consumidor a comprar tal mercadoria. Se o produto não funcionar como deveria, estaremos diante de uma situação ética que envolve direitos do consumidor.

Em suma, seria dizer: a *ficção* é o produto e a *ficcionalidade*, o processo. No entanto estes dois conceitos não estão desvinculados dos demais acima listados. Interessa-nos, no presente estudo, saber quais são os mecanismos de atuação da ficcionalidade, pois, parece-nos, será a partir deles que poderemos estabelecer quais são as restrições acionadas quando o estatuto de um texto é classificado em: ficcional, factual ou não-factual. O levantamento de tais condições de funcionamento será desenvolvido no capítulo 6 do presente estudo.

Na nossa opinião, a ficcionalidade perpassaria um grande número de fenômenos que poderiam ser construídos seja através da língua, seja através de outros sistemas. No entanto, pensamos que a existem graus de presença da ficcionalidade, ou seja, em alguns casos ela é preponderante, em outros casos

ela somente auxilia a construção de uma produção discursiva. A seguir, citaremos alguns exemplos com os quais lidamos com relativa frequência: romances; contos; alguns aspectos de biografias e autobiografias; os casos de alguns prefácios; charges; histórias em quadrinhos; crônicas; piadas; zombarias; paródias; peças teatrais; publicidades; telenovelas; filmes; pintura; desenhos animados; tiras de humor; brincadeiras de crianças; alguns brinquedos eletrônicos como o japonês tamagochi; ensaios fotográficos publicados em revista de modas; fotos artísticas; exemplificações que se valem de casos hipotéticos; programas partidários; projetos de qualquer natureza; reconstituições de fatos em jornais televisivos; Algumas peças musicais que simulam o som de trens, do mar, dentre outros; letras de músicas; a matemática - (o sistema numérico, o sistema digital, as estatísticas (por constituírem a seus resultados por «amostragem de dados», é uma simulação de um resultado); os processos de realidade virtual, focalização em três dimensões, hologramas, cibernética etc; algumas posturas de usuários de *chats* na Internet (o uso de pseudônimos, a criação de outras personalidades, por exemplo); alguns aspectos de comportamentos de participantes de *reality shows*; jogos eletrônicos (do tipo *Tomb Raider*, *Mortal combat*); RPG, e assim por diante.



### **5.1.1 – Breves considerações sobre o uso da ficcionalidade nos dias atuais**

Nesta seção, selecionamos duas situações em que a ficcionalidade pode operar: a prática pedagógica e lugares ficcionais. Nosso objetivo, neste instante, é somente ilustrar como a ficcionalidade pode ser um fenômeno da comunicação em geral. Nos dois capítulos seguintes, o tema será estudado de forma mais aprofundada.

#### **5.1.1.1- Ficcionalidade e prática pedagógica**

Não muito raro, nos deparamos com a utilização de metáforas originárias do teatro para descrever a atividade pedagógica: o professor é um ator que precisa fazer uma encenação convincente e adequada ao seu auditório (os alunos). Em um dos atos dessa peça intitulada «A sala de aula», determinadas atuações são necessárias. Com o objetivo de desenvolver e despertar o interesse pelo conhecimento, o professor precisa simular determinadas situações para que a aprendizagem seja bem sucedida. Por

exemplo, um professor, cujo objetivo seja o de despertar o raciocínio lógico e investigativo em um aluno, pode simular não saber um determinado conteúdo para que o aluno, a partir de seu próprio esforço, construa o conhecimento. O professor, nesse caso, não está «mentindo não saber» e sim «simulando, encenando não saber», ou seja, se valendo da ficcionalidade como um recurso para o desempenho de sua atividade didática.

Em geral, as exemplificações dadas em sala de aula também são permeadas de ficcionalidade. Não raro elas são introduzidas por: suponhamos que..., pensemos que... imaginemos que..., e assim por diante. Em outros casos, tais expressões podem vir subentendidas, mas não deixam de ser um dos componentes das formas de se exemplificar. Parece-nos que, em uma parcela considerável dos casos, a ficcionalidade é a essência da exemplificação didática e, em algumas ocorrências, tal recurso pode ser usado por uma questão de «economia». É muito mais simples, barato e prático simular uma dada situação do que reproduzi-la no «aqui e agora» da sala de aula.

A ficcionalidade, na atividade didática, pode vir a ser um dos componentes das questões de algumas avaliações e dos exercícios em sala de aula. Vejamos três exemplos que foram retirados do *Exame Nacional de Cursos*, vulgo *Provão*, elaborado pelo INEP<sup>46</sup>. Trata-se de questões aplicadas para os alunos dos cursos de Administração. Ao observarmos as questões formuladas pelo referido instituto, nas avaliações aplicadas no intervalo entre 1996 e 2003,

---

<sup>46</sup> Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais

podemos constatar um número razoável de questões em que existem simulações de casos, ou seja, as questões têm a ficcionalidade como parte integrante de sua composição. Citaremos abaixo fragmentos de questões presentes em exames ocorridos nos respectivos anos: 1997, 1998 e 2003:

**“23<sup>47</sup>**. Paulo possui um carro com três anos de uso, que começou a apresentar problemas de desempenho.. Por isso, pensa seriamente em adquirir um carro novo, mas está preocupado em virtude das poucas informações a respeito do mercado de carros e de sua limitada disponibilidade financeira. Assinale a opção que identifica a situação de Paulo em relação a envolvimento, frequência e percepção dessa compra. [...]”

**“Questão nº 5<sup>48</sup>**. A empresa “Doce Tabaco”, após dois anos de intensas pesquisas, lançou finalmente o revolucionário cigarro sem fumaça. O termo revolucionário cai bem ao novo produto porque, além de não produzir fumaça, ele apresenta outras importantes inovações. [...]”

**“Questão 1<sup>49</sup>**. A diretoria da Companhia Exemplo está reunida para, atendendo a um apelo do Presidente da República, inserir-se no Programa Fome Zero. Há consenso entre os diretores de que a Responsabilidade social é item importante para a imagem da Companhia, Após inúmeros debates, antecedidos por apresentações sobre a situação da companhia, chegou-se à conclusão de que tal inserção somente seria possível reduzindo-se os desperdícios as Empresa: contribuições ao Programa Fome Zero somente com desperdício zero.[...]”

Nos exemplos acima, podemos perceber que situações supostamente cotidianas são simuladas para testar a competência dos formandos do curso em demonstrar a compreensão da realidade que os cercam e que perpassa a vida

---

<sup>47</sup> Fonte: [www.inep.gov.br/superior/provao/provas/1997/admini.htm](http://www.inep.gov.br/superior/provao/provas/1997/admini.htm)

<sup>48</sup> Fonte: [www.inep.gov.br/superior/provao/provas/1998/admini.htm](http://www.inep.gov.br/superior/provao/provas/1998/admini.htm)

<sup>49</sup> Fonte: [www.inep.gov.br/superior/provao/provas/2003/admini.htm](http://www.inep.gov.br/superior/provao/provas/2003/admini.htm)

de uma empresa. Enfim, o recurso à ficcionalidade tem o papel de auxiliar na verificação da aprendizagem das habilidades ensinadas durante o curso de Administração.

Em determinadas áreas do conhecimento, a simulação de uma situação possível é imprescindível, como por exemplo, na medicina, na odontologia, na enfermagem, na química etc. Nos cursos de licenciaturas, o futuro professor começa por simular como seriam suas atividades em sala de aula, para, em um segundo momento, efetivamente lecioná-las. Um futuro profissional da área do direito também necessita simular a sua participação em audiências para que esteja preparado para uma defesa em uma situação factual.

Levando-se em consideração o que expusemos acima, pode-se chegar à conclusão que a aprendizagem pode se dar, em parte – é preciso dizê-lo, pela simulação, logo, pelo viés da ficcionalidade.

#### **5.1.1.2 – A topografia e a imaginação**

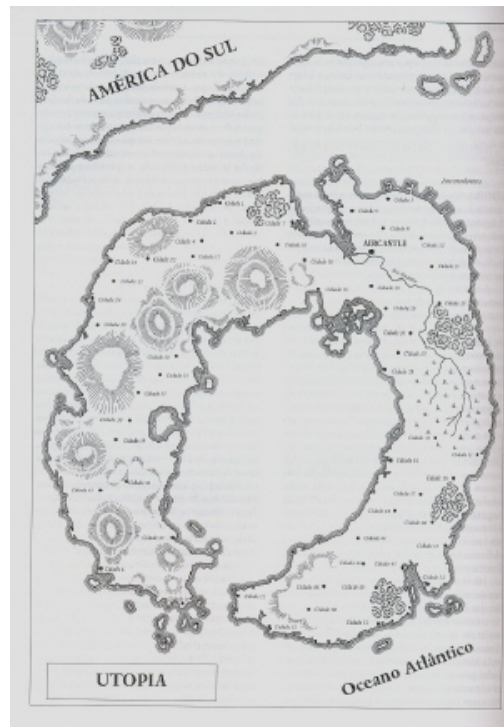
Em nossa definição de ficção dissemos que ela pode ser uma simulação de ordem espacial, ou seja, podemos ter situações em que há

simulações de eventos em cidades, planetas, regiões geográficas existentes na vida real ou não. Alguns destes casos seriam encontrados em filmes, na literatura, no teatro, entre outros. Cidades como Paris e Nova York são constantemente mostradas em filmes, mas as caracterizações da vida cotidiana destas cidades são relativamente diferentes em um filme e em uma reportagem, por exemplo. Quando se trata de um filme, seria uma simulação da vida parisiense ou nova-iorquina, que corresponderia ou não à rotina que os habitantes do lugar estariam acostumados. Já em uma reportagem, a filmagem necessita ser factual, embora saibamos que o ato de filmar, de montagem da reportagem e a narrativa que é feita podem ser perpassados pela ficcionalidade. No entanto, o gênero reportagem é factual. O mesmo que acabamos de dizer vale para a visão que se teria de outras cidades, ou outras regiões. Para fazer uma ilustração mais próxima de nossa realidade, mencionamos duas cidades brasileiras: de um lado, temos o Rio de Janeiro e a São Paulo que são retratados nas novelas da Rede Globo de televisão (cidades glamourosas, pessoas felizes, os conflitos de classes são mínimos, ricos e pobres convivem quase em harmonia...); de outro lado, temos o Rio de Janeiro e a São Paulo que vemos nas reportagens e nos noticiários (cidades com inúmeros problemas sociais, favelas, tráfico de drogas, crime organizado, violência, má distribuição de renda, pobreza etc).

Além dos espaços factuais que são simulados em várias situações, outros espaços imaginários foram criados na literatura, no cinema, no teatro, entre outros. Gostaríamos de chamar a atenção para o livro *Dicionário de lugares imaginários* de Manguel & Guadalupi (2003). Neste volume podemos encontrar, em um inventário de 494 páginas, lugares que foram criados por escritores e filósofos nas mais variadas épocas. Na topografia imaginária brasileira temos: o Sítio do Pica-pau Amarelo - Monteiro Lobato; Liso do Sussuarão e as Veredas Mortas - J. Guimarães Rosa; Ilha do Pavão - João Ubaldo Ribeiro; Passárgada - Manuel Bandeira; etc. Já na topografia imaginária dos demais países, estampam-se inúmeros casos - muitos verbetes vêm até mesmo acompanhados de mapas do local. Podemos citar alguns: Atlântida - Platão; Condado, Mordor, Terra Média, Rohan e todo o universo criado por J. R. R. Tolkien; As cidades invisíveis - Ítalo Calvino; o País das Maravilhas de L. Carroll; O Castelo - Kafka; dentre vários outros. Somente como ilustração vamos reproduzir o mapa de *Utopia*, da obra de Thomas More<sup>50</sup>:

---

<sup>50</sup> MORE, Thomas. *Utopia*. São Paulo: Marin Claret, 2004. (Para aqueles que não estão a par, ele era também conhecido como Thomas Morus)



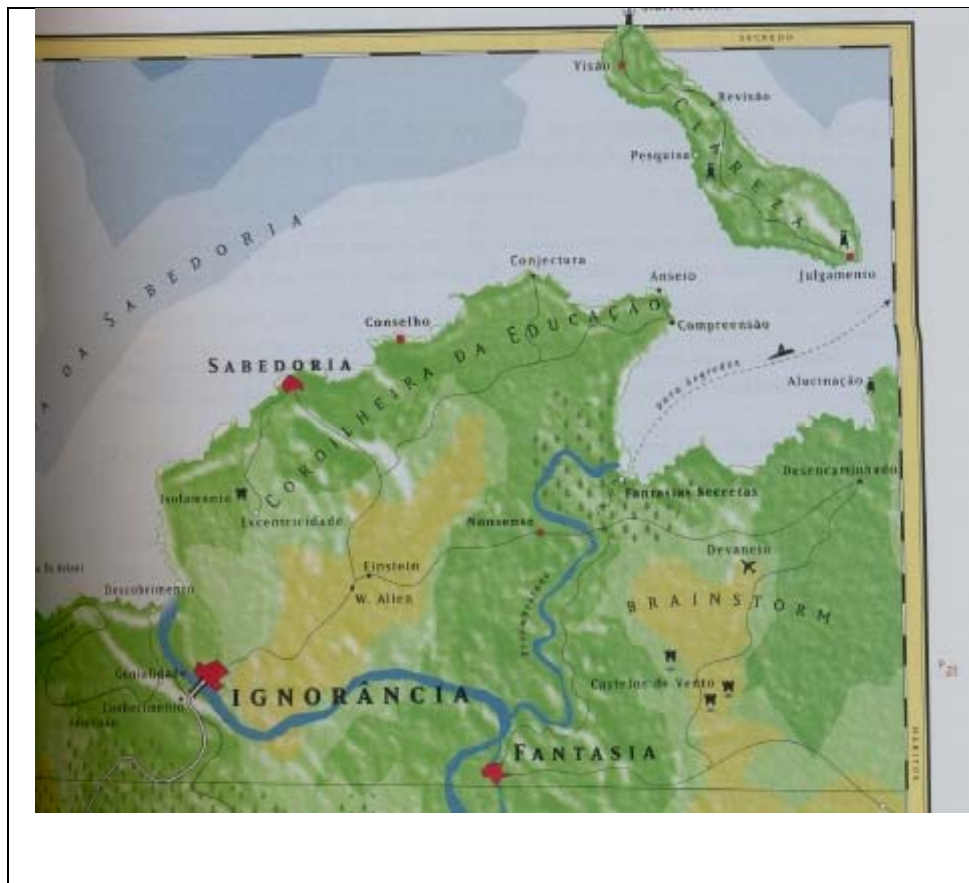
**Ilustração 1: Fonte: Manguel & Guadalupi (2003: 446)**

Na ilustração acima, constata-se uma referência ao «Oceano Atlântico» e à «América do Sul». More escreveu seu livro em 1516 e é muito provável que não tivesse o conhecimento de um mapeamento factual da região.

Em uma breve apreciação da obra de Manguel & Guadalupi (2003), verifica-se que embora sejam lugares imaginários, eles obedecem a critérios geográficos como: relevo, condições atmosféricas, fronteiras, estações climáticas, entre outros, logo, são a simulação de um espaço passível de existência. Em geral, tais espaços são criados a partir dos dados referentes ao mundo que habitamos, caso contrário, não seria possível compreendê-los.

A ficcionalidade pode permear até mesmo a cartografia. No livro *Atlas da Experiência Humana*, os autores Swaaij & Klare (2004) fazem, a partir de

altas factuais, o que ele denominam « cartografia do mundo interior». Vejamos abaixo um fragmento do mapa do conhecimento:



**Ilustração 2: detalhe do mapa «conhecimento» In: Swaaij & Klare (2004:21)**

Os autores, a partir de noções topográficas tentam ilustrar o que é a experiência humana. No fragmento que expusemos acima, notamos que para se chegar à sabedoria é preciso ultrapassar a «cordilheira da educação». Assim, metaforicamente, são abordados vários conceitos da psicologia, de condutas de vida, e da própria experiência.



Por vezes, a ficcionalidade «topográfica» é usada com fins didáticos: é o caso de um guia de turismo de Marte, lançado recentemente na França. A citação que se segue foi retirada do caderno *Sinapse*<sup>51</sup>:

“Você já pensou em visitar o Valles Marineris, um longo canal de 4.000 quilômetros de comprimento (equivalente à largura dos EUA) e seis quilômetros de profundidade? Ou quem sabe o vulcão Olympus Mons, de 21 quilômetros de altura? Se essas atrações marcianas o tentam, você já pode se preparar para a viagem com a ajuda do "guia" de Marte "Sur Mars - Le Guide du Touriste Spatial" (Sobre Marte - O Guia do Turista Espacial), um detalhado manual lançado recentemente na França. O livro, que à primeira vista pode aparentar uma desprezível brincadeira, é, na realidade, resultado de anos de trabalho do historiador e sociólogo da ciência Pierre Lagrange, 40, pesquisador do Laboratório de Antropologia do CNRS (sigla em francês para Centro Nacional de Pesquisa Científica).”

A intenção de Lagrange, ao fazer um guia turístico de um lugar até então nunca visitado concretamente pelo homem é uma tentativa de tornar acessível o conhecimento científico, como o próprio autor o afirma em entrevista concedida ao *Sinapse*<sup>52</sup>:

**“Sinapse - Sua intenção, com esse guia, é contribuir para uma outra forma de popularização da ciência?”**

**Pierre Lagrange** - Na maioria dos casos, quando se escreveu sobre Marte para o grande público, se falou bastante sobre geologia, atmosfera etc. Eu sentia falta de ver o todo. Um guia

---

<sup>51</sup> Caderno Sinapse, Folha de São Paulo, 30 de março de 2004

<sup>52</sup> Folha de São Paulo, 30 de março de 2004

turístico me parecia uma fórmula que serviria bem para misturar os dados científicos com os aspectos culturais.”

Como podemos observar, a ficcionalidade com fins didáticos é amplamente usada e pode ser um instrumento de grande valia na transmissão dos saberes.

## **5.2 – Intermezzo**

Depois de alçar este longo vôo pela geografia dos mundos possíveis, retomemos nosso caminho e voltemos à árdua tarefa de escalar a «cordilheira da educação» que temos pela frente, já que nosso objetivo encontra-se depois dela: adquirir um pouco de sabedoria. Interessa-nos um estudo de fenômenos que envolvam o discurso e é nessa perspectiva que encaminharemos nossas reflexões nesse momento.

Foi possível, no item 5.1, definir noções básicas para o nosso estudo e mostrar a incidência da ficcionalidade em alguns gêneros. Porém, resta-nos ainda várias indagações e uma delas é: será que a ficcionalidade, de um ponto de vista da Análise do Discurso, se manifesta da mesma forma em todos os casos acima mencionados? Em outros termos, haveria um padrão de funcionamento detectável? Estas serão questões que tentaremos responder no próximo item...

### 5.3 – Tipologia da ficcionalidade

Na nossa percepção, a ficcionalidade não ocorreria da mesma maneira em todos os gêneros do discurso. Existem alguns nos quais ela é mais preponderante e outros em que ela o é menos. Assim, gostaríamos de distinguir três tipos de ficcionalidade: *constitutiva*, *colaborativa* e *predominante*. Contudo, em todos os tipos, veríamos o processo de simulação em operação.

#### 5.3.1 – Ficcionalidade Constitutiva

Trata-se de um tipo simulação encontrado «fora» da esfera do discurso e que, por este motivo, não influenciaria o estatuto - ficcional ou factual - dos gêneros. O mecanismo de simulação, nesses casos, seria constitutivo de tais fenômenos, operaria como um dos elementos de sua produção. Como exemplo, podemos citar a própria relação mundo/palavra. A língua representa os objetos no mundo. Trata-se de uma problemática da

*Teoria da Referência* na qual se postula que as palavras designam classes de coisas e não as coisas elas mesmas. As palavras serviriam, assim, para «representar» as coisas existentes no mundo. Por exemplo, quando utilizamos a palavra “cadeira” não estamos nos referindo a uma única cadeira, mas a uma classe de objetos contendo uma mesma característica. Nessa perspectiva, a ficcionalidade é inerente à língua, pois é um elemento que é interno à operacionalização da mesma.

O aspecto verbal «futuro» também possuiria a ficcionalidade constitutiva. Trata-se, neste caso, da simulação de algo que ainda não ocorreu, mas que poderá ocorrer – por exemplo, o futuro do presente do Indicativo; ou de algo que poderia ter ocorrido – por exemplo, o futuro do pretérito do Indicativo. Em ambos os casos, são situações simuladas que não encontram, ainda, uma comprovação no «presente», elas são virtuais, «são o que poderiam ser, mas não o são». Parece-nos que o ato de prometer seguiria o mesmo raciocínio que acabamos de expor, visto que a promessa é um engajamento da realização de uma ação a ser concretizada no futuro. Em suma, poderíamos dizer que os procedimentos lingüísticos e discursivos que se projetam para o «futuro» teriam a ficcionalidade constitutiva como um de seus componentes.

Um outro exemplo que podemos citar é o caso do código binário usado em todos os comandos de informática. De acordo com Schaeffer (1999:28-29):

"(...) C'est ce qui se passe chaque fois que j'entre des lettres ou de chiffres sur le clavier: à chaque lettre ou chiffre (et plus généralement à tout symbole digital du clavier) correspond une combinaison binaire donnée (par exemple 00101111010). Dans ce cas, le codage binaire fonctionne par rapport à l'écriture alphabétique comme celui-ci fonctionne par rapport à la langue orale, c'est à dire qu'il s'agit d'un métacode déjà digital."

(Tradução nossa:

" É o que se passa cada vez que eu digito letras ou cifras no teclado: a cada letra ou cifra (e de uma maneira geral, todos os símbolos digitais do teclado) corresponde uma combinação binária dada (por exemplo 00101111010 ). Neste caso, o código binário funciona em relação à escrita alfabética como esta, por sua vez, funciona em relação à língua oral, isto é, trata-se já de um meta-código digital."

Assim, a simulação na linguagem, seja ela de que natureza for, é um processo que integra a sua constituição e é, sobretudo, um sistema de economia necessário em tais mecanismos. O Próprio sistema numérico também pode ser aqui mencionado. Quando falamos 20.000 não precisamos, necessariamente, ter o valor daquele número presencialmente, unidade por unidade. Em se tratando de uma transação financeira, por exemplo, dinheiro, cheques ou outra forma de representação de tal valor é usado.

A nosso ver, a ficcionalidade constitutiva estaria presente em projetos - independente do objetivo de realização: projetos acadêmicos; planos de governo lançados por candidatos em épocas de eleições; projetos arquitetônicos e de engenharia; entre outros. Tomemos um exemplo bem próximo para uma melhor explicitação de nossos pensamentos: um projeto de

tese de doutorado. Ele é a simulação do que um aluno pretende pesquisar e escrever num período de quatro anos. Ali estão expostos os objetivos, a linha de pesquisa que se pretende seguir, a abordagem teórica a ser feita, o cronograma a ser cumprido etc. No entanto, trata-se somente de uma projeção de tarefas, a realização das mesmas vão se dar de forma mais ou menos coincidente com o que se pensou inicialmente. Há casos em que se percebe uma incongruência entre o projeto e o texto a ser feito e, por isso, o projeto é reformulado. Um projeto de pesquisa, como sempre foi dito pelo Prof. Dr. Hugo Mari, é uma «declaração de intenções» e, assim sendo, é constitutivamente ficcional, pois é a simulação, a projeção, do trabalho que será desenvolvido.

De maneira geral, poderíamos ainda encaixar nesta categoria: orçamentos; previsões do tempo, de gastos; estatísticas; cartografia; planos de cursos; enfim, qualquer tipo de prognóstico que venha a ser feito.

### **5.3.2 – Ficcionalidade colaborativa**

Tipo de simulação de situação possível que contribuiria para a constituição de determinados gêneros. Embora o estatuto do referido gênero seja factual, há um considerável entrelaçamento de efeitos de real e de efeitos

de ficção. A ficcionalidade colaborativa seria uma modalidade que se realizaria no discurso. Como exemplo, podemos citar alguns casos: processos metafóricos, reportagens ou notícias que contêm reconstruções de eventos em jornais televisivos, o uso da exemplificação em várias situações – inclusive no discurso didático como o mencionamos anteriormente, publicidades, correspondências pessoais, brincadeiras entre amigos, na conversação cotidiana<sup>53</sup> sob as mais diversas modalidades, entre outros. A seguir, vamos falar brevemente de alguns casos.

### **5.3.2.1- Metáfora**

Nas teorias a respeito desse tema, temos duas formas de ver a Metáfora: como processo de significação (Lakoff & Johnson (2002)) e como figura retórica. Parece-nos que se tomarmos a metáfora na acepção dos autores acima mencionados, ela também teria a ficcionalidade constitutiva. Se a tomarmos como figura retórica, a encaixaremos na ficção colaborativa. Na verdade, pensamos que a metáfora, de uma maneira geral, agrupa esses dois tipos de ficcionalidade. Por exemplo, poderíamos nos basear no seguinte slogan

---

<sup>53</sup> Cf.: BANGE, Pierre. Une modalité des interactions verbales : fiction dans la conversation. *DRLAV*. Paris : centre de recherche Paris VIII, 1986, n°34-35, p. 215-232.

de uma campanha publicitária feita para um órgão público: «Vamos declarar guerra ao mosquito da dengue». Temos, nesse caso, a simulação do que seria uma situação de guerra: um inimigo a ser abatido, um vencedor, um vencido, armas, disputa entre outros. Assim, a noção de simulação de guerra coopera na construção do enunciado, logo é uma ficcionalidade colaborativa. No entanto o estatuto do texto permanece factual, haverá uma tentativa real de erradicação do mosquito, a doença «dengue» é um problema de saúde pública no Brasil, entre outras coisas.

Em outros exemplos corriqueiros podemos citar: «estou morrendo de fome», «morri de medo», «estou morta de cansaço», entre outros. Tais enunciados demonstram que meu sentimento é tão extremo que seria o mesmo se estivesse morrendo, assim sendo, haveria uma simulação de uma situação – efetivamente com um efeito hiperbólico, mas o enunciado teria um estatuto factual. Poderíamos citar ainda alguns enunciados como ilustração e que seguiriam o mesmo esquema: «Ele virou uma fera», «Ela ficou uma arara» - para designar irritação; «Ele escorrega como quiabo» – para designar dissimulação; entre outras tantas possibilidades

#### **5.3.2.2 - Publicidades**



Parece-nos que a ficcionalidade colaborativa estaria presente na Publicidade em todas as suas formas de manifestação. O contrato que regula o discurso publicitário seria assim caracterizado segundo Soulages (2001b: 02):

" On peut rappeler que le `rituel socio-langagier´ qui caractérise le *contrat de communication* du discours publicitaire consiste à proposer des messages d´implication reposant sur la mise en relation de deux instances empiriques, partenaires dans l´acte de communication, *un sujet communicant* – un annonceur (publicitaire) déterminé - et des sujets interpretants – un ensemble indifférencié de consommateurs, acheteurs potentiels du produit. À ce circuit externe correspond une mise en scène de leur double figuré à l´intérieur de chacun de textes, *un énonciateur* et un destinataire ´présents´en tant que protagonistes dans les traces langagières de l´échange ou de la scène représentée. Le projet de parole du sujet communicant vise délibérément à transformer, au moyen d´un certain acte de persuasion, un consommateur de publicité en un consommateur effectif de marchandises."

(Tradução nossa:

"Lembramos que o `ritual sócio-linguageiro´ que caracteriza o *contrato de comunicação* do discurso publicitário consiste em propor mensagens de implicação que repousam sobre o relacionamento de duas instâncias empíricas, parceiras no ato de comunicação: um *sujeito comunicante* – um anunciante (publicitário) determinado; e *sujeitos interpretantes* – um conjunto indiferenciado de consumidores, compradores potenciais do produto. A este circuito externo corresponde uma encenação de seu duplo figurado no interior de cada um dos textos, um *enunciador* e um *destinatário* ´presentes´ enquanto protagonistas nos traços languageiros das trocas ou da cena representadas. O projeto de fala do sujeito comunicante visa deliberadamente transformar, por meio de um determinado ato de persuasão, um consumidor de publicidade em um consumidor efetivo de mercadorias")

Traçando um paralelo entre discurso publicitário e ficção, SOULAGES (2001a:04) aponta a existência de laços estreitos entre essas duas dimensões, tendo por base a publicidade francesa:

"(...) En tournant le dos aux visées informatives et argumentative, elle [la publicité] s'est considérablement rapprochée du genre fictionnel dans la structure même de ses messages (élaboration et mise en narration d'un univers avec sa diégèse et ses personnages, ses quêtes, etc.)."

(Tradução nossa: "(...) Virando as costas para as visadas informativa e argumentativa, ela [a publicidade] aproximou-se consideravelmente do gênero ficcional na própria estrutura de suas mensagens (elaboração e narração de um universo com sua diegesis, seus personagens, suas buscas, etc.).")

Ao nosso ver, no que se diz respeito ao Brasil, a publicidade veiculada pela mídia se comportaria da mesma forma descrita pelo teórico acima citado. É possível mencionar alguns estereótipos de comerciais para a televisão ou para revistas nos quais aparecem a encenação de uma família feliz porque faz uso de determinado produto, um homem ou uma mulher que conquista o sexo oposto após se valer de determinados artefatos, crianças que estão contentes com o surgimento de um novo brinquedo ou uma novidade no campo das guloseimas, e assim por diante.

Para exemplificarmos, vamos analisar o caso abaixo em que a ficcionalidade colaborativa é usada para construir uma publicidade. É mostrada a figura medieval de Joana D'arc que tem em uma das mãos uma lança e em

outra um sabão em pó. Assim, opera-se a simulação de uma situação possível na qual Joana D´Arc seria uma mulher moderna, ocupada com grandes causas e, por isso, utilizaria aquela marca de sabão em pó.

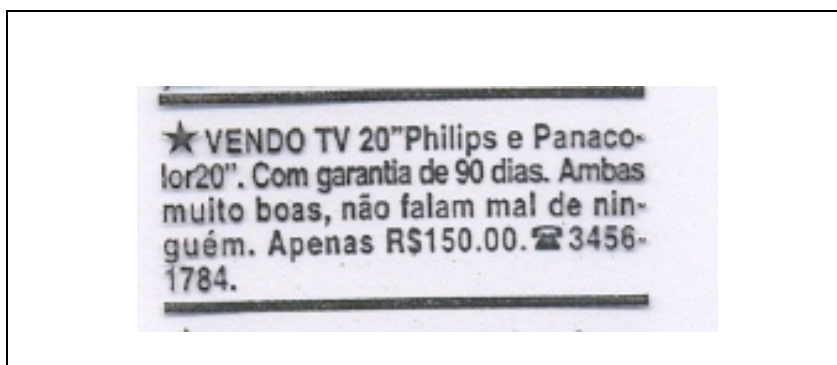


**Ilustração 3: Joana D´arc - in: Revista Cláudia, nov./2001**

Contudo, quando analisamos o contrato de comunicação da publicidade podemos observar que se trata de um anúncio factual, pois o produto existe e pode ser encontrado nas gôndolas dos supermercados. Utilizar

a figura de Joana D´arc é somente uma estratégia de sedução para vender o produto.

É possível também encontrar a ficcionalidade colaborativa em anúncios. Vejamos a ocorrência abaixo



**Ilustração 4: Jornal Balcão. Edição nº 1350 – 20 a 23 de julho de 2003**

Pode-se observar no exemplo acima que existem vários dados factuais que comportaria o gênero anúncio em classificados: objeto a ser vendido, garantia, qualidade e o número do telefone. No entanto, quando há a frase “Ambas são muito boas, não falam mal de ninguém”, a nosso ver, trata-se de uma ficcionalidade colaborativa. O referido enunciado também pode ser visto como um efeito de ficção, pois simula uma situação na qual aparelhos de televisão teriam atitudes e qualidades humanas.

### **5.3.3 – Ficcionalidade predominante**

Este tipo abarcaria a percepção mais clássica que temos do termo. Tal divisão agruparia os gêneros textuais que possuiriam estatuto ficcional. É um tipo de produção que se constituiria predominantemente de simulações de situações possíveis e seria permeada de efeitos de real e de ficção. Seria interessante ressaltar que qualquer gênero de discurso cujo estatuto seja factual é passível de se transformar em um gênero de estatuto ficcional.

Como exemplo de ficcionalidade predominante, podemos citar: Romances, contos, poesia, cinema, teatro, letras de música, histórias em quadrinhos, alguns tipos de crônicas, charges, receitas ficcionais, paródia, jogos eletrônicos, desenhos animados, etc.

Gostaríamos de chamar a atenção para o surgimento, nesse mundo virtual da Internet, de *sites* e *Blogs* que publicam notícias totalmente ficcionais, como é o caso do [www.cocadaboa.com](http://www.cocadaboa.com). Há também a coluna de Arthur de Carvalho no Diário de Votuporanga ([www.votuporanga.com.br](http://www.votuporanga.com.br)). O jornal traz notícias factuais, mas o jornalista publica notícias ficcionais. Um outro caso que nos chamou a atenção, foi o lançamento do caderno "Mais!"<sup>54</sup>, publicado pela Folha de São Paulo, intitulado «É tudo mentira». O caderno traz a publicação de entrevistas simuladas com sete autores e ainda uma crítica literária fictícia sobre notas inéditas feitas por Mário de Andrade. A partir de tal observação, podemos ver que a ficcionalidade predominante perpassa muitos gêneros de discurso.

---

<sup>54</sup>Caderno Mais! N° 636, Folha de São Paulo, 25 de abril de 2004

Para detalhar melhor como se processa esse tipo de ficcionalidade, escolhemos uma charge feita por Angeli:



**Ilustração 5: Angeli - In: Folha de São Paulo, 11/03/2003**

O gênero *charge* seria assim definido por Ferreira (1986:392): "Representação pictórica, de caráter burlesco caricatural, em que se satiriza um fato específico, em geral de caráter político e que é do conhecimento público." Dessa forma, podemos observar na ilustração acima a retratação de uma favela, de um grupo de adolescentes armados e que parecem vigiar a área. Existe uma crítica social a respeito da violência e da relação de adolescentes com o tráfico de drogas, temas estes que poderiam ser constatados como presentes na mídia. Embora o tema seja real, a situação e os personagens são ficcionais.

Assim, Angeli cria uma situação possível ficcional, semelhante a um situação possível factual, na qual há a possibilidade de acontecer a cena por ele desenhada. Convivem nesse mundo efeitos de real - a situação da marginal de adolescentes oriundos de baixa renda e efeitos de ficção - os personagens e a situação na qual são produzidos os enunciados.

Embora tenhamos apontado alguns dados, parece-nos que uma indagação paira no ar: como definir o estatuto ficcional de um gênero? De acordo com o trabalho que desenvolvemos em Mendes-Lopes (2000), este tipo de estatuto seria reconhecido situacionalmente e as condições contratuais, baseando-nos em Charaudeau (1993) seriam as seguintes:

- (a) *Domínio de referência* - é onde temos representações tipificadas do saber: jurídico, político, científico, estético, etc.
- (b) *Instituição social* - é o campo das estruturas sociais estabelecidas pela tradição: Literatura, Teatro, Jornal, Televisão, etc.
- (c) *Identidades sociais* - seriam de ordem sócio-profissionais: médico, professor, ator, escritor, jornalista, dramaturgo, entre outros.
- (d) *Formas de troca* - têm natureza interacional. É onde temos retratados os sujeitos do ato de linguagem. Por exemplo: um  $Eu_{comunicante}$  escritor que se endereça a um  $Tu_{interpretante}$  leitor; um  $Eu_{comunicante}$  ator que se endereça a um  $Tu_{interpretante}$  espectador.

(e) *Dados periféricos* – seriam dados que auxiliariam na compreensão do contrato situacional, mas que sozinhos não seriam suficientes para estabelecê-lo: paratextos (título, sub-título, prefácio, índice, entre outros), gêneros textuais, dados icônicos do tipo: aspas, negritos, etc.

#### **5.4- Algumas considerações finais**

Vimos, nesta seção vários conceitos sobre a ficção, mentira, verdade, ficcionalidade, factualidade, entre outros. Pudemos perceber que a ficcionalidade colaborativa e a ficcionalidade predominante se diferenciam por um estatuto: factual e ficcional respectivamente. No entanto, em relação à ficcionalidade, nosso objeto de estudo nesse instante, será que realmente um contrato situacional identificaria um estatuto? Será que não haveria algum outro viés discursivo que também pudesse auxiliar em tal tarefa?

Para tentar responder a estas indagações, no capítulo seguinte, vamos tratar de alguns conceitos relativos à Análise do Discurso. Vamos nos propor a fazer uma relação entre ficcionalidade e conceitos como competências, efeitos de real, efeitos de ficção e gêneros.



ॐ\*ॐ

## 06

## A TEORIA SEMIOLINGÜÍSTICA E A QUESTÃO DA FICCIONALIDADE

No capítulo anterior, demarcamos o que nomearemos aqui as «noções de base» para a compreensão da ficcionalidade. Neste momento, nos proporemos a fazer uma relação entre a ficcionalidade e a Teoria Semiolingüística. Buscaremos, assim, realizar mais uma parte de nosso percurso: partimos da definição e dos valores do termo «ficção» para chegarmos a uma visão teórica de como se opera a ficcionalidade.

### 6.1 - Situação de comunicação e os sujeitos da linguagem

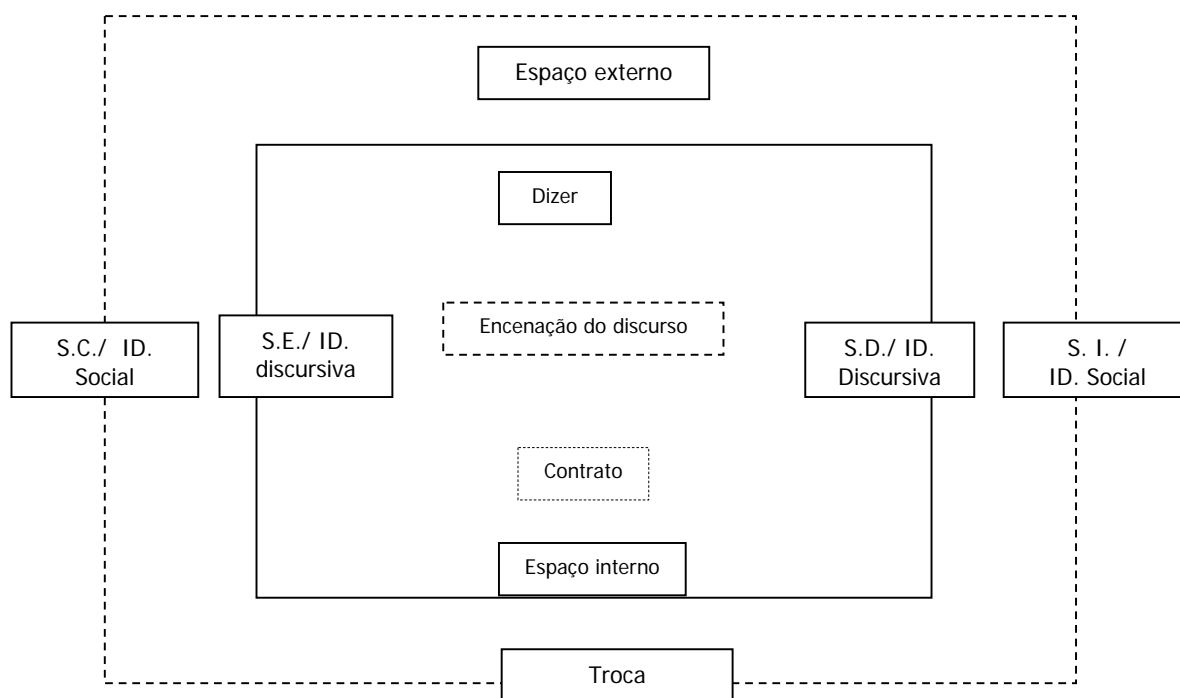
A comunicação, na perspectiva da Teoria Semiolingüística<sup>55</sup>, funcionaria da seguinte forma. Haveria um espaço externo das trocas no qual se

---

<sup>55</sup> O quadro citado nos foi exposto no curso *Langue, discours et communication* pelo Prof. : P. CHARAUDEAU na Universidade de Paris XIII, França, em 16 de janeiro de 2002. Não temos ainda conhecimento de uma publicação que obedeça a esses moldes.

estabeleceriam as identidades sociais e onde seriam encontrados os sujeitos comunicante (S.C.) e interpretante (S.I.). No espaço interno, teríamos o espaço da encenação do discurso, do dizer e do estabelecimento dos contratos comunicacionais. Nesta instância seriam estabelecidas as identidades discursivas cujos protagonistas seriam: os sujeitos enunciador (S.E.) e destinatário (S.D.) :

### Ilustração 6: Situação de comunicação e os sujeitos da linguagem



Dessa forma, de acordo com o quadro acima, seriam estes os preceitos da Teoria Semiolingüística. No espaço da comunicação, teríamos de

um lado: Um *sujeito comunicante*, com uma ou várias *identidades sociais* que variariam de acordo com a situação de comunicação em que este sujeito se encontra. Haveria, no momento da enunciação, uma projeção de um *sujeito enunciador* com uma ou várias *identidades discursivas* que seriam estabelecidas em função das posições tomadas pelo sujeito comunicante. De outro lado, teríamos: *um sujeito interpretante*, com uma ou várias *identidades sociais*, que faria uma interpretação (ou múltiplas interpretações) de um *sujeito destinatário* a partir de uma ou várias *identidades discursivas*.

Para uma maior clareza de nossa exposição, devemos mostrar que a *Identidade social*, na perspectiva da Teoria Semiolingüística, caracteriza-se por: (a) ser uma troca verbal, portanto languageira; (b) estar sempre ligada ao princípio da alteridade; (c) dar o direito à fala e (d) dever ser reconhecida para ser legitimada. Já a *identidade discursiva* está sempre sendo construída e, por isso, construindo sempre uma imagem do sujeito. A *identidade social* dá instruções para a criação da *identidade discursiva* do sujeito enunciador e do sujeito destinatário. As identidades são maleáveis, pois adquirem novos papéis em função da credibilidade e da legitimidade que uma pessoa passa a ter, ou passa a não ter.

Com a finalidade de ilustrar o que acabamos de dizer, mencionamos o caso do atual Presidente da República, Luís Inácio Lula da Silva. Algumas de suas identidades sociais seriam: Presidente da República, militante

político, sindicalista, pai de família, homem, pessoa de origem nordestina, latino-americano, brasileiro, ex-metalúrgico, entre outras. Ao se pronunciar como chefe de nossa nação, será produzida uma identidade discursiva diferente daquela que se produziria num discurso como militante político do PT nos anos 1980, como sindicalista ou nas suas relações familiares, por exemplo. A citação abaixo pode ilustrar o que acabamos de dizer:

(01) " A sociologia não previa que um mesmo ser humano pudesse ser respeitado em Porto Alegre e em Davos<sup>56</sup>. Eu disse ao pessoal de Porto Alegre que iria a Davos porque não era mais um militante de oposição, mas o presidente de um país de 175 milhões de brasileiros. Então eu não tinha mais que apenas contestar, eu tinha que fazer." (FOLHA DE SÃO PAULO, Brasil, 28/01/2003)

Assim, ao assumir a identidade social de Presidente da República, o Presidente Lula necessitaria assumir uma identidade social diferente daquela que teria um militante de oposição, como ele mesmo afirma. Por causa desse deslocamento de papéis, a identidade discursiva também vai sofrer alterações, visto que «local de onde se fala» é diferente. Dessa forma, a identidade social «presidente da república» dá instruções, cria regras, para a constituição da identidade discursiva do sujeito enunciador e do destinatário. Este último seria constituído por um público que entendesse que o Presidente Lula não está mais falando como militante e, sim, como governante de um país.

---

<sup>56</sup> Trata-se dos eventos: 3º Fórum Social Mundial, ocorrido em Porto Alegre/BR e Fórum Econômico Mundial, em Davos/CH. Ambos se realizaram nos dias 26,27 e 28 de janeiro de 2003

Com a finalidade de ilustrar flexibilidade das identidades, vamos nos valer da charge abaixo:



**Ilustração 7: Glauco – Folha de São Paulo, 23/05/2003**

No primeiro quadro<sup>57</sup>, temos a caricatura do Presidente Lula perguntando “Eu era assim” referindo-se a uma antiga imagem sua transmitida pela TV. Ao fundo podemos observar seus assessores confirmando. No segundo quadro, a reação do personagem ao, de alguma forma, negar - “Que horror!” - a própria identidade social que possuía anteriormente, antes de ser eleito presidente da república. Parece-nos que no caso da referida charge, lembremos, gênero que tem a função de satirizar fatos políticos, há a negação tanto de da identidade social, quanto da identidade discursiva.

---

<sup>57</sup> Considerando que a impressão da charge possa estar ilegível, estamos reproduzindo as falas no corpo do texto para que nossa argumentação seja mais clara.

De que maneira poderíamos relacionar os tipos de ficcionalidade e a Situação de Comunicação? A resposta, caro leitor, é o que tentaremos fornecer no item que se segue.

## **6.2 - Situação de comunicação e ficcionalidade**

Embora tenhamos escolhido como modelo teórico a Teoria Semiolingüística, não temos conhecimento de publicações feitas por Charaudeau sobre a ficcionalidade vista de um ponto de vista da comunicação em geral. Assim, resolvemos tentar estabelecer, dentro de nossas limitações teóricas pessoais, uma relação entre a ficcionalidade e a Semiolingüística.

Parece-nos que a ficcionalidade estaria apta a perpassar tanto o espaço externo quanto o espaço interno da situação de comunicação acima representada. Ela agiria no espaço externo onde operaram as identidades sociais. Como exemplo podemos citar o caso do uso de pseudônimos. Temos o caso de Fernando Pessoa e seus mais de 72 heterônimos; Nelson Rodrigues que usava o nome Suzana Flag<sup>58</sup> para escrever romances e manter a sua identidade camuflada, entre tantos outros casos. A ficcionalidade também perpassaria o espaço interno das trocas languageiras, pois, a nosso ver, os dois

---

<sup>58</sup> Podemos citar: FLAG, Suzana. *Meu destino é pecar*. Rio de Janeiro, Ediouro, 1998

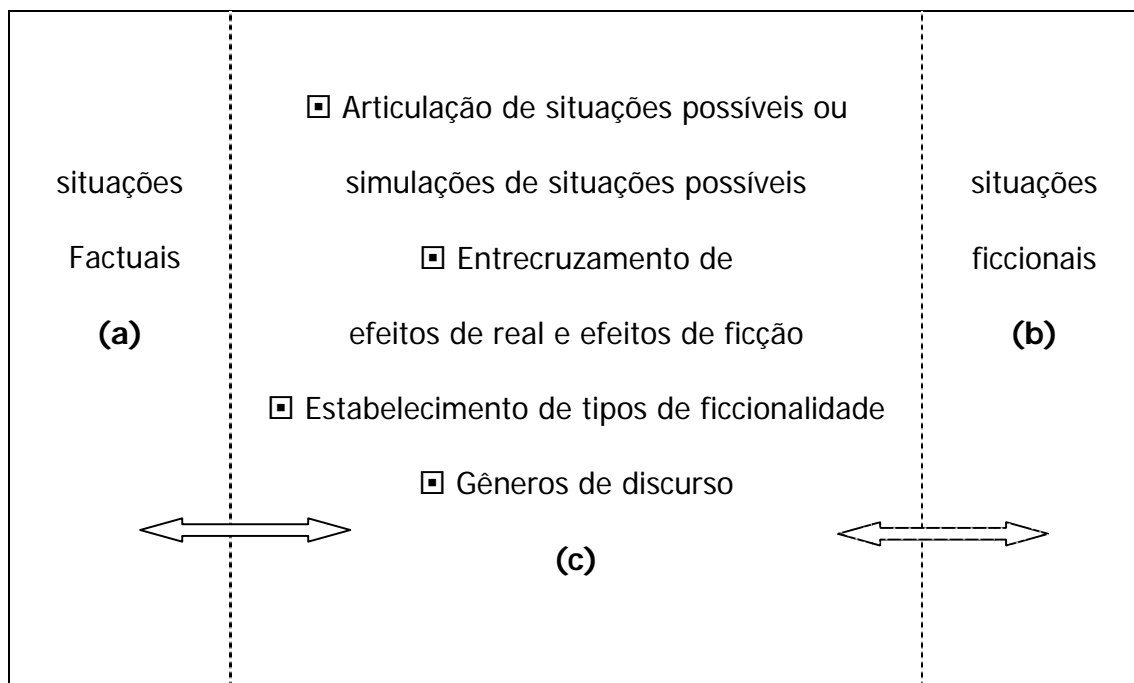
espaços da situação de comunicação são articulados e dependentes um do outro, ou seja, estariam em uma constante relação de determinação e de complementação.

Em termos de tipos de ficcionalidade poderíamos pensar o seguinte: a ficcionalidade constitutiva somente poderia aparecer no espaço externo das trocas. Já a ficcionalidade colaborativa e a ficcionalidade predominante perpassariam tanto o espaço externo quanto o espaço interno das trocas linguageiras.

O esquema que proporemos a seguir seria um desdobramento do espaço da situação de comunicação proposta por Charaudeau (2002) e por nós transcrita acima. Na nossa óptica, a relação factual/ficcional seria assim estabelecida:



### Ilustração 8 : A ficcionalidade no mundo da linguagem



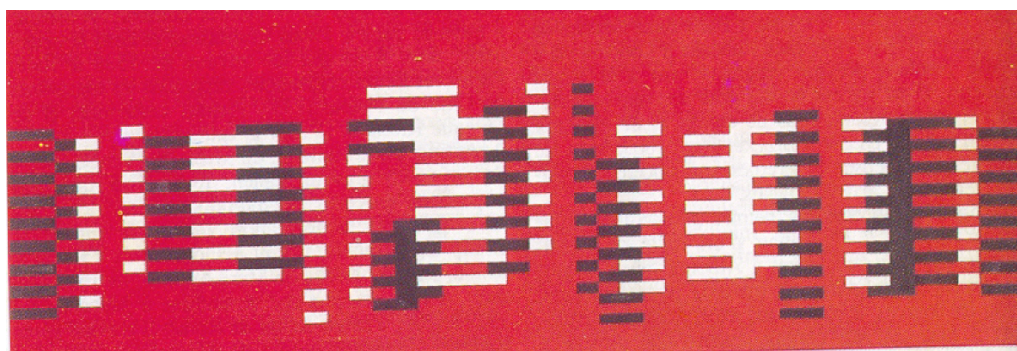
Em uma tal perspectiva, o mundo da linguagem teria três espaços e a ficcionalidade constitutiva transpassaria todos eles. No espaço **(a)** encontraríamos gêneros de discurso cujo estatuto estaria mais próximo da factualidade, ou seja, estariam ligados aos fatos, às ações, aos eventos, à própria existência e demais situações com as quais temos contato, que vivenciamos ou somos testemunhas em nosso cotidiano. Podem ser de ordem subjetiva ou objetiva. A ficcionalidade colaborativa poderia perpassar este universo. Localizados no espaço **(b)**, estariam gêneros de discurso em que podemos identificar a simulação de situações possíveis, verossímeis. Seria onde encontraríamos a ficcionalidade predominante. Já na esfera **(c)**, seria um

espaço onde encontraríamos gêneros mais flutuantes, que oscilariam em seu estatuto. Haveria, aqui, a convivência entre a ficcionalidade colaborativa e a ficcionalidade predominante. Como isso seria possível? De acordo com Pavel (1988:104), “la fictionalité est une propriété historiquement variable” (tradução nossa: “a ficcionalidade é uma propriedade historicamente variável”). Partindo dessa perspectiva, podemos dizer que o que pode se caracterizar como uma ficcionalidade predominante em uma época, pode vir a ser, em outra, uma ficcionalidade colaborativa. Por exemplo, poderíamos ter um trecho de uma obra de Machado de Assis (estatuto ficcional) citado em um texto jornalístico (estatuto factual) com o objetivo de ilustrar uma situação (ficcionalidade colaborativa).

Na nossa opinião, não existiriam gêneros puros, totalmente despidos de efeitos de real e efeitos de ficção. É por este motivo que em nosso quadro as fronteiras entre as situações reais e as situações factuais são representadas como sendo porosas, possuem permeabilidade e permitem uma série de movimentações e deslocamentos que seriam representados pela dupla orientação das setas: o que, em um dado momento, seria aceito como factual, em outra circunstância, poderia se tornar ficcional. Dessa forma, os mundos factuais e ficcionais somente poderiam ser categorizados se vistos de um ponto de vista dinâmico e como processos que necessitariam, constantemente, de rearranjos que seriam impostos e regulados pela situação de comunicação. Em

síntese, seria dizer que a situação agiria como uma espécie de maestro que coordenaria o espaço do ficcional, do factual e do não-factual na cena da linguagem.

Para ilustrar o que acabamos de dizer, gostaríamos de retomar a pintura de Albers, retirada de Felici (2000:12), que estampamos na capa do presente trabalho.



**Ilustração 9: Joseph Albers. «figure» (1925), Bâle, Kunstmuseum**

Parece-nos que esta figura pode retratar o nosso pensamento. Suponhamos que o vermelho seja a situação de comunicação - onde, de alguma forma predominaria a factualidade, que o branco represente a ficcionalidade e que o preto, os enunciados não-factuais. No nosso entender, a figura acima apresenta um sistema em constante mutabilidade e os encaixes dos traços vão criando situações que se engrenam, criando composições as mais diversas e permitindo uma permeabilidade, uma mesclagem entre factual, não-factual e ficcional. Na primeira seqüência de «engates», A factualidade é permeada pelo não-factual (preto) e pelo ficcional (branco), em seguida pelo factual (vermelho)

e assim por diante. Existiria uma movimentação que transformaria a cena da comunicação a cada encaixe que se estabeleceria na figura, ou seja, uma situação não-factual se transformaria em uma situação factual, mas poderia ser permeada por situações ficcionais em um encadeamento dinâmico e plástico.

Poderíamos dizer que o sistema operaria em uma espécie de moto-contínuo da linguagem, sempre se transformando, constantemente se renovando, permanentemente em um vir a ser que não poderíamos conjecturar em termos teóricos. É por esta razão, a nosso ver, que a interpretação da ficcionalidade seria feita quase sempre em um *a posteriori*, já que a ficcionalidade, como o disse Pavel (1988) acima, é historicamente mutável.

No quadro «A ficcionalidade no mundo da linguagem» mencionamos algumas noções que ainda não foram explicitadas aqui: situação factual, situação ficcional e situação possível. A seguir, tentaremos expor a abrangência de cada um destes itens.

### **6.2.1 - Situação factual**

Parece-nos que esse mundo poderia ser definido como o espaço onde, a partir de conjunturas situacionais específicas, os fatos seriam tidos

como reais, como passíveis de serem submetidos a provas. No entanto, tal definição estaria subordinada às identidades dos parceiros da situação de comunicação, à finalidade da troca languageira, à proposição formulada e às circunstâncias materiais que determinam certos espaços, nos valendo aqui de conceitos de Charaudeau (1995).

Na verdade, pensamos que definir o que é factual é tão complexo quanto definir o que é ficcional. De acordo com Bange<sup>59</sup> (1986:215), poderíamos ter a seguinte visão:

" En effet la réalité ne doit pas être regardé comme une donnée objective que le langage se contente d'enregistrer et de traduire. Elle est construite sur les données situationnelles à partir des savoirs et des croyances en fonction d'intentions liées à des valeurs et préférences."

(Tradução nossa:

" De fato, a realidade não deve ser vista como um dado objetivo que a linguagem se contenta em registrar e traduzir. Ela é construída sobre os dados situacionais a partir de saberes e crenças em função de intenções ligadas a valores e a preferências.")

Assim, o que é real em uma dada situação para uma dada sociedade, pode não ser para outra. Como ilustração, poderíamos dizer que seria perfeitamente admissível para um brasileiro constatar como «fato real» que o sol nasce e se põe todos os dias, com uma variação relativamente pequena de horário considerando estarmos no solstício ou no equinócio. Tal fato seria, ao

---

<sup>59</sup> De alguma maneira, a visão de Bange vai ao encontro da discussão proposta por Lakoff & Johnson (2002) sobre uma visão experiencialista do discurso.

menos para a maioria, um dado real praticamente indiscutível. Por outro lado, se tomarmos como referência o movimento do sol em regiões que se localizam no extremo norte do globo terrestre, como, por exemplo, o estado estadunidense do Alaska e países da Europa Nórdica, essa realidade não é um fato, pois, devido a sua posição do globo, tais países possuem períodos nos quais o sol é predominante nas 24 horas do dia. Assim, o que é um fato comum para uma determinada situação de comunicação pode parecer um fato estranho para outra. Vejamos um outro caso:

- (02) "Estamos às vésperas do ano 5.761 e, ao contrário das muitas previsões, ainda não conseguimos contato com outra inteligência extraterrestre e nem mesmo resolver os mesquinhos conflitos do nosso planeta. Não se exaspere, leitor. Não estamos escrevendo nenhum texto de ficção científico-gastronômica, e sim nos preparando para as comemorações de mais um Rosh Hashaná, o ano novo judaico, que acontece na noite do dia 30" (FOLHA DE SÃO PAULO, Ilustrada, 22/09/2000)

A citação acima pode ilustrar a nossa hipótese de que o real e o ficcional somente são delimitados situacionalmente. O calendário judaico, como foi mencionado, é diferente do gregoriano adotado por alguns países ocidentais, logo, é factual para os judeus estarem comemorando o ano de 5.761 quando vivíamos o ano de 2000. O autor do texto ao escrever " *Não se exaspere, leitor . Não estamos escrevendo nenhum texto de ficção científico-gastronômica.*"

brinca com essa diferença que para a nossa realidade pareceria um pouco exótica, uma ficção científica. Logo em seguida, é feita uma localização que permite reconhecer o texto como factual: " (...) *e sim nos preparando para as comemorações de mais um Rosh Hashaná, o ano novo judaico(...)*".

Ainda em relação aos procedimentos de contagem do tempo, se o calendário judeu nos soaria como «futurista», o calendário mulçumano, ao contrário, estaria em «atraso»: segundo o calendário *Hijra*<sup>60</sup> os mulçumanos encontram-se no ano de 1424, enquanto o calendário gregoriano apontaria o ano de 2003.

Dessa forma, pensamos que a delimitação do factual poderia ser estabelecida a partir da situação de comunicação onde estariam compreendidos: dados culturais, institucionais, históricos, geográficos, étnicos, saberes científicos, entre outras possibilidades.

### **6.2.2 – Situação ficcional**

Seria, ao nosso ver, onde se realizaria a simulação do situação factual. Neste caso, a simulação obedeceria a um preceito regulador: estar subordinada ao princípio da verossimilhança. Poderíamos nos perguntar:

---

<sup>60</sup> Conforme FOLHA DE SÃO PAULO, Mundo, 21 /03/2003.

existem coisas puramente ficcionais? No nosso entender, isso não seria possível, pois a ficção é criada a partir da língua, dos objetos e das sensações humanas. Estes, por sua vez, não «apresentariam nada de novo» quando atuam na esfera da ficção, caso contrário, não seriam compreendidos. Lembremos que a produção do sentido é social e se não há entendimento do que é dito em pelo menos em uma determinada comunidade discursiva, a comunicação ficará deficiente ou será inexistente.

Para argumentar que somente instauramos a ficcionalidade a partir de dados já conhecidos, poderíamos pensar, por exemplo, na figura de um unicórnio. A priori, não existem unicórnios no mundo factual, mas a noção do que constitui este animal faz parte de um conhecimento do real que possuímos, isto é, um unicórnio seria um cavalo com um chifre na testa. Os conceitos de *cavalo* e de *chifre* são triviais para a nossa realidade e localizáveis em qualquer dicionário da língua portuguesa feito no Brasil. O mundo dos unicórnios é um mundo de palavra onde é possível existir um cavalo com chifres. Mesmo quando nos deparamos com o gênero ficção científica, o que se pode observar é que não haveria, por exemplo, grandes disparidades nas organizações sociais, nas maneiras das pessoas se relacionarem, ou seja, os laços amorosos, familiares, as relações hierárquicas, amigáveis, entre outros se assemelham aos modelos que temos conhecimento no mundo real. As noções de espaço, de forma e de tempo também não destoariam daquelas que possuímos, pois, caso contrário,



os romances de ficção científica seriam incompreensíveis e impossíveis de serem lidos.

Existem casos isolados de alguns escritores, como James Joyce ou Guimarães Rosa, por exemplo, que criam neologismos em suas obras. Parece-nos que tais neologismos se valem de recursos já existentes na língua, pois somos capazes de inferir seus significados. Assim, em termos de ficção, pensamos que uma reedição da máxima de Lavoisier seria uma boa síntese: na ficção nada se cria, tudo se transforma. Não estamos dizendo, com isso, que as criações feitas a partir da linguagem sejam triviais, muito pelo contrário. A nosso ver, a ficção é um espaço que não só privilegia a criatividade humana quanto enriquece e contribui para a compreensão do mundo real.

### **6.2.3 - Situação possível**

É aquela em que as restrições da situação de comunicação permitem a inteligibilidade de uma produção discursiva. Ela pode tanto ser perpassada pela facticidade quanto pela ficcionalidade em uma maior ou menor escala. Nesse caso, os gêneros seriam coadjuvantes na determinação do estatuto do texto.

Gostaríamos de citar o livro *As notícias mais malucas do planeta* de Brender (2004). Neste volume são concatenados fatos reais mas nada corriqueiros: No Quênia, o resgate de um celular que havia caído em um vaso sanitário deixa três mortos; um jogo em Madagascar termina em 149 a 0; Berlusconi promete prender jogadores italianos se não ganharem a copa.

### **6.3 - Efeitos de real e efeitos de ficção**

Buscaremos definir os efeitos de real e os efeitos de ficção a partir da Teoria Semiollingüística de Charaudeau (1983). No momento em que o referido autor escreveu sobre o tema, a sua postura de caracterizar o real e o ficcional se ancorou em um pensamento clássico sobre o assunto, ou seja, a dicotomia: o real é objetivo e o ficcional é subjetivo. Em Mendes-Lopes (2000a:74) esta classificação foi discutida ressaltando-se algumas particularidades e pudemos concluir que uma tal divisão seria problemática para a diferenciação entre as instâncias do factual e do ficcional. Contudo, embora problemáticas, pensamos que não deveriam ser descartadas, mas rearranjadas.

Faremos, em seguida, uma pequena recapitulação de alguns aspectos do tema e discorreremos sobre a maneira pela qual tal perspectiva pode ser contemplada.

Na óptica da Semiolingüística, o ato de linguagem é permeado por efeitos de real e efeitos de ficção. Assim, de acordo com Charaudeau (1983:95), haveria duas cenas:

“Notre hypothèse est que ces effets de parole - aussi divers qu’il soient - et les moyens qui permettent de les engendrer concourent à créer deux espaces scéniques de langage:

- Une scène de Fiction mise en place par toutes les procédures discursives qui produisent des effets de fiction.
- Une scène de réel mise en place par toutes les procédures discursives qui produisent des effets de réel.”

(Tradução nossa:

“Nossa hipótese é a de que esses efeitos de fala – por mais diversos que eles sejam – e os meios que permitem engendrá-los contribuem para criar dois espaços cênicos da linguagem:

- uma cena de ficção pontuada por todos os procedimentos discursivos que produzem efeitos de ficção.
- Uma cena de real localizada por todos os procedimentos discursivos que produzem efeitos de real.”)

Assim, de acordo com Charaudeau (1983:96), os procedimentos discursivos que produzem os efeitos de ficção estariam reunidos na figura do inteligível, com as seguintes variações: (a) a distância no tempo e no espaço; (b) as desproporções das dimensões (o monstruoso); (c) as desproporções das quantidades (o enorme) e (d) as desproporções das noções (o inacreditável).

Por outro lado, quando utilizamos os procedimentos discursivos que produzem os efeitos de real, conforme Charaudeau (1983:97), estaríamos fazendo apelo a um consenso que pode se apresentar sob diferentes figuras:

- (a) Figura do *tangível* - permitiria verificar o real através dos sentidos (olfato, tato, visão etc.); estabeleceria um contato direto com o mundo que engendra o mito do testemunho do espectador.
- (b) Figura da experiência - que permitiria verificar o real a partir de uma vivência própria ou da de alguém; o partilhar do vivido.
- (c) Figura do *dizer* - que constrói lugares de evidência, alguns institucionalizados (dicionários, por exemplo), outros registrados na memória coletiva e configurados em provérbios, máximas, expressões idiomáticas, estereótipos, enfim, toda fala que tenha um valor de aforismo.
- (d) Figura do *saber* - mais ou menos codificada pelas ciências, representa as técnicas que permitiriam construir e verificar o verdadeiro pelo raciocínio; é o mundo do inteligível estruturado pela racionalidade.
- (e) Figura do *fazer* - representa a fala injuntiva e/ou performativa que institui a verdade do dizer pela verdade do fazer que o acompanha (é uma das chaves do discurso totalitário).

Parece-nos que tais divisões entre os efeitos não seriam tão estanques como elas se apresentam. Alguns critérios, ao nosso ver, podem ocorrer tanto em situações factuais quanto ficcionais. O monstruoso, que é um item pertencente aos efeitos de ficção, por exemplo, é relativo: pode-se dizer que o personagem Drácula seja monstruoso, mas também é possível ter o mesmo julgamento a respeito de Hitler e seus atos durante a II Guerra Mundial. Em termos de efeito de real, tomemos o item (d) *a figura do saber*: as ciências tanto podem produzir experiências verificáveis e de grande utilidade pública quanto produzir saberes que devido a uma mudança de paradigma ou a alguma outra descoberta, podem se mostrar equivocadas.

Assim, de que forma poderíamos delimitar o que caracteriza um ou outro efeito? A nosso ver, os efeitos podem apresentar os dados acima apontados na Teoria Semiolingüística, mas o que os determinam é uma competência que possuímos para identificá-los. Na nossa opinião, "aprendemos" esta competência ao longo de nossa vida e ela se caracterizaria por possuir uma certa plasticidade. Um tal reconhecimento teria o auxílio dos gêneros discursivos, dos intra e interdiscursos, de dados sociais e históricos, etc.

Como ilustração, podemos citar o caso de alguns gêneros discursivos que se transformam ou acabam por mesclar outros gêneros. Para que possamos reconhecer tais operações seria necessário uma espécie de

"adaptação" de nosso saber para que passemos a reconhecê-los.

Exemplificando, gostaríamos de citar o poema de Manuel Bandeira (1970:117):

"POEMA TIRADO DE UMA NOTÍCIA DE JORNAL

João Gostoso era carregador de feira-livre e morava no  
[morro da Babilônia num barracão  
sem número  
Uma noite ele chegou no bar Vinte de Novembro  
Bebeu  
Cantou  
Dançou  
Depois se atirou na lagoa Rodrigo de Freitas e morreu  
afogado."

Neste poema, o gênero "notícia de jornal" - que teria o estatuto factual, mescla-se a um outro gênero, a poesia - cujo estatuto é ficcional. Assim, é uma dada competência que adquirimos ao longo de nossa vida que nos faz reconhecer o que é poesia e o que é notícia de jornal e que, também, nos permite entrar no jogo ficcional/factual proposto pelo escritor no exemplo acima.

Efeitos de real e efeitos de ficção seriam assim caracterizados, porém de quais recursos nos valeríamos para reconhecê-los? Parece-nos que a noção de competência seria uma possível resposta a tal indagação.

## 6.4 – Competências e efeitos de real e efeitos de ficção

De acordo com Charaudeau (2001)<sup>61</sup>, a competência linguageira poderia ser repertoriada em três níveis: *situacional*, *discursivo* e *semiolingüístico*. A seguir exporemos o que cada competência propõe.

### 6.4.1 - Competência situacional

Esta seria a competência que determinaria a expectativa (*enjeu*) de um ato de linguagem. Conforme Charaudeau (2001:06):

" La *compétence situationnelle* exige de tout sujet qui comunique et interprète qu'il soit apte à construire son discours en fonction de l'*identité* des partenaires de l'échange, de la *finalité* de l'échange, du *propos* en jeu et des *circumstances matérielles* de l'échange."

(tradução nossa:

"A *competência situacional* exige de todo sujeito que comunica e interpreta que ele esteja apto a construir seu discurso em função da *identidade* dos parceiros da troca, da *finalidade* da troca, da *proposição* em jogo e das *circunstâncias materiais* da troca.")

---

<sup>61</sup> Este texto foi enviado ao Núcleo de Análise do Discurso da FALE/UFMG pelo autor e não traz uma referência bibliográfica exata.

Assim, a competência situacional é responsável pela construção do discurso. De um ponto de vista da ficção, o sujeito, para poder reconhecer o discurso ficcional, deveria saber como ele é estruturado.

#### 6.4.2 - Competência discursiva

Conforme aponta Charaudeau (2001:07):

"La *compétence discursive* exige de tout sujet qui communique et interprète qu'il soit apte à manipuler(Je)-reconnaître(Tu) les *procédes de mise en scène discursive* qui feront écho aux contraintes du cadre situationnel. Ceux-ci (qu'il ne faudra pas confondre avec les procédés proprement linguistiques), sont de trois ordres: *énonciatif, énoncif e sémantique.*"

(tradução nossa:

A competência discursiva exige de todo sujeito que comunica e interpreta que ele esteja apto a manipular(Eu)-reconhecer(Tu) os procedimentos da encenação discursiva que farão eco às restrições do quadro situacional. Tais procedimentos (que não poderão ser confundidos com os procedimentos propriamente lingüísticos) são de três ordens: enunciativo, enuncivo e semântico." )

Dessa forma, a competência discursiva possibilitaria o reconhecimento das instâncias produção e recepção implementadas respectivamente pelo sujeito enunciador e pelo sujeito destinatário. Esta seria ainda a competência que permitiria a percepção da situação de enunciação, dos modos de organização do discurso e do ambiente cognitivo mutuamente



partilhado. Parece-nos que seria a competência situacional que nos permitiria reconhecer o estatuto ficcional ou factual que operaria na competência discursiva. No entanto, seria plausível pensar que a interdiscursividade também pode ser um dado a considerar na delimitação do ficcional e ele se produziria justamente nesta esfera. Nesses casos, pensamos que o interdiscurso teria o estatuto de efeito de ficção.

#### **6.4.3 - Competência semiolingüística**

Por fim, Charaudeau (2001:09) explicaria da seguinte forma a competência homônima a sua teoria.

La compétence sémiolinguistique exige de tout sujet qui communique et interprète qu'il soit apte à manipuler-reconnaître la forme des signes, leurs règles de combinaison et leurs sens, sachant que ceux-ci sont employés pour exprimer une intention de communication, en relation avec les données du cadre situationnel et les contraintes de l'organisation discursive.

C'est à ce niveau que se construit le texte, si l'on entend par texte, le résultat d'un acte produit par un sujet donné dans une situation d'échange sociale donnée et ayant une forme particulière.

(Tradução nossa:

"A competência semiolingüística exige de todo sujeito que comunica e interpreta que ele esteja apto a manipular-reconhecer a forma dos signos, suas regras de combinação e seus sentidos, e que saiba que estes são empregados para

expressir uma intenção de comunicação relacionada aos dados do quadro situacional e às restrições da organização discursiva. É neste nível que se constrói o texto, se entendemos por texto o resultado de um ato produzido por um dado sujeito em uma dada situação de troca social e tendo uma forma particular.")

Segundo Charaudeau (2001:09), este seria o espaço no qual se evidenciariam a composição textual e paratextual, a construção gramatical e o emprego apropriado das palavras do léxico.

Parece-nos que as três competências seriam responsáveis, tanto na instância da produção quanto da recepção, pela habilidade que um sujeito possui de identificar em uma dada situação de comunicação os seguintes itens: de onde se fala, o discurso que se produz e o objeto que seria o canal por onde os dois itens anteriores perpassariam. De um ponto de vista da ficcionalidade, seria vital para a identificação dos processos de simulação a compreensão destas instâncias.

## **6.5 – Considerações finais sobre a relação ficcionalidade & Semiologia**

Parece-nos que podemos encontrar ferramentas para efetuar uma análise da ficcionalidade a partir da Teoria Semiológica. Assim sendo,

conceitos como: situação de comunicação, identidade social, identidade discursiva, contrato, gêneros, efeitos de real e efeitos de ficção, dentre outros auxiliariam em nosso objetivo de buscar uma explicação teórica para a ficcionalidade. No entanto, ainda percebemos um outro fator que talvez possa vir a influenciar na determinação da ficcionalidade: o estilo. Assim, continuamos nossa jornada rumo a mais este porto.



## 07

FICCIONALIDADE E ESTILO: ALGUMAS  
CONSIDERAÇÕES DO PONTO DE VISTA DA  
ANÁLISE DO DISCURSO

«Prezado leitor, quisera eu aqui tecer, munida dos delgados áureos fios que as palavras ourivam, um trançado das dádivas do conhecimento que agora, em êxtase, ofertaria-lhe, mas temores me percorrem, o suor do opróbrio apodera-se de mim e vejo-me estagnada....» Imaginemos que um texto se inicie assim. Como poderíamos dizer se ele é ficcional ou factual? Qual é a influência do estilo no estatuto de um texto? Tentaremos discutir a questão a partir de alguns dos preceitos da linha de pesquisa que temos seguido.

Parece-nos que os estudos sobre estilo, de um ponto de vista da Análise do Discurso, ainda não são muito numerosos, ou pelo menos, no Brasil, não temos conhecimento de que o sejam. Embora se trate de um assunto que vem sendo estudado já há algum tempo, o estilo ainda permanece difícil de se apreender.

Ao tentar relacionar análise do discurso e estilo, surgiram-nos algumas indagações: o estilo poderia constituir um discurso? Haveria estilos

institucionalizados? O estilo seria uma restrição imposta pelos gêneros de discurso? Seria possível determinar a ficcionalidade ou a factualidade de um texto através do estilo nele empregado? Estas seriam algumas das questões que gostaríamos de tratar nesta parte de nosso estudo.

Assim sendo, o presente capítulo será composto de três partes complementares: num primeiro momento, faremos algumas reflexões sobre análise do discurso e estilo, passando pelo viés teórico da Semiolingüística; num segundo momento, abordaremos as relações entre ficcionalidade e estilo e, finalmente, num terceiro momento, tentaremos abordar alguns aspectos das questões acima mencionadas.

## **7.1 – Análise do Discurso e Estilo**

É possível pensar que há uma estreita relação teórica entre o que propunha a Estilística de C. Bally no início de século XX e o que as teorias sobre a análise do discurso de vertente francesa têm evidenciado nessas últimas décadas. De acordo com Charaudeau & Maingueneau (2002:552):

*“Il est très difficile de définir la ligne de partage entre stylistique et analyse du discours, car la stylistique (...) peut prendre des formes extrêmement diverses. Les phénomènes qu´envisageait*

la stylistique d'un C. Bally au début du XX<sup>e</sup> siècle sont aujourd'hui distribués entre les théories de l'énonciation linguistique, la pragmatique, la sociolinguistique, l'analyse conversationnelle, l'analyse du discours..."

(Tradução nossa:

É difícil definir uma linha divisória entre estilística e análise do discurso porque a estilística (...) pode tomar formas extremamente diversas. Os fenômenos que eram considerados pela estilística de C. Bally no início do século XX estão hoje distribuídos entre teorias da enunciação, lingüística, pragmática, sociolingüística, análise conversacional, análise do discurso...)

Mesmo tendo em vista tal ramificação, gostaríamos de expor aqui algumas reflexões sobre a abordagem que a análise do discurso poderia fazer do estilo.

De um ponto de vista da Teoria Semiolingüística, qualquer produção linguageira pode ser vista a partir destas três dimensões: a *situação de comunicação*, *as categorias de discurso* e *as categorias de língua*. Cada uma delas obedece a restrições de uso que podem estar relacionadas a dados externos ou dados internos ao ato de linguagem. Vale dizer que esta tríplice repartição existiria somente para efeito didático, pois, de fato, estariam todas em uma relação de complementaridade, ou de «consubstancialidade».

As restrições da situação de comunicação devem ser consideradas como dados externos à instância da enunciação e sua única razão de ser é ter por finalidade a construção do discurso. Na visão de Charaudeau (2004), elas respondem à questão «Estamos aqui para falar do quê?» e, assim sendo, engendram instruções que devem encontrar seu correspondente em um «Como

dizer». A definição da situação de comunicação se dá em quatro termos: (i) a finalidade da troca (Falar para atingir qual objetivo?); (ii) a identidade dos parceiros (Quem se endereça a quem?); (iii) a proposição (Falar do quê?) e (iv) o dispositivo (Falar em qual quadro?).

Os dados externos e a construção discursiva não são desmembrados e estão em contínua inter-relação, como o afirma Charaudeau (2004:15):

“A ligação entre os dados externos e a construção discursiva é de causalidade, mas ela não se estabelece em uma correspondência termo a termo. Os dados determinam o que deve ser o quadro do tratamento linguageiro no qual eles vão se ordenar.”

Ainda na visão do teórico acima citado, pode-se observar que os dados da finalidade, pelo viés de suas visadas<sup>62</sup>, determinam uma certa escolha de modos enuncivos (descritivo, narrativo e argumentativo) que o sujeito falante deve empregar. Os dados da identidade dos parceiros determinam alguns modos enunciativos (alocutivo, elocutivo e delocutivo<sup>63</sup>) nos quais ele deve se engajar. Os dados do propósito determinam alguns modos de tematização, isto é, a organização dos temas e sub temas a serem tratados. Os dados das

---

<sup>62</sup> São elas: prescrição, solicitação, incitação, informação, instrução e demonstração.

<sup>63</sup> L´allocutif se caractérise par le fait que le «locuteur implique l´interlocuteur dans son acte d´énonciation et lui impose le contenu de son propos»; le locutif se caractérise par le fait que «le locuteur situe son propos par rapport à lui même; le délocutif se caractérise par le fait que «le locuteur laisse s´imposer le propos en tant que tel, comme s´il n´en était nullement responsable». (MAINGUENEAU & CHARAUDEAU (2002:354)) [Tradução nossa: O alocutivo se caracteriza pelo fato de que o locutor implica o interlocutor em seu ato de enunciação e lhe impõe o conteúdo do seu propósito; o elocutivo se caracteriza pelo fato de que o locutor situa seu propósito em relação a ele mesmo; o delocutivo se caracteriza pelo fato de que o locutor se deixa impor o propósito, como se ele não fosse responsável.]

circunstâncias materiais (ou dos dispositivos) determinam alguns modos de semiologização e a organização da *mise en scène* material (verbal e/ou visual) do ato de comunicação.

A título de ilustração, *grosso modo*, podemos pensar na situação de comunicação “mesa redonda em um encontro sobre estilo cujo tema é a relação entre análise do discurso e estilo.” Qual será finalidade da troca? Nesse caso, é acionar a visada de informação. Qual a identidade dos parceiros? De um lado, temos um sujeito comunicante, membro da mesa redonda, em uma posição de “fazer saber”, que deve estar qualificado para esta posição – ou seja, possuir legitimidade, fazendo uma análise que traga um ponto de vista relevante para o estudo do assunto; de outro lado, temos os sujeitos interpretantes - o auditório - que estão em uma posição de “dever saber” sobre o tema abordado e reconhecem a legitimidade do sujeito comunicante para tratar do tema. Se o palestrante aborda somente assuntos que já são do conhecimento do auditório, a comunicação se torna enfadonha e a legitimidade torna-se problemática. Falar do quê? É necessário que o orador se restrinja a fazer uma abordagem do tema “estilo e análise do discurso”. Caso o orador comece a falar de outro assunto, ele estará rompendo o contrato e se mostrando impertinente. Falar em qual quadro? É preciso saber de que “lugar” falamos. No caso de nosso exemplo, estamos inseridos no discurso acadêmico,



ou seja, em uma situação formal que exige o uso de linguagem culta e um relativo “ineditismo” do assunto.

A nosso ver, a dificuldade de se apreender o estilo está no fato de que ele pode ser determinado por todas as instâncias acima citadas. Há uma multitude de possibilidades de situações de comunicação nas quais o texto – ou qualquer outra produção lingüística – pode se encontrar. Nessa linha de raciocínio, o estilo seria “detectado” nas três dimensões abaixo:

- ▣ Na situação de comunicação: (instância extralingüística ) através do comportamento dos sujeitos falantes e das instituições às quais pertencem. Estes sujeitos podem “optar” pelo estilo que vão empregar em seu discurso a partir da sua ancoragem social. Em outros termos: o estilo também pode ser definido como *“um conjunto de traços formais que caracterizam o modo de uma pessoa se expressar.”* Segre (1989:116). Desse modo, cada “lugar social” exige traços formais adequados àquela situação.
- ▣ Na instância do discurso, o estilo seria percebido levando-se em consideração as escolhas dos modos de organização narrativo, descritivo ou argumentativo que vão ser empregados. Por exemplo, um jornalista, ao optar pela organização narrativa ou descritiva de um texto, está também fazendo uma opção estilística.
- ▣ Na instância da materialidade lingüística, onde é possível extrair diversas marcas estilísticas que qualquer gênero de discurso eventualmente possua.

Para ilustrar, podemos citar o “caro leitor” na obra de Machado de Assis ou o mote utilizado por José Simão em sua coluna na Folha de São Paulo: “*Buemba! Buemba! Macaco Simão urgente! O braço armado da gandaia nacional.*” . Também é possível mencionar os manuais de estilo de jornais que trazem restrições e normas de uso de determinadas palavras e expressões. No caso do *Manual da Redação da Folha de São Paulo*, no capítulo “padronização e estilo”, vemos enumeradas várias regras estilísticas que os jornalistas da empresa devem empregar.

## 7.2 – Combinações entre ficcionalidade e estilo

A partir do que foi acima mencionado, a relação entre estilo e ficcionalidade, pensamos, se daria da seguinte forma: o estilo não determinaria a ficcionalidade ou facticidade de um texto, mas pode insinuar efeitos, sejam eles de real ou de ficção. Vejamos o caso da carta que Guimarães Rosa escreveu a Paulo Dantas em 05 de março de 1957 . Gostaríamos de chamar a atenção para o trecho que se inicia na linha (08):

(...) moro muito defendidamente, escondido nos grotais de um altozinho, depois de muita volta, nas batoqueiras da caatinga. Vivo num istmo, sofrendo o mar e me lembrando do campo.

Mas tenho janelas que dão para um matinho, bamburral e amendoeiras bravas; lá vêm pássaros, borboletas, e existem uns dignos gatos independentes. (grifo nosso)

Do ponto de vista dos gêneros de discurso, temos uma correspondência pessoal cujo estatuto é factual. Podemos identificar nesta correspondência uma ficcionalidade colaborativa, ou seja, há um processo de simulação de um mundo possível que auxilia na construção do texto. Em outros termos, seria dizer que ao descrever a cidade do Rio de Janeiro com “ingredientes” que seriam do Sertão, o autor está criando um mundo no qual é possível que se veja uma cidade - urbanizada, portanto, longe do protótipo de uma região sertaneja - como uma cidade provinciana localizada em uma outra região geográfica, a caatinga.

Guimarães Rosa, se fizermos uma análise à luz dos preceitos da Teoria Semiolingüística, poderia falar de diversos “lugares sociais”, visto que foi médico, diplomata, escritor, sertanista, entre outros. No entanto, ao escrever a carta, vale-se do estilo usado nos seus textos literários e o utiliza em outro gênero. Tal deslocamento estilístico ativa algumas competências e estas fazem com que um leitor que conheça a obra de Guimarães Rosa associe o estilo utilizado na carta ao estilo utilizado em sua obra literária. É dessa associação que vai surgir a identificação do efeito de ficção. Em resumo, a carta é factual mas é construída a partir de uma ficcionalidade colaborativa que não influencia no estatuto factual do gênero carta pessoal. Ver a cidade do Rio de Janeiro

como uma cidade sertaneja é um mundo possível na realidade de Guimarães Rosa e isso não implica em valor de mentira ou de verdade, embora seu estilo possa, eventualmente, nos levar a pensar que se trata de uma carta “não real”.

### **7.3- Ser ou não ser....?**

Para concluir, gostaríamos de tentar responder às questões que foram colocadas no início deste capítulo. Trata-se, na verdade, de respostas breves e superficiais, pois temos consciência da complexidade de tais perguntas.

*1- O estilo poderia constituir um discurso?* – A questão é controversa, mas parece-nos que certas ocorrências estilísticas podem ser usadas para se classificar determinados discursos. Por exemplo, seria possível dizer que o emprego de expressões como “caro leitor”, “leitor amado”, “ingênua leitora” poderiam ser usadas para identificar o discurso machadiano. No entanto, ele não foi o único autor a fazer uso de tal estratégia. Talvez pudéssemos fazer um levantamento do estilo usado em textos ou obras tomadas isoladamente, porém não poderíamos tornar tal levantamento uma regra. Estabelecer um único parâmetro de ocorrência estilística no discurso não nos parece possível, pois

cada situação de comunicação imporá uma restrição estilística pertinente para aquele momento. Além disso, o estilo é instável, pode sofrer influências de dados históricos, da moda, das mídias, entre outros.

*2 - Haveria estilos institucionalizados?* A resposta a essa pergunta seria positiva. Determinadas instituições convencionam os estilos que são aceitáveis. A título de ilustração, mencionamos: os já citados manuais de redação dos jornais; a ABNT que impõe regras de formatação de relatórios, dissertações, leis, teses; textos administrativos; determinados vestibulares que exigem uma redação dissertativa; entre outros exemplos.

*3- O estilo seria uma restrição imposta pelos gêneros de discurso?* Sim, seria pertinente pensar que esta seria uma das restrições impostas pelos gêneros. Nessa ótica, haveria, de um lado, gêneros com restrições estilísticas rígidas, como por exemplo : cartas comerciais, atas, leis, manuais de instruções, entre outros, e, de outro lado, haveria gêneros com restrições estilísticas flexíveis, como por exemplo: correspondência pessoal, publicidades, crônicas, ensaios etc.

*4- Seria possível determinar a ficcionalidade ou a factualidade de um texto através do estilo nele empregado?* Em nossa perspectiva de pesquisa, o estilo

não determinaria a ficcionalidade de um texto. Certos procedimentos estilísticos podem estar presentes tanto num texto factual quanto num texto ficcional. A carta de Guimarães Rosa acima mencionada é um exemplo do que acabamos de dizer. Em termos de ficcionalidade, o estilo pode contribuir para a identificação de efeitos de real e efeitos de ficção.

Um exemplo da dificuldade de se identificar o estatuto factual ou ficcional de um texto através do estilo são os casos em que há uma forte influência de uma determinada identidade social de quem escreve. Um dado recurso estilístico pode ser visto em diversos outros gêneros de discurso, com estatutos variáveis. Vejamos o exemplo abaixo:

“Profunda reflexão de Iberê. Fico esperando. Até que ele diz: após a realização de um quadro, ou de uma série, segue-se um esvaziamento que por seu turno é substituído por uma gestação que se processa, e o período criador renasce então. Você tem a mesma experiência?”

— Igual. Sinto um esvaziamento que quase se pode chamar sem exagero de desesperador. Mas para mim é pior: a germinação e a gestação podem demorar anos, anos esses em que feneço. (...)”

Em uma primeira leitura e ignorados os paratextos, o trecho acima tanto pode ser factual quanto ficcional. Talvez possamos ser levados a pensar, através de uma competência discursiva que possuímos, que se trata de um estilo pertencente ao gênero romance – identifica-se uma narração, há um travessão indicando diálogo... Na verdade, a citação acima é um trecho de uma entrevista

de Iberê Camargo concedida a Clarice Lispector<sup>64</sup>. A identidade social de Clarice Lispector “escritora de romances” influencia no estilo escolhido para o relato da entrevista. Assim, a partir desse exemplo, mostramos como pode ser problemático definir a factualidade ou a ficcionalidade de um texto somente por um viés estilístico. Este é também o caso da carta de Guimarães Rosa anteriormente citada. O estatuto factual dos gêneros “entrevista” e “correspondência pessoal” vão ser estabelecidos através da situação de comunicação na qual estão inseridos.

#### **7.4 – Com que roupa eu vou?**

Como o vimos acima, a relação entre estilo e ficcionalidade não é nada simples. Pensamos que se trata de macro campos, podendo ou não se entrecruzarem. A escolha de se valer de um determinado estilo e permeá-lo ou não de ficcionalidade estará ligada às restrições impostas pela situação de comunicação – que pode ser uma «estilista» de bom gosto ou de gosto duvidoso... Em outros termos, poderíamos pensar que não só os gêneros – que são situacionais, podem influenciar na escolha do estilo de uma produção lingüística, mas também a identidade social daquele que a produz e a adequação exigida pela situação de produção daquele discurso.

---

<sup>64</sup> Cf. LISPECTOR (1992: 108)

Devido a essa riqueza de possibilidades, o estilo torna-se difícil de ser definido com precisão. Por conseqüência, complica-se também a tarefa de diferenciar ficcionalidade e estilo. O que vale como marca estilística para uma determinada situação de comunicação, não vale, obrigatoriamente, para uma outra similar. Além disso, é sabido que os fatores determinantes da ficcionalidade ou da factualidade estão em constante transformação, o que dificultaria ainda mais um levantamento dessa natureza. A conclusão mais plausível a que podemos chegar é que a situação de comunicação é quem vai definir localmente o que é estilo e o que é ficcionalidade, factualidade, efeitos de real, efeito de ficção e assim por diante. Nossa posição não deixa de ser relativista, compreendemos plenamente que se faça tal crítica. No estágio atual de nossas pesquisas, infelizmente, não poderíamos apresentar uma posição mais consistente.

No capítulo subsequente, vamos fazer uma análise de um caso envolvendo a questão dos gêneros e, por conseguinte, da possibilidade dos dados paratextuais serem «mascarados». Para uma maior clareza, os índices paratextuais podem se tornar um dado de indeterminação do estatuto de ficcionalidade ou de factualidade de um gênero.





Pretendemos, nesta parte de nosso estudo, fazer uma breve reflexão sobre a questão dos gêneros na perspectiva do conceito de cena de enunciação. Vamos nos valer da teoria de Maingueneau (2004), que, ao que nos parece, é compatível com a Semiolingüística e com o a linha de raciocínio que temos empreendido nesta pesquisa.

Para tanto, examinaremos dois *corpora* que foram construídos a partir de um mesmo tema, que foram escritos por um mesmo autor, mas que foram publicados em momentos diferentes. Trata-se, de um lado, do "*Diário de Bagdá*" coluna escrita por Sérgio Dávila, jornalista e enviado especial da *Folha de São Paulo* para a cobertura da Guerra do Iraque de 2003 e, de outro lado, do livro, também publicado pelo referido jornalista, "*Diário de Bagdá: a guerra do Iraque segundo os bombardeados*".

Para aqueles que não conhecem os textos acima mencionados, faremos aqui uma pequena nota introdutória. A coluna *Diário de Bagdá* foi publicada durante o período de 19 de março a 15 de abril de 2003, sempre em

forma de fragmentos de textos<sup>65</sup> e trazia considerações sobre o local, a guerra, a população e outros temas variados. Era veiculada no caderno *Mundo*, na seção "Ataque do Império". Na mesma página, eram publicadas fotos do fotojornalista Juca Varella, que poderiam, ou não, estar ilustrando a coluna, e também outros gêneros jornalísticos como: artigos, notícias, reportagens que informavam sobre o conflito. Já o livro "*Diário de Bagdá: a guerra do Iraque segundo os bombardeados*" foi publicado após o retorno dos supracitados jornalistas. A edição é bem cuidada, estão dispostos trinta textos agrupados por temas, perde-se a referência a datas específicas - há somente a indicação "dia 01, 02, 03", e assim por diante<sup>66</sup>. São também publicadas fotos inéditas e outras ilustrações do que poderíamos chamar de *souvenirs* de viagem: crachás utilizados, autorizações de circulação, exemplares de jornais locais, carteiras de identificação do hotel no qual estavam hospedados, entre outros itens. Considerando que há uma multiplicidade de materiais, optamos por trabalhar somente com a parte textual dos *corpora*. Eliminamos, assim, fotos e outras ilustrações.

No presente capítulo, selecionamos dois textos para a análise: *corpus* (01) "Quando bigode vale mais que mulher" de 28 de março de 2003 e *corpus* (02) "Dia 14 – [o mentiroso]<sup>67</sup>". Doravante, para maior clareza, nomearemos a coluna *Diário de Bagdá* publicada pelo jornal (DBJ) e o livro

---

<sup>65</sup> Cf. *corpus* 1

<sup>66</sup> Cf. anexo, *corpus* 2

<sup>67</sup> Cf. anexo

*Diário de Bagdá* (DBL); O *corpus* (01) será representado por (DBJ-01) e o *corpus* (02) (DBL-02). Ambos estão transcritos integralmente na seção «Anexos» a partir da página 209.

Com o intuito de analisar o gênero “diário” nos *corpora* escolhidos, teceremos, num primeiro momento, breves considerações sobre algumas abordagens que podem ser feitas da genericidade e, em seguida, prosseguiremos a uma análise dos *corpora* a partir de uma visão teórica de Maingueneau (2002, 2004).

### **8.1 - A questão dos gêneros**

Desde a Antigüidade, os critérios de classificação das produções lingüísticas em gêneros compartimentados vêm sendo discutidos e, em decorrência desse debate contínuo, o assunto acabou sendo abordado sob os mais diversos prismas. Atualmente, é possível localizar algumas correntes de estudos sobre este assunto na área de Letras: gêneros literários, gêneros retóricos, gêneros de discurso e também o que os pesquisadores anglo-americanos denominam “*genre analyses*”. Interessa-nos, neste momento, fazer

uma reflexão sobre os gêneros de discurso<sup>68</sup>. Pode-se enumerar, com base em CHARAUDEAU (2001), alguns critérios usados para se determinar a genericidade: (i) determina-se os *lugares de fala* (lugares sociais) que são o resultado da maneira pela qual uma sociedade estrutura, institucionalmente, suas práticas sociais a partir de grandes setores da atividade: o político, o religioso, o jurídico, o científico, o educativo, etc.; (ii) determina-se as grandes funções de base da atividade languageira de acordo com a direção em que o ato de comunicação é orientado (Funções de Jakobson, Halliday etc.); (iii) fundamenta-se na natureza comunicacional da troca verbal (Bakhtin); (iv) apóia-se no aparelho formal da enunciação (Benveniste e Culliolli); (v) tenta-se definir tipos de atividade languageira com um valor mais ou menos prototípico: narrativo, argumentativo, explicativo e descritivo; (vi) descreve-se as características formais de um texto e reúne-se as marcas mais recorrentes para concluir a determinação de um gênero textual; (vii) busca-se determinar um domínio de produção do discurso de acordo com textos fundadores cuja finalidade é determinar os valores de um certo domínio de produção discursiva como discurso filosófico, científico, religioso, etc.

A partir do que foi brevemente enumerado acima, pode-se perceber que estabelecer uma teoria dos gêneros é ainda uma tarefa um pouco complexa, pois, se de um lado, temos critérios lingüísticos, discursivos e situacionais que

---

<sup>68</sup> Estamos aqui nos valendo de tal divisão somente para preservar uma visão burocrática de linhas de pesquisa, pois, ao nosso ver, todos os gêneros são, *a priori*, gêneros de discurso.

poderiam auxiliar em tal classificação, de outro, temos a plasticidade dos gêneros, ou seja, os usuários lhes atribuem movimentos dinâmicos que os colocam constantemente em transformação. É de tal mobilidade que surge a limitação de se criar um modelo teórico que seja capaz de explicar com rigor o funcionamento dos gêneros.

Diante de tantas abordagens teóricas, optamos por trabalhar com a visão de Dominique Maingueneau que vê a questão dos gêneros a partir da noção de cena de enunciação e, de certa maneira, se inscreve no item (vii) acima mencionado. Pretendemos, simplesmente, fazer uma aplicação da referida teoria, pois, ao nosso ver, ela é compatível com os *corpora* escolhidos.

## **8.2 - Cenas e diários: um estudo de caso**

De acordo com Maingueneau (2002:515), o termo *cena de enunciação* seria uma noção próxima daquela de situação de comunicação. Nesta perspectiva, *"a enunciação acontece em um espaço instituído, definido pelo gênero de discurso, mas também em uma dimensão construtiva do discurso, que se coloca em cena e instaura seu próprio espaço de enunciação."*

Em uma mesma cena de enunciação existem três cenas que agem em planos complementares: *a cena englobante, a cena genérica e a cenografia*. A seguir, teceremos algumas considerações sobre elas e os *corpora* acima mencionados.

### 8.2.1 – A cena englobante

De acordo com Maingueneau (2004)

“A **cena englobante** é aquela que corresponde ao tipo de discurso. Quando recebemos um panfleto na rua, devemos ser capazes de determinar se ele se origina do tipo de discurso religioso, político, publicitário... ou seja, sobre qual cena englobante é preciso se posicionar para o interpretar, de que maneira o leitor é interpelado. (...) ela define o estatuto dos parceiros em um certo espaço pragmático.”

No caso do DBJ, a cena englobante é o discurso jornalístico. Um leitor que se deparasse com a coluna inserida no jornal deveria saber identificar que se tratava de um diário feito por um jornalista para a cobertura de um evento: a guerra.

Já para o DBL, a cena englobante não vai ser a mesma pelo simples fato de que o texto não está mais inserido no discurso jornalístico, pois, além de estar publicado em um outro suporte, ou seja, “livro”, perdeu também

vários das marcas indicativas do discurso jornalístico: datas, publicação simultânea ao evento, as indicações de localização dentro do jornal, entre outros. Assim, parece-nos que os textos estariam mais próximos dos relatos pessoais, portanto, a cena englobante será aquela do tipo de discurso memorialístico. Tal percepção é endossada pela própria catalogação da obra que segue os critérios adotados pela Câmara Brasileira do Livro, onde se lê: "*Guerra do Iraque, 2003 – Narrativas pessoais*". Não há referência a discurso jornalístico.

Uma outra observação que pode ser feita é em relação aos títulos dos textos que, pensamos, refletem a mudança da cena englobante. No DBJ os títulos vêm em forma de manchetes, o que dentro do discurso jornalístico tem características específicas tais como: produzem um efeito de instantaneidade da informação, obedecem a regularidades impostas pelo jornal, devem atrair a atenção do leitor, entre outras. De acordo com Souza (2000:06) os títulos, que constituem o peritexto jornalístico, têm a seguinte função:

"O peritexto jornalístico desempenha um papel comunicacional muito importante na imprensa de hoje. Ao mesmo tempo em que serve para deter o olhar do leitor, para orientar sua leitura num determinado sentido, serve também para constituir a imagem da marca de um jornal, sua face mais típica e reconhecível."<sup>69</sup>

---

<sup>69</sup> Tradução nossa

Como se pode observar a partir da citação acima, existem várias implicações em uma manchete e elas vão estar refletidas também no título do texto selecionado no *corpus* 01: "*Quando bigode vale mais que mulher*". Na nossa opinião, este título produz um efeito lúdico e demonstra bom humor por parte do autor, fatos estes que seduzem o leitor e fazem com este último empreenda a leitura de todo o texto a fim de descobrir quando isso acontece, ou seja: bigode valer mais que mulher.

Já no DBL, os títulos não são atribuídos seguindo as mesmas restrições impostas pelo jornal. Observa-se que ora podem obedecer à forma clássica de se intitular, ou seja, síntese do que o texto diz [*Os sons da guerra* (p.38), *Vivendo sob bombas* (p.44), *Fuga de Bagdá* (p.99), etc]; ora podem ser o resultado de impressões pessoais, como, por exemplo, o título do *corpus* 02: *O mentiroso* [ e ainda: *Tudo por um toblerone*(p.20), *Os loucos e seus banheiros* (p.24), *Aliás, onde estão as mulheres?*(p.63) e assim por diante]. A nosso ver, o título "o mentiroso" produziria um juízo de valor que o discurso jornalístico não comportaria, ou, se o fizesse, isso seria de forma mais protocolar, mais institucionalizada, já que tal ato poderia ser visto como uma acusação passível de sanções. Já na cena englobante memorialística, o título acima citado é mais aceitável, pois não se trata mais de uma filiação à instituição «Jornal», mas sim de um jornalista que não está mais sob as



mesmas condições restritivas anteriormente descritas e que narra em um livro fatos dos quais foi testemunha.

Na nossa opinião, no DBL, os títulos perdem a premência de se deter o olhar do leitor, ou pelo menos, a atração exercida pelo título não está no mesmo patamar daquela exercida pelo jornal; Em outros termos, o títulos têm funções diferentes tanto no livro quanto no jornal. É evidente que o livro também possui suas qualidades sedutoras, mas tal sedução se dá por vários outros meios como: forma de abordar o assunto, aspecto gráfico, ilustrações, qualidade do papel, capa etc. De alguma maneira, o texto inserido em um jornal “concorre” com os outros textos presentes não só na mesma página, mas também no exemplar do jornal como um todo; já no caso do livro, essa “disputa” inicial não é necessária. Assim, a cena englobante do jornal exigiria uma maior sedução de leitura devido a um grande número de textos publicados em um mesmo espaço e, nesse sentido, a cena englobante do livro seria menos complexa. É bem verdade que existe “concorrência” entre jornais de mesma linha editorial, entre livros que tratam do mesmo tema e assim por diante. Nesse caso, pesamos que o assunto não concerne mais à cena englobante e que seria um aspecto a ser tratado pela cenografia, cujo conceito será abordado no item 8.2.3 deste texto.

### 8.2.2 – A cena genérica

Na perspectiva teórica da cena de enunciação, reconhecer um tipo de discurso não é suficiente para que se tenha acesso ao funcionamento das atividades verbais, já que um tipo pode ter várias subdivisões. Como exemplo, citamos o discurso jornalístico que pode se dividir em: notícia, reportagem, editorial, artigo, crítica, entre outros. É dessa diversidade que se torna necessário a especificação de uma outra cena, esta última assim determinada por Maingueneau (2002:516):

“A **cena genérica** é definida pelos gêneros de discursos particulares. De fato, cada gênero de discurso implica em uma cena específica: papéis para os seus parceiros, circunstâncias (em particular um modo de inscrição no espaço e no tempo), um suporte material, um modo de circulação, uma finalidade, etc.”

Em se tratando do DBJ, a cena genérica pode ser identificada como “diário”. Vale dizer que o referido gênero pode se subdividir em vários subgêneros: diário íntimo, diário de bordo, diário de viagem, diário comercial, diário de obras, diário de guerra, diário de classe, entre outros. De uma maneira geral, pode-se pensar que o referido gênero poderia ter as seguintes regularidades: ser um relato cotidiano de atividades; ser escrito simultaneamente aos eventos e, por isso, possuir uma datação mais ou menos

precisa; poder conter percepções subjetivas ou objetivas de acordo com o subgênero no qual está inscrito (diário íntimo, no primeiro caso e diário de bordo, no segundo) etc.

Parece-nos que, no *corpus* em questão, a composição da cena genérica é feita por um processo de mixagem de subgêneros. Ao nosso ver, a *mixagem*<sup>70</sup> ocorre quando há uma simples junção de gêneros ou de subgêneros. Observa-se que nesses casos não haveria, necessariamente, uma mudança nas restrições do contato de comunicação. No DBJ é possível perceber o agrupamento de pelo menos três subgêneros que seriam: o diário íntimo, o diário de guerra e o diário de viagem. No caso em questão, haveria somente a união de três procedimentos discursivos para auxiliar a construção do texto. As restrições impostas pelos subgêneros não seriam “desrespeitadas”, ou seja, o contrato de comunicação não é mudado. A seguir faremos algumas ilustrações sobre o que acabamos de mencionar.

Pode-se perceber no DBJ traços de *diário íntimo*: há uma inclusão da vivência particular do jornalista, embora tais ocorrências não sejam muito numerosas: “*Os jornalistas acabávamos de deixar a recém-destruída sede ao lado da Torre Saddam na tarde de ontem quando algo estourou ao lado do*

---

<sup>70</sup> Termo utilizado pela Profa. Dra. Ida Lúcia Machado na disciplina: *Seminário de Tópico Variável em Análise do Discurso: Gêneros transgressivos*. Pós-graduação em Estudos Linguísticos – Faculdade de Letras/UFMG, segundo semestre de 2003

*ônibus*<sup>71</sup>"; "Há hoje em dia seis brasileiros oficialmente no Iraque. Os dois acima assinados (...) <sup>72</sup>" ou ainda, "Some a isso as bombas, que continuam caindo, o ar, que continua irrespirável e seco, e a água, que sai suja das torneiras e deixa todos com a cara e o cabelo do Taleban americano quando este foi capturado, e eis o quadro geral do jornalista médio em Bagdá.<sup>73</sup>" (grifos nossos) Também são descritas dificuldades para se dormir e para se fazer refeições, fatos estes que, a nosso ver, estariam mais próximos de serem fatos da vida privada do que constituírem fatos jornalísticos.

Por se tratar de uma guerra, é previsível que se tenha também um pouco de *diário de guerra*, porém, esta modalidade não chega a ser dominante<sup>74</sup>. Citamos somente um exemplo: "A área em que se encontra o ministério [da informação] foi uma das mais visadas pelas forças anglo-americanas (...) e voltou a ser atacada no começo da semana. Próximos do local estão pelo menos dois palácios presidenciais, um já atingido, e a sede do escritório de segurança da região, também atingida<sup>75</sup>."

E, por fim, o aspecto predominante, na nossa opinião, seria o *diário de viagem*. A estrutura fragmentada do texto possibilita a abordagem de

---

<sup>71</sup> Folha de São Paulo, 29/03/2003, coluna: Diário de Bagdá, p. A19

<sup>72</sup> Cf. Anexo, *corpus* 1

<sup>73</sup> Folha de São Paulo, 27/03/2003, coluna: Diário de Bagdá, p. A19

<sup>74</sup> De acordo com DÁVILA (2003:44), não era esse o objetivo da coluna: "É da resignação do povo que nos veio a idéia da cobertura da guerra do ponto de vista dos bombardeados. Julgamos que daí **virão** as melhores histórias, justamente do aspecto menos coberto pela imprensa internacional, especialmente a americana, mais preocupada com estratégias militares, sofisticação de armamentos e o "quem é quem" do regime. Diário de Bagdá, seção diária e sugerida pela Folha será consequência natural desta decisão."

<sup>75</sup> Folha de São Paulo, 27/03/2003, coluna: Diário de Bagdá, p. A19

vários temas: a maneira de viver dos bagdalis, seus valores religiosos e morais, seus costumes, o aspecto da cidade sucessivamente bombardeada, entre outros. Vejamos alguns exemplos: *"Cada iraquiano pode casar legalmente com até quatro mulheres. A maioria da população masculina urbana tem uma só, não por ocidentalização ou pudor, mas por falta de dinheiro mesmo. Os homens de classe média geralmente têm duas. Três ou quatro só os membros da elite ou do governo, o que quase sempre é a mesma coisa"*<sup>76</sup>; *"Mas mais do que dinheiro, poder e mulheres, o que o iraquiano inveja mesmo é um bom bigode"*<sup>77</sup> e *"(...) A parte da anatomia feminina mais desejável, segundo nos dizem os homens, é o antebraço"*<sup>78</sup>.

Em termos dos papéis desempenhados pelos parceiros da troca linguageira, encontramos, de um lado, o jornalista, enviado a Bagdá, e que deve informar sobre o que se passa na referida cidade durante o conflito entre as forças iraquianas e aquelas anglo-americanas; e de outro, temos o leitor da Folha de São Paulo que tem interesse em ser informado sobre o desenrolar do supracitado conflito.

É possível perceber uma regularidade na publicação do diário que naquele momento coincidia com a periodicidade de circulação do jornal. Observa-se uma concomitância entre a escritura do diário e o desenrolar da guerra: o jornalista estava *in loco* enquanto escrevia seu texto. De certa forma,

---

<sup>76</sup> Cf. Anexo, *corpus* 1

<sup>77</sup> Cf. Anexo, *corpus* 1

<sup>78</sup> Folha de São Paulo, 29/03/2003, coluna: Diário de Bagdá, p. A19

a temporalidade presente no diário corresponde factualmente à temporalidade vivida pelo jornalista, ou seja, há efetivamente um efeito de “aqui e agora”. Esta temporalidade também era compartilhada pelos leitores e na proporção em que os eventos se sucediam, havia a atualização dos fatos através dos textos publicados com um “atraso” temporal não muito significativo. Assim sendo, embora tenha havido uma mixagem de subgêneros, a cena genérica continua sendo “diário” e as restrições impostas pelo contrato são preservadas.

Em uma primeira análise, poderíamos dizer que o DBL também estaria inserido na cena genérica “diário” e que seria um misto de diário íntimo, diário de guerra e diário de viagem. O título do livro fazendo referência à coluna publicada no jornal poderia ser um indicativo de tal semelhança. No entanto, quando observamos alguns dados, podemos ver que existem alterações em relação ao DBJ.

Parece-nos que a primeira grande diferença entre DBJ e DBL é o fato de que o primeiro é escrito simultaneamente ao evento e o segundo é uma reorganização do primeiro. Assim sendo, há uma perda do efeito de temporalidade e da simultaneidade da narração: os fatos ocorridos na guerra já são de conhecimento do leitor do livro, mesmo que este último não tenha lido a coluna na época em que era publicada no jornal. O acesso a essa informação pode ter sido proveniente de diferentes veículos de comunicação tais como: canais de televisão, outros jornais, revistas, emissoras de rádio, internete...

A seguir, discorreremos mais detalhadamente sobre alguns itens que julgamos relevantes para a compreensão do que acabamos de dizer:

- i. *Datas* – são apagadas e substituídas pelo que vamos denominar uma contagem neutra (dia 01, dia 02, dia 03...) pois não se refere pontualmente a uma data como no caso do DBJ.
- ii. *Temas* – no DBJ eram expostos de forma aleatória e pareciam refletir a pluralidade de eventos cotidianos, ou, em outros termos: o diário era a “transcrição” dos vários acontecimentos de um dia. Já no DBL, os textos anteriormente publicados no jornal são reagrupados por assunto e estão dispostos em seções não datadas. Aqui ocorre o movimento contrário: vários eventos tematicamente lineares são reunidos em um só texto. Se, de uma parte, temos a fragmentação e a diversidade, de outra, temos a unidade e a pontualidade temática. Para exemplificar, vamos citar a abordagem que é feita sobre a representação do bigode. No *corpus* 01, a descrição do valor do bigode se dá em função de uma caracterização cultural do povo iraquiano e também para mostrar que tal valor cultural é tão arraigado que está até mesmo inserido em expressões lingüísticas. Outros temas também são abordados no mesmo texto: casamento, nomes, sobrenomes e carros. No *corpus* 02, a menção ao valor do bigode aparece em função da descrição que é feita do então Ministro da Informação e Cultura do Iraque Al-Sahaf, ou mais especificamente, em

razão do fato do referido ministro não possuí-lo, como podemos ver na citação: "*Para começar, [Al-Sahaf] é o único ministro-general (e são todos ministros e generais) que não usa bigode. No ritualístico mundo árabe-muçumano, o fato equivale a um executivo de uma multinacional americana pintar o cabelo de verde*". Há uma unidade temática que gira em torno da figura de Al-Sahaf e nenhum outro assunto é abordado. Se seguirmos essa linha de pensamento, pode-se afirmar que não é mais o relato sucessivo de um cotidiano visto de diversas perspectivas que está em questão, mas a narração de um evento em função de um momento da vida de uma pessoa. Em outras palavras, não estamos mais na esfera do "diário" e sim, na esfera da "narrativa pessoal".

- iii. *Tempo e espaço* – seria onde a diferença entre DBJ e DBL estaria mais acentuada. Citemos alguns exemplos:
  - a. *O uso dos tempos verbais* - O presente do indicativo é predominante no texto, o que pode sugerir um efeito de "diário" que está sendo escrito simultaneamente aos acontecimentos. No entanto, há algumas referências temporais que destoam e demonstram um deslocamento no tempo que não seria possível, ou, em outras palavras, não seria acessível, para alguém que estivesse vivendo no "presente". Vamos nos valer de dois exemplos DBL-02: "(...) termo que virará mania nas ruas



*iraquianas*" (parag. 08) e "(...) entrarão para a história como a maior negação sistemática da realidade" (parag. 09) [grifos nossos]. Os verbos grifados encontram-se no futuro do presente do indicativo, mas de um ponto de vista do aspecto verbal, eles têm valor de passado. Nesse caso, o autor teve acesso a um futuro que já se tornou passado, logo, para quem escreve um diário no presente, trata-se de uma inadequação. Somente alguém que tivesse o dom da vidência (se isso realmente existe) poderia ter tal acesso.

- b. *Referência espaço-temporal* – Além do deslocamento indicado pelo uso dos tempos verbais, podemos também detectar referências que descaracterizam o gênero diário (DBL-02): "*No fim da guerra*" (parag. 05), "*Na volta ao Brasil*" (parag. 13). Tais referências relacionadas ao uso do presente do indicativo também podem causar estranheza ao leitor e demonstram um deslocamento no tempo e no espaço. As restrições impostas pelo gênero diário não seriam tão flexíveis a ponto de suportar o uso do presente do indicativo e do futuro do presente do indicativo com valor de passado. Nesse caso, parece-nos que se confirma a nossa afirmação anterior, endossada pela cena englobante, de que se trata de uma narração de memórias e não da descrição de fatos

vividos mais ou menos simultaneamente à escritura, como requer o diário. É certo que o gênero diário permite o relato de memórias, mas há a restrição de que estas tenham um valor pretérito, a presença do futuro do presente em um diário pode significar seja uma promessa, seja uma suposição do que vai acontecer; jamais a certeza do acontecido.

- c. *Dêiticos* – Na frase “*O bigode é um adereço muito importante por aqui*” (parag. 03) [grifo nosso] há uma indicação dêitica que tenta criar um efeito de presença do autor em Bagdá, seria ainda um vestígio do texto publicado no jornal. No entanto, a frase “*Na volta ao Brasil*” (parag. 13) quebra este efeito.

Parece-nos que ao adaptar a coluna *Diário de Bagdá* para o formato em livro, o autor tentou preservar algumas marcas lingüísticas que pudessem fazer referência ao gênero diário anteriormente publicado. No entanto, há uma mudança no estatuto dos textos ao serem passados para o livro e o gênero diário, ao nosso ver, é desfigurado. O deslocamento no tempo e no espaço que são operados no DBL estariam coerentes com as restrições impostas pelo gênero narrativas pessoais.

Assim sendo, se no DBJ havia uma mixagem de subgêneros, no DBL vai se operar uma transgressão do gênero diário. De acordo com

CHARAUDEAU (2001), a *transgressão* ocorre seguindo o seguinte esquema: "*Contrato 1* → *individualização* → *transgressão ou variante* → *contrato 2*". Seguindo este raciocínio temos: **o contrato 1** que regula as restrições impostas pelo gênero diário já descritas acima; a **individualização** que se caracteriza pela adaptação do referido diário, pelo autor, para formato em livro; a **transgressão** que representa a ruptura da localização espaço-temporal existente no diário publicado no jornal; e, finalmente, **o contrato 2**, que regula as novas restrições impostas pelo gênero narrativa pessoal. Dessa forma, a cena genérica sofre influência dessa transgressão e passa a ser outra, a das narrativas pessoais.

Os parceiros da troca linguageira que interagem no DBL podem ser assim definidos: De um lado, temos um jornalista que fez a cobertura da Guerra do Iraque e que está publicando um livro sobre sua experiência a partir de textos já publicados no jornal *Folha de São Paulo*. De outro lado, podemos ter, ao menos, dois tipos de leitores: (a) um leitor do supracitado jornal que acompanhou a coluna "Diário de Bagdá" e que gostaria de tê-la em livro como forma de documento, ou por uma outra razão qualquer; (b) um leitor que não leu a referida coluna, mas que gostaria de ler o livro. Em ambos os casos, pressupõe-se que estes leitores já tenham conhecimento do que foi, em seu início, a Guerra do Iraque e deduzam, assim, que o livro não tenha mais a

função jornalística de «informar», e sim a função de complementar as informações desse leitor.

### 8.2.3 - Cenografia

De acordo com Maingueneau (2002: 516) "*a cenografia não é imposta pelo tipo ou pelo gênero de discurso, mas instituída pelo próprio discurso.*"<sup>79</sup>

Nesta perspectiva, a cenografia, que ocuparia um primeiro plano, é responsável por definir em qual quadro a cena genérica e a cena englobante, situadas num segundo plano, devem ser compreendidas.

"Assim, a **cenografia** implica em um processo circular. Desde a sua emergência, a enunciação do texto supõe uma certa cena que, de fato, se valida progressivamente através desta mesma enunciação. Desse modo, a cenografia aparece, ao mesmo tempo, como ponto de origem do discurso e também o que o engendra; ela legitima um enunciado que, em contrapartida, deve legitimá-la, deve estabelecer que esta cenografia da qual vem a fala é precisamente a cenografia requerida para narrar uma história, denunciar uma injustiça, apresentar sua candidatura a uma eleição etc."<sup>80</sup> Maingueneau (2002: 516)

Como pode ser observado na citação acima, é possível dizer que a cenografia articula a situação na qual as produções lingüísticas devem ser

---

<sup>79</sup> Tradução nossa.

<sup>80</sup> Tradução nossa

interpretadas. Em se tratando do DBJ e do DBL, parece-nos que a cenografia requerida seria a mesma nos dois casos: uma visão sobre a guerra do Iraque de 2003, ou, em outras palavras: um relato do ponto de vista dos bombardeados<sup>81</sup>. Embora os textos tenham suas diferenças do ponto de vista da cena genérica e da cena englobante, ambos se referiam ao mesmo evento. Para que se possa entender a cena genérica e a cena englobante é necessário que se entenda o que significou a Guerra do Iraque de 2003. Tudo isso mostra que uma mesma cenografia pode gerar cenas englobantes e genéricas diversas.

### 8. 3- Gêneros, diários e prefácios

Parece-nos que os *corpora* acima comentados podem indicar a fragilidade das classificações que, por vezes, se tenta fazer dos gêneros. Atribuir uma etiqueta genérica a uma produção discursiva é algo bem mais complexo, pois não se trata de, simplesmente, estabelecer a genericidade enumerando “regularidades” e “variações” de tipologias textuais. Não é somente uma

---

<sup>81</sup> Pode-se argumentar que os jornalistas não eram os “bombardeados” por não serem iraquianos. A nosso ver, eles também seriam “bombardeados” pelas seguintes razões: (a) eles estavam presentes no conflito; (b) o hotel Palestine no qual estavam hospedados vários jornalistas foi bombardeado; (c) o Ministério da Informação, que era o local onde os jornalistas se reuniam todos os dias, era alvo militar e, por fim, (d) de acordo com texto publicado na Folha de São Paulo em 23 de novembro de 2003, 16 jornalistas morreram ou desapareceram durante o início do conflito.

questão de “arquivar” os textos em determinados compartimentos, o que, a nosso ver, seria uma solução simplista já que as divisões e os limites entre os gêneros podem ser bem mais tênues, permeáveis e complexos do que supomos. Na verdade, os textos são dinâmicos, assim como os indivíduos que os produzem e as necessidades comunicacionais às quais respondem. Assim pensando, pode-se afirmar que uma teoria dos gêneros de discurso deve prever tal mobilidade e possuir um arcabouço teórico que possa adaptar-se a essa maleabilidade.

Uma mudança, seja nos aspectos lingüísticos, seja nos aspectos discursivos, seja nos aspectos situacionais, pode fazer com que a cena genérica, a cena englobante ou a cenografia sofram alterações. É devido a essa influência que se torna necessário considerar todos os aspectos acima mencionados para se determinar a genericidade.

Notamos, ao longo deste texto, que a cena genérica, a cena englobante e a cenografia estão de tal forma amalgamadas que não seria possível considerá-las separadamente. Se o fizemos, foi por uma razão puramente didática. No entanto, resta-nos ainda algumas questões: de qual destes três pontos partimos quando classificamos uma produção lingüística? Será que partimos de uma visão ascendente – da cena genérica para a cenografia – ou ao contrário, de uma visão descendente – da cenografia para a cena genérica? Quando percebemos a mudança entre o DBJ e o DBL estamos

levando, primeiramente, qual critério em consideração? Por que percebemos a mudança nos dois Diários: pela forma de dizer ou por identificar um gênero? Nesse caso, a cena genérica seria percebida em primeiro lugar ou a cenografia é que delimitaria a nossa compreensão?

Não podemos fornecer nenhuma resposta neste momento, mas percebemos que, de alguma forma, cada caso vai ter a sua categorização, a sua forma de abordagem. De certa maneira, cada época vai estampar a sua própria especificidade genérica, o que impede que se tenha uma teoria geral e definitiva sobre os gêneros, ou, em outras palavras: existem tempos em que bigodes valem mais que mulheres e tempos em que mulheres valem mais que bigodes... é uma questão de ponto de vista, depende do que cada época quer valorizar.

O leitor deve estar se perguntando: «afinal, qual é a relação entre o que foi aqui exposto e a ficcionalidade?» Quando percebemos a operação de mudança de «gênero diário» para «gênero narrativa pessoal» poderíamos dizer que há uma ficcionalização do valor do gênero. Este último permanece como uma «etiqueta», mas suas restrições não são validadas pelos dados da situação de comunicação. A nosso ver, ocorre uma simulação do que seriam as restrições de um contrato, mas o contrato, em si, não é implementado.

Um outro exemplo a ser citado são os prefácios de *Tutaméia*, obra de João Guimarães Rosa. Eles possuem a etiqueta «prefácio», mas não seguem as restrições que o gênero impõe: “Texto preliminar escrito pelo autor ou por

outrem e colocado no começo do livro”<sup>82</sup>. Como é possível observar na referida obra, existem 4 «prefácios», o primeiro obedeceria o critério «preceder o texto», mas os demais estão inseridos em meio aos contos que compõem o livro. O teor dos «prefácios» também não segue o que determinaria o gênero: apresentar o conteúdo da obra, relacioná-la com outras etc. Desta forma, poderíamos dizer que há uma ficcionalização do gênero e «prefácio» passa a ser uma etiqueta e não a determinação de um gênero.

#### **8.4- Considerações finais**

Poderíamos sintetizar o que foi acima discutido com estas palavras: a ficcionalidade pode perpassar as restrições que circunscrevem um gênero. Pensamos que, em tais casos, entraria em ação a ficcionalidade colaborativa. Os gêneros e a ficcionalidade agem de maneira complementar. Em alguns casos as restrições genéricas delimitam o campo de ação da ficcionalidade, mas, por vezes, a ficcionalidade pode ajudar a mascarar um gênero que foi transformado.

---

<sup>82</sup> ©2004 Enciclopédia Koogan-Houaiss Digital



## ANEXOS

### CORPUS 1

#### QUANDO BIGODE VALE MAIS QUE MULHER

28/03/2003

Autor: SÉRGIO DÁVILA, JUCA VARELLA;

Editoria: MUNDO Página: A20

Edição: São Paulo Mar 28, 2003

Observações: ATAQUE DO IMPÉRIO; SUB-RETRANCA

Vinheta/Chapéu: DIÁRIO DE BAGDÁ

Assuntos Principais: EUA; IRAQUE; COALIZÃO ANGLO-AMERICANA; GUERRA; AÇÃO MILITAR; COMPORTAMENTO; POPULAÇÃO CIVIL

Cada iraquiano pode casar legalmente com até quatro mulheres. A maioria da população masculina urbana tem uma só, não por ocidentalização ou pudor, mas por falta de dinheiro mesmo. Os homens de classe média geralmente têm duas. Três ou quatro só os membros da elite ou do governo, o que quase sempre é a mesma coisa.

\*

Mas mais do que dinheiro, poder e mulheres, o que o iraquiano inveja mesmo é um bom bigode. Quanto mais basto, bem cortado e cheio, mais hombridade o acessório natural transmite a seu dono. Quem não tem é considerado imaturo ou contaminado demais pelos hábitos ocidentais.

\*

Os homens que ouvi me ensinam que os fios não podem cair sobre o lábio superior. E que pintar o cabelo tudo bem, mas pintar o bigode seria de uma gafe inacreditável. E confirmam: "harabichueba", o popular xingamento árabe que os brasileiros aprenderam a falar de brincadeira, continua na ativa. Mas a grafia e a pronúncia corretas aqui são outras.

\*

"Harabishuarbek" seria certo, sendo "hara" gíria para fezes e "shuarbe" a tradução de bigode. "Merda no seu bigode!", xingam os iraquianos.

\*

Quando querem garantir que vão cumprir uma promessa, dizem "eu corto o meu bigode!". E quando estão com muita raiva de uma pessoa, gritam "eu amaldiçôo o seu bigode!", como fez antes da guerra o embaixador do Iraque na ONU falando ao embaixador do Kuwait.

\*

Como o chefe, todos os ministros-generais de Saddam Hussein têm bigode. A exceção é Mohammed Said Al-Sahaf, da Informação. É também o que fala o melhor inglês e, de longe, o mais irônico e mordaz da turma.

\*

Pergunte o nome completo a qualquer iraquiano de mais de 30 anos e ele vai se atrapalhar de cara. A gagueira temporária não é necessariamente má-fé. Quando assumiu o poder, Saddam Hussein fez passar uma lei que obrigava as pessoas a assinar com o nome próprio seguido do nome próprio do pai seguido do do avô, e não mais da maneira tradicional, que era nome próprio + nome da tribo/clã/vila de origem.

\*

O que o motivou foi o alto número de pessoas no alto escalão de seu governo que traziam o sobrenome Tikritis, ou seja, originário da vila de Tikrit, no norte.

\*

Tikrit é a cidade natal de Saddam, onde fica sua tribo.

\*

Há hoje em dia seis brasileiros oficialmente no Iraque. Os dois acima assinados, um funcionário do Itamaraty que cuida da sede da ex-embaixada do país, hoje desativada, duas senhoras que moram há muito tempo por aqui, casaram-se com iraquianos e fogem da imprensa e o fotógrafo do "New York Times", que nasceu em São Paulo, mas deixou o Brasil antes de aprender a falar.

\*

Ainda os carros: os ministros-generais iraquianos fazem questão de dirigir seus próprios carros. Os assessores vão no banco de trás ou ao lado, dependendo da graduação. Ser conduzido não é visto com bons olhos.

\*

O modelo escolhido depende do cargo ocupado. Para os ministros, o Lumina da Chevrolet, geralmente branco, ou os tradicionais BMW e Mercedes; para as altas patentes militares, os jipes Land Cruiser da Toyota.

\*

Detalhe: todos são equipados com quatro tapetinhos persas, no lugar do tradicional de borracha.

\*

Ahmed e Mohammed são o equivalente de José e João de Bagdá. Em toda a roda tem pelo menos um com este nome.

## **CORPUS 2**

FONTE: DÁVILA, Sérgio. *Diário de Bagdá: a guerra do Iraque segundo os bombardeados* (Imagens: Juca Varella). São Paulo: DBA Artes Gráficas, 2003, p. 82-85

### **DIA 14**

#### **[O MENTIROSO]**

Assim como o povo iraquiano, os jornalistas vivemos sob controle total do governo. Em nosso caso, o Grande Irmão está personificado na figura do titular do Ministério da Informação e Cultura, Mohammed Said al-Sahaf, uma das figuras mais pitorescas e interessantes do círculo de Sadam Hussein.

Para começar, é o único ministro-general (e são todos ministros e generais) que não usa bigode. No ritualístico mundo árabe-muçumano, o fato equivale a um executivo de uma multinacional americana pintar o cabelo de verde.

O bigode é um adereço muito importante por aqui. Significa que o menino passou a ser homem e que, quanto mais farfalhudo e bem cuidado o acessório, mais bem-sucedido é esse homem. Os iraquianos não se vexam de pintar os cabelos nem de se submeterem a processos rudimentares de entrelaçamento e implante de cabelo, mas o bigode é intocável. Pintá-lo seria o fim social de seu possuidor.

Deve estar sempre bem aparado, sem que os fios mais longos alcancem o lábio superior, é protagonista dos principais xingamentos. "Harabichueba", por exemplo, popularizado no Brasil pela extensa colônia sírio-libanesa, é na verdade *harabishuarbek*, em que *hara* é gíria egípcia para "merda" e *shuarbe* é "bigode".

Além de merda no seu bigode, os iraquianos amaldiçoam os fios subnasais do inimigo, como fez antes da guerra o embaixador na ONU, Mohammed al-Douri, falando ao embaixador do Kwait. (No fim da guerra, Al-Douri seria o autor de outra frase célebre, quando disse em Nova York "O jogo acabou" ). E garantem uma promessa gritando: "Pelos fios do meu bigode!"

Por isso, e por falar um impecável inglês britânico, Al-Sahaf é considerado o mais ocidental dos ministros. Suas entrevistas coletivas, que acontecem pelo menos uma vez por dia num espaço contíguo ao do ministério, são concorridíssimas. Nelas, atrás de um pequeno púlpito, ele dá as últimas informações militares e lança expressões que, no dia seguinte, estarão nos jornais do mundo inteiro. Chama jornalista de *my dear* (termo que, aliás, virou moda entre as autoridades iraquianas, por ser o mais próximo da árabe *habibi*, “querido”, que usam para pontuar cada frase) e dá preferência aos mais antigos (que conhece desde a Guerra do Golfo, de 1991) e às mulheres.

Sempre de uniforme verde-oliva e boina preta, à Che Guevara, ele constantemente acaricia o cabo cromado de sua pistola automática enquanto ajeita os óculos, que corrigem a sua vesgueira crônica. Sahaf causa espécie com sua voz de barítono, que ecoa pelas paredes da pequena sala de entrevistas, interrompida ao meio por uma escada espanhola.

Só se refere a George W. Bush como “Bush Júnior”, termo que virará mania nas ruas iraquianas: muitos entrevistados nossos só chamarão o presidente dos EUA assim. O ministro classifica a coalisão de “gangue de bastardos”; os soldados invasores são “infieis sanguinários” e os EUA “a superpotência de vilões” ou (o melhor de todos) “a superpotência de Al Capone”.

Suas freqüentes e veementes negativas do avanço das tropas inimigas em território iraquiano, sempre repetindo que o “glorioso Exército iraquiano” está “esmagando a cabeça da serpente no deserto”, entrarão para a história como a maior negação sistemática da realidade. (Não que seu colega do outro lado do Atlântico, o secretário de Defesa Donald Rumsfeld, seja muito mais sincero; afinal, onde estão as armas de destruição de massa iraquianas que motivaram os EUA a invadirem o país em primeiro lugar?)

Indagado já no segundo dia de guerra se tinha se avistado com seu chefe ultimamente (quando os rumores davam conta de que Sadam Hussein podia ter sido morto no primeiro ataque da coalisão), Said al-Sahaf, com fleuma e ironia, respondeu apenas isso: “Não seja ridículo, *my dear*. Agora me pergunte algo sério, por favor”.

O ministério sob o seu comando é o que zela pela propaganda e controla o fluxo de informações de todo o regime. É da sede plantada entre os hotéis Al-Rasheed e Al-Mansur (não por acaso pontos tradicionais de repouso dos jornalistas estrangeiros antes da guerra) que saem todos os jornais e revistas produzidos no Iraque, todos estatais e previamente censurados. Toda manifestação cultural também precisa ter a aprovação prévia dos barnabés de seu ministério, desde peças até exposições, passando pelos programas de TV e de rádio, pelos livros e pelos (ainda raríssimos) sites locais.

Pouco se sabia de Sahaf antes deste conflito. Nas guerras anteriores (a Irã-Iraque nos anos 80, e a do Golfo em 1991), quem ganhou a mídia internacional como locutor do regime com o Ocidente foi o vice-primeiro-ministro perene Tareq Aziz, outra personalidade destoante da cúpula, por ser o único não-mulçumano.

Na volta para o Brasil, percebemos que o tonitruante Al-Sahaf virou figura *cult*, com direito a diversos sites humorísticos em sua homenagem. Mas, segundo reportagens de junho, o ex-ministro não estava rindo por último: foi encontrado

escondido numa casa da periferia de Bagdá, vivendo na miséria, deprimido e temeroso de perder a vida. Com os cabelos grisalhos: Al-Sahaf não usa mais tintura.

PARTE III:

POR UMA INTEGRAÇÃO ENTRE ESTUDOS  
LINGÜÍSTICOS E ESTUDOS LITERÁRIOS

---

## 09

ESTUDOS LINGÜÍSTICOS & ESTUDOS  
LITERÁRIOS: BEM ME QUERES, MAL ME QUERES?

A finalidade deste capítulo é fazer algumas considerações sobre a relação entre Estudos Literários e Estudos Lingüísticos. Na verdade, aqui retomamos uma questão que foi discutida na Parte I do presente estudo: “Por que a ficcionalidade não seria vista como um fenômeno da comunicação em geral?”

Dissemos, num determinado momento, que veríamos a questão da ficcionalidade de um ponto de vista das Belas-letras e a reflexão que neste instante exporemos, irá em tal direção. Temos a impressão de que talvez estejamos tão emaranhados no fio da História<sup>83</sup> e tal visão esteja tão arraigada nas Faculdades de Letras que o reconhecimento da ficcionalidade - como fenômeno da comunicação em geral, já tenha se tornado uma questão burocrática e departamental.

Assim, resolvemos fazer um estudo de como Estudos Lingüísticos e Estudos Literários abordam o tema. Desta maneira: a exposição do presente capítulo será feita em duas etapas complementares: num primeiro momento,

---

<sup>83</sup> Cf. Capítulo 3 da presente tese.

falaremos de algumas vertentes teóricas adotadas pelos estudos lingüísticos e literários em épocas distintas e também trataremos de alguns pontos de confluência e de divergência entre estas duas áreas do saber; num segundo momento, faremos algumas reflexões sobre análise do discurso e poesia a partir de algumas breves considerações do *soneto n° 09* de Camões.

### **9.1 - Entre o bem querer e o mal querer**

Tomando por base Ducrot & Schaeffer (1995:88), pode-se considerar que os Estudos Literários tenham surgido com a *Poética* de Aristóteles onde são esboçadas considerações sobre gênero, sobre estrutura e composição das obras que lhe eram contemporâneas. Num segundo momento, já na era cristã, tais estudos foram consolidados por uma abordagem Retórica, o que permaneceu até a renascença. Em seguida adotou-se uma perspectiva hermenêutica da obra para se chegar, então, ao paradigma romântico. Conforme os autores acima citados, atualmente, os estudos literários seguem basicamente três orientações: análise histórica e institucional, teorias da leitura e da recepção e as disciplinas interpretativas (pragmática, intencionalidade...).



Na perspectiva de Ducrot & Schaeffer (1995:17), a teoria lingüística nos moldes hoje conhecidos teria surgido no século XVII com a *Grammaire de Port-Royal*. Esta, por sua vez, tinha como objetivo " *enunciar um conjunto de princípios aos quais obedecem todas as línguas e explicar, a partir deles, os usos específicos da línguas*".

De acordo com os teóricos acima citados, no âmbito das discussões geradas pela *Grammaire de Port-Royal*, surge, de um lado, a questão da representação, ou seja, " *a língua tem por função representar os pensamentos*" e, de outro lado, a questão da categorização, ou seja, algumas palavras significam os objetos de pensamento (nomes e os adjetivos) e outras significam a forma ou a maneira de nossos pensamentos (verbos). E é do seguimento deste debate que surgiu um outro preceito:

" (...) existe uma ordem das palavras (aquela que coloca o nome antes do adjetivo, o sujeito antes do verbo) que é natural e universal porque para compreender a atribuição de uma propriedade a um objeto, é preciso representar para si mesmo o objeto e somente em seguida é possível afirmar alguma coisa sobre ele." Ducrot & Schaeffer (1995:20)

Este postulado, de acordo com os referidos teóricos, colocaria a Teoria das Figuras como indispensável a todas as gramáticas gerais. No entanto, naquela época, figuras retóricas eram consideradas uma maneira de falar artificial e imprópria, usadas por razões de elegância e expressividade e para serem

compreendidas deveria-se restabelecer a maneira de falar natural para que a frase fosse entendida.

Parece-nos, então, que este seria o primeiro momento de contato entre Teorias Lingüísticas e Literárias. Dessa forma, quando a Retórica é usada para explicar fenômenos semânticos, a lingüística de então está se valendo de toda uma longa tradição de análise usada para o texto literário. Com a retomada da Retórica, a noção de figura é estendida à linguagem cotidiana como podemos ver na citação abaixo extraída de Ducrot & Schaeffer (1995:20):

“(...) de acordo com as gramáticas gerais encontramos tais figuras não somente na literatura, mas na língua em si: isso se dá porque a língua, destinada primitivamente à representar o pensamento puro, encontra-se, de fato, a serviço das paixões.”

Neste primeiro momento é possível observar um pequeno esboço de conflito entre: uso *primitivo* da língua, *pensamento puro* e uso *patético* da língua. Mais tarde, em Austin (1975:104) podemos observar a classificação de *uso parasitário* – para enunciados ficcionais- e uso *não parasitário* da língua – para enunciados factuais. No nosso entender, tais classificações estariam dissociando os dois campos do saber.

Assim, ao pensar na relação entre estudos literários e estudos lingüísticos de um ponto de vista diacrônico, sempre me vem à mente a imagem de alguém que arranca, numa atitude sincopada e cheia de apreensão, as

pétalas de uma margarida e diz: bem me quer, mal me quer, bem me quer, mal me quer.... e por fim sobra aquele caule com o núcleo amarelo, que o impele a tomar uma outra flor e continuar viciosamente a série de questões.

Nesse impasse entre bem querer e mal querer, parece-nos que estas duas áreas do saber têm dois pontos em comum: o primeiro, é o fato de que ambas possuem o mesmo objeto: a linguagem. De um lado, temos a lingüística estudando o uso cotidiano da língua e, de outro, vemos a Teoria e a Crítica Literárias discutindo o uso artístico da linguagem. No nosso entender, o objeto seria o mesmo porque a língua usada no discurso ficcional seria a mesma que seria empregada no discurso factual. Nesta perspectiva, o que diferencia um estatuto do outro seria um contrato de comunicação. Assim, não haveria «especificidades do texto literário» de um ponto de vista enunciativo conforme postulam alguns autores, dentre eles Hamburger (1986). A segunda convergência é de ordem física, ou seja, quase sempre os departamentos de Lingüística e Literatura estão dividindo o mesmo espaço físico nas Universidades. Mas nem mesmo esta proximidade física e o fato de compartilharem o mesmo objeto podem gerar um consenso duradouro entre os Estudos Lingüísticos e os Estudos Literários.

No rol das mazelas históricas, podemos enumerar dois pontos de divergência:

- ☐ Para a Lingüística, em determinadas épocas, a análise dos textos literários era tabu. Tal fato, pensamos, dava-se porque, de fato, o escopo de algumas teorias não era suficiente para se estudar alguns casos. Como exemplo, podemos citar: análises meramente lexicográficas, teorias com o objetivo descritivista da língua, como a Gerativista, que permanecem num nível lingüístico, não chegando a um patamar discursivo.
- ☐ Uma outra questão a ser apontada é a ficcionalidade nos textos, que era um dado de difícil teorização e também de aceitação. Para ilustrar tal dificuldade, pode-se citar teorias lingüísticas que tinham por base a Lógica, logo, o valor de verdade dos enunciados seria imprescindível para a execução da análise. Então surgia uma questão paradoxal: como lidar com enunciados de verdade em textos de ficção – termo do qual uma das acepções é fingimento<sup>84</sup>?

No entanto, há um dado curioso nesta relação: se, de um lado, as Teorias Lingüísticas não dispunham de muitas ferramentas para fazer um trabalho descritivo do texto literário, por outro, fragmentos de obras canônicas por vezes figuraram nas gramáticas como exemplo de “bem escrever” e de total domínio do uso das regras impostas pela norma culta.

---

<sup>84</sup> Vale dizer que nem mesmo a teoria e a crítica literárias conseguiram estabelecer de forma efetiva o que caracteriza um discurso ficcional.

Do ponto de vista da Teoria e da Crítica Literárias, parece-nos que a Lingüística, em determinados momentos, foi considerada a prima pobre da família. Ancoradas em uma perspectiva romântica, a crítica e a teoria seriam melhores porque lidariam com arte, com a expressão mais elevada do sentimento humano e não com essa «reles linguagem do cotidiano, sem criatividade nem inventividade, esse amontoado de objetos, sujeitos e complementos». Um outro argumento era o de que a Lingüística, com sua rigidez metodológica, impedia uma interpretação mais livre da obra literária. Mas, no nosso ponto de vista, a ausência de metodologia nos Estudos Literários acabou fazendo com que as análises dos textos se perdessem em uma certa superficialidade, sem uma ancoragem lingüístico-discursiva que pudesse comprovar o que se argumentava, e de certa forma, se tornaram análises impressionistas.

Contudo, felizmente, não existem somente mazelas no relacionamento entre Estudos Literários e Estudos Lingüísticos. Existem momentos em que, fortuitamente, resta aquela pétala do bem querer e podemos ver que as duas disciplinas poderiam andar juntas, estabelecer uma cooperação fraternal, enfim.

Em se tratando de Estudos Literários, podemos observar algumas contribuições para os estudos sobre a linguagem: a Teoria dos Gêneros, a Polifonia e demais formulações dos Formalistas Russos, a Narratologia, dentre

outros. Entre as contribuições dos estudos lingüísticos podemos citar: Teoria da Enunciação, Pragmática, Teorias sobre Leitura, Teoria dos Mundos Possíveis e assim por diante.

Na nossa opinião, foram os Formalistas Russos e os preceitos do Estruturalismo que conseguiram, enfim, fazer com que as duas disciplinas tivessem uma melhor relação. Os Estudos Literários ganharam uma metodologia «científica» de análise e uma ancoragem enunciativa para seus estudos; já a Lingüística pôde ter uma franca expansão de seus conceitos devido à pluralidade que o texto literário possui.

Acabado o ciclo estruturalista, estas duas áreas do saber novamente se distanciaram. Após este divórcio de pelo menos 20 anos, pensamos que talvez a Análise do Discurso seja uma nova chance de reconciliação. Parece-nos que algumas Teorias da Análise do Discurso são exatamente a interseção entre estudos literários e estudos lingüísticos. Tomando por base a Teoria Semiolingüística de P. Charaudeau (1983) podemos observar que os fundamentos desta proposta teórica reúnem, de um lado, as *categorias de língua* - onde se inscrevem: teoria da enunciação, Semiologia Saussureana, outras teorias semânticas, etc; e de outro, as *categorias de discurso* - que partem de correntes como Narratologia, Teoria Polifônica, Semiologia, Semiótica, somente para citar algumas influências.

A visão acima exposta pode ser respaldada pelo que diz Maingueneau (2001:01) em uma conferência sobre a identidade da Análise do Discurso e a didática do texto literário:

"(...) estamos vivendo um período de profunda transformação (na qual a análise do discurso desempenha um papel essencial) das relações entre ciências da linguagem e literatura. A didática da literatura não pode ignorar esta reconfiguração dos estudos literários; o ensino não é o mesmo de uma época dominada pela retórica e depois pela filologia: ele será inelutavelmente modificado em um mundo onde prevalecem as correntes pragmáticas e a análise do discurso."]

A seguir, faremos algumas breves considerações sobre os possíveis enfoques que a Análise do Discurso pode dar ao gênero poesia.

## **9.2 - Leituras possíveis**

Não gostaríamos de fazer leituras prescritivas e nem imposições de nossa linha de pesquisa como a «panacéia» atual, sabemos, pelo que foi acima citado, que as modas vêm e vão... Nosso objetivo, nesse momento, é meramente ilustrativo, por isso, vamos nos valer do poema de Camões aqui transcrito para fazermos algumas considerações.

O amor é fogo que arde sem se **ver**, (A)  
 É ferida que dói e não se **sente**; (B)  
 É um contentamento **descontente**,(B)  
 É dor que desatina sem **doer**; (A)

É um não querer mais que bem **querer** (A)  
 É solitário andar por entre a **gente**; (B)  
 É nunca contentar-se de **contente**; (B)  
 É cuidar que ganha sem se **perder**; (A)

É querer estar preso por **vontade** (C)  
 É servir a quem vence o **vencedor** (D)  
 É ter com quem nos mata, **lealdade**.(C)

Mas como causar pode seu **favor** (D)  
 Nos corações humanos **amizade** (C)  
 Se tão contrário a si mesmo é o **amor** (D)

- 1- Do ponto de vista do *contrato de comunicação*<sup>85</sup>, temos um texto com estatuto ficcional. De um lado, na *instância da produção* encontramos: *sujeito comunicante* "Camões", ser histórico que viveu em Portugal por volta do séc. XVI e cujas obras fazem parte do cânone literário em língua portuguesa. Este *sujeito comunicante*, por sua vez, faz a projeção de um *sujeito enunciador* que é a voz que profere o poema. De outro lado, temos a *instância de recepção*: um *sujeito interpretante* que pode ser representado por qualquer leitor não importando em que época ele viva. Há também nesta instância um *sujeito destinatário*, que, *grosso modo*, abarcaria as possibilidades de leitura que consciente ou inconscientemente foram apontadas pelo *sujeito enunciador*. No caso

---

<sup>85</sup> Os conceitos aqui utilizados são encontrados em Charaudeau (1983)



deste poema, vale dizer que por ser uma obra do séc. XVI é possível que se estabeleçam várias leituras, pois cada época tem a sua própria maneira de “ler” as suas produções. Assim, além de fatores históricos, políticos, sociais, entre outros que poderiam ser levados em conta, há também o deslocamento temporal que pode constituir um dado para a análise. Parece-nos que para estabelecer uma análise discursiva deste poema seria necessário recuperar alguma de suas formas de leitura. Nesse caso, entendemos que seria preciso considerar a versificação e as rimas porque na época em que foi escrito era vigente esse tipo de procedimento, tanto na criação como na análise das obras. Não dizemos aqui que devamos ver as obras somente da forma que elas eram estudadas numa dada época, mas pensamos que as múltiplas possibilidades de leitura devem ser acopladas à análise que fazemos hoje. No caso do poema de Camões, não podemos ignorar a forma – soneto – e nem o uso das rimas. Então surge a questão: como esses elementos poderiam servir de instrumentos para o analista? No caso do soneto nº 09 é possível verificar que em todos os versos cria-se um discurso da definição do amor como contradição. E este discurso vai também ser marcado na escolha das rimas que o poeta faz. Nas duas primeiras quadras do poema são usadas rimas *opostas* (abba) endossando a idéia de que o amor é contrário a si mesmo. Nos dois tercetos são usadas rimas *alternadas*

(cdc-dcd), que, na nossa opinião, também refletem as oscilações das definições dadas sobre o que é o amor. Assim, estes dados formais do poema endossam o que é proposto pela linguagem. No entanto, outros pontos devem ser observados e estes dados devem ser somente um dos itens de complementação da análise.

- 2- Também a forma *soneto* vai representar uma interdiscursividade entre o texto de Camões e o soneto *Pace non trovo e non ho da far guerra* de Petrarca, que na verdade foi quem originou “a discussão” sobre o caráter contraditório do amor. Ao popularizar o soneto, Petrarca criou também um discurso sobre o amor que encontrou eco em várias gerações de poetas e dramaturgos. Nesse percurso feito pelo soneto de Petrarca podemos observar um movimento que vai do “cortejar”, como é o caso de Camões, até a ironia como é o caso da peça *Romagem de Agravados* de Gil Vicente e também do poema *Definição do amor* de Gregório de Matos.
- 3- Na nossa opinião, várias outras pesquisas seriam ainda possíveis tendo como suporte as teorias da Análise do Discurso. Como exemplo citamos: estudo da crítica de determinada época e também o estabelecimento de estudos comparativos nesta área; análise do discurso das correspondências, das dedicatórias, dos prefácios, dos manifestos

literários; estudos sobre a representação da mulher, do homem, das instituições sociais em determinadas épocas, entre outras possibilidades.

Para aqueles que tenham interesse em conhecer leituras mais aprofundadas sobre as possibilidades de estudo oferecidas pela Análise do Discurso, dentre outros estudos, recomendamos: Charaudeau (1983); Machado (1999, 2000, 2003); Mello (2002, 2003); Santos (2002), entre outros.

### **9.3 – Considerações finais**

Á guisa de conclusão, pensamos que a Análise do Discurso (AD) atual pode vir a ser um viés de integração entre estudos lingüísticos e estudos literários. Devido à natureza interdisciplinar da AD, o objeto a ser pesquisado pode ser visto por, pelo menos, três dimensões: uma esfera lingüística, ou seja, uma abordagem no nível do enunciado; uma esfera discursiva onde se estabeleceria a organização dos discursos; e por fim, a esfera do situacional, onde se encontrariam os aspectos sociológicos, históricos e psicológicos que estariam relacionados à situação de comunicação.

Nessa atual conjuntura, prezaríamos muito uma conciliação. Em meio às margaridas despetaladas, um final “bem querer” poderia ser bastante consolador, que ele seja eterno enquanto dure.



## CONCLUSÃO

## CONCLUSÃO

Consideramos que a presente tese representa somente mais um estágio de nossa pesquisa que está sendo concluído. Acreditamos que ainda há muitas terras a serem exploradas, muitos mares a serem navegados, viagens a serem feitas no futuro, sempre com o enriquecedor acréscimo de visões que os estudos e o amadurecimento<sup>86</sup> podem nos oferecer. Pensando no *Atlas da Experiência Humana*<sup>87</sup>, diríamos que é melhor estarmos sempre escalando a “cordilheira da educação”, ela é vasta e pode sempre constituir uma rica viagem de exploração (nem o olhar do viajante e nem o lugar revisitado nunca são os mesmos quando retornamos.). Se observarmos bem, a sabedoria está em uma planície, parece um pouco monótono lá... e ademais, somos de Minas, as montanhas nos aprazem mais.

Assim sendo, gostaríamos de fazer uma conclusão apontando questões e esboçando respostas congruentes com a fase atual de nossa pesquisa. Gostaríamos de construir nossas interrogações a partir da finalidade que norteou o presente trabalho: mostrar que a ficcionalidade pode ser um

---

<sup>86</sup> Talvez possa parecer imprópria uma nota com este teor, mas nos arriscamos. Perguntaram, em uma entrevista, a Nelson Rodrigues qual conselho ele daria aos jovens e ele respondeu: “Jovens, envelheçam!”

<sup>87</sup> Cf. SWAAIJ & KLARE (2004)

fenômeno passível de ocorrência na comunicação em geral. Assim, nos lancemos nesse mar de indagações:

### **1- O que é ficção?**

Trata-se de um termo polissêmico. Pode ser visto como vocábulo e como conceito. O uso da acepção de ficção pode ser uma estratégia de polidez, ou seja, uma tentativa de abrandar o peso ético da palavra «mentira», entre outras possibilidades. Como conceito, a ficção, em nossa perspectiva de estudos, é a simulação de uma situação possível e estaria ligado à idéia de ficcionalidade, ou *mise-en-fiction*. Esta, por sua vez, é a operacionalização desta «simulação de uma situação possível». Como decorrência de tal demarcação, postulamos a existência de três tipos de ficcionalidade: *constitutiva* (é inerente aos fenômenos em que ocorre – por exemplo, a língua, o sistema numérico etc.); *colaborativa* (ocorre em gêneros de discurso cujo estatuto é factual – por exemplo, publicidades, discurso didático etc.); *predominante* (está presente em gêneros de discurso cujo estatuto é ficcional – por exemplo, piadas, charges, contos, romances etc.).

## **2- Por que a ficcionalidade não seria vista como um fenômeno da comunicação em geral?**

Diante do que argumentamos, a razão é de ordem histórica. Pudemos observar que a influência da censura, de instituições como a Igreja e, sobretudo, a prevalência de uma idéia de ciência obrigatoriamente objetivista são os responsáveis por este encarceramento da noção de ficcionalidade nos Estudos Literários. A tradição escolar, ao preservar a visão aristotélica de divisão dos gêneros na *Poética* e na *Retórica*, também teria contribuído para o encobrimento da possibilidade de uma visão mais ampla do referido conceito.

## **3- Atualmente, quais seriam os caminhos para se compreender a ficcionalidade?**

Embora alguns pesquisadores defendam a existência de marcas lingüísticas na ficcionalidade, não estaríamos de acordo com tal posicionamento. Nesta escolha na encruzilhada existente no jardim dos caminhos que se bifurcam, escolhemos desenvolver uma visão discursiva sobre o tema. Assim sendo, com base na Semiolingüística, a ficcionalidade seria vista a partir de: *categorias de língua* (porém, não como marcas de especificidades); *categorias*



*de discurso* (modos de organização enunciativo, descritivo, narrativo e argumentativo) e *categorias situacionais* (contrato e situação de comunicação).

#### **4- Como poderíamos distinguir o que é factual do que é ficcional?**

A princípio, seria a partir de um contrato situacional. No entanto, as noções de competências (situacional, discursiva e semiolinguística) são cruciais em tal distinção, pois são elas que auxiliam na compreensão das restrições impostas pelos contratos. As competências são constantemente construídas, aprendidas, reformuladas, ou seja, estão constantemente em transformação. Nunca estão em um estágio estagnado e se desenvolvem durante toda a vida de uma pessoa. Logo, possuem um caráter plástico de adaptação e de mobilidade. Em bom português, seria dizer: quem se preocupa em estar informado em todos os sentidos, em ler e compreender o tempo em que se vive, estaria mais apto a compreender a ficcionalidade (e não só ela). Não se trata aqui de dizer que as pessoas devem ser todas «intelectuais em potencial», mas seria dizer que aqueles, mesmo as pessoas mais simples, que nem mesmo têm contato com a academia, podem ser bem informadas e ter uma leitura interessante de seu tempo. Às vezes, é possível encontrar na academia pessoas que não possuem estas qualidades. Parece-nos que não é uma questão do lugar que se ocupa, mas uma postura diante da vida e das

experiências que nos são oferecidas. A nosso ver, é uma questão complexa e no momento, não estamos aptos a estabelecer uma explicação teórica.

### **5- Qual a relação entre crença e ficcionalidade?**

Ao respondermos esta questão, estaríamos lidando com um problema cultural. Cada sociedade possui as suas crenças e a ficcionalidade é, assim, determinada localmente. Não podemos impor a uma pessoa religiosa a crença de que a Bíblia ou o Alcorão, por exemplo, podem ser ficcionais, que deus pode ter sido uma invenção do homem e assim por diante. A nosso ver, cada comunidade discursiva vai construir o que é factual ou o que é ficcional em suas relações.

### **6 – Em termos da teoria semiolingüística, quais seriam as noções para se detectar a ficcionalidade?**

Pensamos que a ficcionalidade é determinada por um conjunto de noções que agem simultaneamente. Determinar o estatuto «ficcional» é somar a presença de algumas ocorrências. Um gênero de discurso, para ter um estatuto ficcional ou factual possui alguns traços que determinam o fato e a ficção. Seria o mesmo que dizer: cada caso é um caso e a situação de

comunicação é quem vai determinar o estatuto. Mesmo diante de tal oscilação, podemos enumerar algumas das «ferramentas» que ajudariam a compor o estatuto de um gênero de discurso: situação de comunicação; contrato situacional; índices paratextuais; efeitos de real e efeitos de ficção; competências situacional, discursiva e semiolingüística; estilo; restrições impostas pelos gêneros de discurso; entre outros.

Certamente, o número de questões que poderíamos colocar aqui é bem maior, mas deixemos tais indagações para uma próxima e oportuna ocasião. Esperamos, caro leitor, que nossa reflexão tenha podido lhe trazer indagações e almejamos estarmos aptos a respondê-las.





“Lecteur,  
joie, salut, et santé disaient autrefois nos bons aïeux après avoir fini leur  
conte.

Pouquoi craindre leur politesse et leur franchise?

Je dirai donc comme eux: Lecteur, salut, richesse et plaisir; si mes  
bavardages t´en ont donné, place-moi dans un joli coin de ton cabinet;  
si je t´ai ennuyé, reçois mes excuses  
et jette moi au feu”<sup>88</sup>

Marquis de Sade  
In: Historiettes, contes et fabliaux

---

<sup>88</sup> (tradução livre) Leitor, alegria, sucesso e saúde, diziam antigamente nossos antepassados após acabar a sua história. Por que temer a sua polidez e franqueza? Eu direi então como eles: Leitor, sucesso, riqueza e prazer. Se minhas tagarelices puderam isso te proporcionar, coloque-me no aconchego de sua estima; se te entediei, receba as minhas desculpas e lance-me ao fogo.

## BIBLIOGRAFIA

---

---

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADAM, Jean Michel & LUGRIN, Gilles. Variations des ancrages énonciatifs et fictionnalisation d'une anedocte d'Albert Camus. *Langue française* [Tema: L'ancrage énonciatif des récits de fiction]. Paris: Larousse, 2000, n° 128, p. 96-112

ARISTÓTELES . *Poética*. São Paulo: Ars poética, 1993

ARISTÓTELES. *Rhétorique*. Paris: les Belles Letres, 1938

ATLANI-VOISIN, Françoise. Énonciation fictionnelle et constructions référentielles. Réflexions à partir du Bavard de Louis-René Des Forêts *Langue française* [Tema: L'ancrage énonciatif des récits de fiction]. Paris: Larousse, 2000, n° 128, p. 113-125

AUSTIN, J.L. *How do things with words*. Oxford: OUP, 1975

BAKHTIN, Mikhaïl. *Estetica de la création verbal*. Mexico: Siglo vintiuno editores , 1982

BAKHTIN, Mikhaïl. *Esthétique et théorie du roman*. Paris : Gallimard, 1978

BAKHTIN, Mikhaïl. *La poétique de Dostoïevski*. Paris : Seuil , 1970

BANFIELD, Ann. *Unspeakable sentences: narration and representation in the language of fiction*. Boston, Routledge and Kegan Paul, 1982

BANGE, Pierre. Une modalité des interactions verbales : fiction dans la conversation. *DRLAV*. Paris : centre de recherche Paris VIII, 1986, n°34-35, p. 215-232.

BARTHES, Roland. *L'aventure sémiologique*. Paris: Seuil, 1985

BARTHES, Roland. Le discours de l'histoire. *Poétique*. Paris, Seuil, 1982, n° 49, p. 13-21

BARTHES, Roland. *O rumor da língua*. São Paulo: Brasiliense, 1987

BENVENISTE, Emile. *Problèmes de linguistique générale*. Paris: Galliamard, 1966, Vol. I

BRANDÃO, Jacyntho L. As musas ensinam a mentir. *Ágora. Estudos Clássicos em debate*. Aveiro: Universidade de Aveiro, 2000. n° 2, p. 7-20

CAMÕES. *Sonetos*. S/l: Europa-América, s/d

CHARAUDEAU, P. *Langage et discours*, Paris: Hachette, 1983

CHARAUDEAU, P. & MAINGUENEAU, D. *Dictionnaire d'analyse du discours*. Paris: Seuil, 2002

CHARAUDEAU, P. Visadas discursivas, gêneros situacionais e construção textual. In: MACHADO, I. L. & MELLO, R. (orgs) *Gêneros: Reflexões em Análise do Discurso*. Belo Horizonte: NAD/FALE/UFMG, 2004. p. 13-41

CHARAUDEAU, P. Uma teoria dos Sujeitos da linguagem. In: MARI, H. MACHADO, I. & MELLO, R. (org.) *Análise do discurso: fundamentos e práticas*. Belo Horizonte: Núcleo de análise do discurso – FALE/UFMG, 2001b, p. 23-38.

CHARAUDEAU, Patrick. *Grammaire du sens et de l'expression*. Paris : Hachette, 1992

CHARAUDEAU, Patrick. Ce que communiquer veut dire. *Sciences Humaines*. s/l: nº 51, juin, 1995

CHARAUDEAU, Patrick. *Langage et discours*, Paris: Hachette, 1983

COHN, Dorrit. *Le propre de la fiction*. Paris : Seuil, 2001. Trad. Claude Hary-Schaeffer

COSTA, Cristina. *Ficção, comunicação e mídias*. São Paulo: Senac, 2002.

DA SILVA, Carlos Eduardo L. (coord.) *Manual da Redação: Folha de São Paulo*. São Paulo: Publifolha, 2002, 5ª ed.

DANTAS, Paulo. *Sagarana Emotiva: cartas de J. Guimarães Rosa*. São Paulo: Duas Cidades, 1975, p. 55

DÁVILA, S. *Diário de Bagdá: a guerra do Iraque segundo os bombardeados* (Imagens: Juca Varella). São Paulo: DBA Artes Gráficas, 2003.

DOLEZEL, L. Mimesis and possible worlds. *Poetics Today*, 9,3, 1988, p. 475-496

DUCROT, Oswald *Le dire et le dit* Paris: Minuit, 1984. cap. VII: Esquisse d'une théorie polyphonique de l'énonciation. p. 171-233

DUCROT, O. & SCHAEFFER, J-M. *Nouveau dictionnaire encyclopédique des sciences du langage*. Paris: Seuil, 1995



ECO, Umberto *Lector in fabula* São Paulo, Perspectiva, 1979

ECO, Umberto. *Seis passeios pelo bosque da ficção*. São Paulo, Companhia das Letras, 1994

EMEDIATO-SOUZA, Wander. *Analyse des configurations linguistiques et discursives des titres de journaux français e brésiliens*. Université de Paris XIII, 2000 (tese, Doutorado em Letras – Estudos Lingüísticos)

FELICI, Lúcio.(org.) *Encyclopédie de l'art*. Paris: La Pochotèque/Garzanti, 2000

FERREIRA, Aurélio B. de H. *Novo dicionário Aurélio da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1986. p.p. 392, 464, 774, 1040.

FLAG, Suzana (pseudônimo de Nelson Rodrigues). *Meu destino é pecar*. Rio de Janeiro, Ediouro, 1998

GENETTE, Gérard. Le statut pragmatique de la fiction narrative. *Poétique*. Paris: Seuil, 1989, n° 78, p. 237-249

GENETTE, Gérard. *Fiction et diction*. São Paulo: Seuil, 1991

GENETTE, G, Genres, «types», modes. In: *Poétique*. Paris, Seuil, 1977, n° 32, p. 389-421

GREIMAS, A.J. éléments pour une théorie de l'interprétation du récit mythique. *Communications* n° 8 (*l'analyse structurale du récit*). Paris : Seuil, 1981, p. 34-65.

GREIMAS, A.J. *Semântica estrutural*. São Paulo: Cultrix/EDUSP, 1993

GILLI, Yves. Le texte et sa lecture. Une analyse de l'acte de lire selon W. Iser. *Semen 1*. travaux du GRALIS – séminaires 1980-81. Paris: Les belles lettres, 1982

HAMBURGER, Käte. *A lógica da criação literária*. Trad. De Margot P. Malnic. São Paulo: Perspectiva, 1986

HOWELL, R. Fictionnal objects: how they are and how they are not. *Poetics VIII*, 1979, p.129-177

ISER, Wolfgang. La fiction en effet. *Poétique*. Paris: Seuil, 1979. n° 39, p. 275-298

JAKOBSON, Roman. *Essai de linguistique générale*. Paris: Minuit, 1963

KERBRAT-ORECCHIONI, Catherine. Polidez. In: CHARAUDEAU, P. & MAINGUENEAU, D. *Dicionário de análise do discurso*. São Paulo: Contexto, 2004. p 381-384

KERMODE, Frank. *The sense of an Ending: studies in the Theory of fiction*. Oxford: Oxford University Press, 1968

LAKOFF, George & JOHNSON, Mark. *Metáforas da vida cotidiana*. São Paulo: Educ, 2002

LISPECTOR, Clarice. *De corpo inteiro*. São Paulo: Siciliano, 1992, p. 108

MACHADO, Ida L. Le fait divers: Tragédie moderne? *Rencontres*. São Paulo: s/d, 1995, n° 6, p. 15-25.

MACHADO, Ida L. et alii (org.) *Fundamentos e dimensões da análise do discurso*. Belo Horizonte: Carol Borges, 1999. Cap. 20: A paródia vista sob a luz da análise do discurso. P. 327-334

MACHADO, Ida L. Estratégias discursivas em Chrétien de Troyes: o exemplo do romance *yvain, le Chevalier au Lion*. MARI, Hugo. *Categorias e práticas em análise do discurso*. Belo Horizonte: Faculdade de letras da UFMG/Núcleo de Análise do Discurso. 2000. p. 97-106

MACHADO, Ida L. et alii. *Ensaio em análise do discurso*. Belo Horizonte: FALE/UFMG, 2002. Cap. 3: Paródia, fait divers e análise do discurso. P. 59-73

MACHADO, Ida L. O charme discreto da transgressão de gêneros na poesia. In: MARI, Hugo. Et alii. *Análise do discurso em perspectivas*. Belo Horizonte FALE/UFMG, 2003. p. 83-100.

MAINGUENEAU, Dominique. *Pragmatique pour le discours littéraire*. Paris: Bordas, 1990

MAINGUENEAU, D. Quelques réflexions sur l'identité de la analyse du discours et la didactique du texte littéraire. Disponível em: <[www.Consultoria.com/artigo5.htm](http://www.Consultoria.com/artigo5.htm)>. Acesso em : 2001

MAINGUENEAU, D. Diversidade dos gêneros de discurso In: MACHADO, I. L. & MELLO, R. (orgs) *Gêneros: Reflexões em Análise do Discurso*. Belo Horizonte: NAD/FALE/UFMG, 2004. P.43-58

MAINGUENEAU, Dominique. Instances frontières et angélisme narratif. *Langue française* [Tema: L'ancrage énonciatif des récits de fiction]. Paris: Larousse, 2000, n° 128, p. 74-95

MAINGUENEAU, Dominique. Scène d'énonciation. In: CHARAUDEAU, P. & MAINGUENEAU, D. *Dictionnaire d'analyse du discours*. Paris, Seuil, 2002, p. 515-518.

MELLO, Renato de. Análise discursiva do(s) silêncio(s) no texto literário. In: Machado, Ida L. et alii. *Ensaio em Análise do discurso*. Belo Horizonte, FALE/UFMG, 2002, p. 87-123

MELLO, Renato de. Os múltiplos sujeitos do discurso no texto literário. In: MARI, H. et alii. *Análise do discurso em perspectivas*. Belo Horizonte, FALE/UFMG, 2003, p. 33-50

MANGUEL, Alberto. & GUADALUPI, Gianni. *Dicionário de lugares imaginários*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003

MANGUEL, Alberto. *Une histoire de la lecture*. Paris: actes du sud, 1998

MATOS, Gregório. de. *Poemas escolhidos*. São Paulo: Cultrix, 1975

MENDES, Emilia. Algumas breves considerações sobre o conceito de ficção. In : MARI, Hugo. *Categorias e práticas em análise do discurso*. Belo Horizonte: Faculdade de letras da UFMG/Núcleo de Análise do Discurso. Belo Horizonte: Carol Borges, 2000b, p.78-85

MENDES, Emilia. *O discurso ficcional: uma tentativa de definição*. Faculdade de Letras da UFMG, 2000a. 136 p. (dissertação, Mestrado em Estudos Lingüísticos).

MONTALBETTI, Christine. (org.) *La fiction*. Paris: Flammarion, 2001

PAVEL, Thomas. *Univers de la fiction*. Paris:Seuil, 1988.Trad. do inglês pelo autor.

PHILIPPE, Gilles. L´ancrage énonciatif des récits de fiction - Présentation. *Langue française* [Tema: L´ancrage énonciatif des récits de fiction]. Paris: Larousse, 2000a, n° 128, p. 03-08

PHILIPPE, Gilles. Les divergences énonciatives dans les récits de fiction. *Langue française* [Tema: L´ancrage énonciatif des récits de fiction]. Paris: Larousse, 2000b, n° 128, p. 30-51

PLATÃO. *A República*. São Paulo. Martin Claret, 2004.

RABATEL, Alain. Valeurs représentative et énonciative du «présentatif» *c´est* et marquage du point de vue. *Langue française* [Tema: L´ancrage énonciatif des récits de fiction]. Paris: Larousse, 2000, n° 128, p. 52-73

REBOUL, Anne. Communication, fiction et expression de la subjectivité. *Langue française* [Tema: L´ancrage énonciatif des récits de fiction]. Paris: Larousse, 2000, n° 128, p. 09-29

REBOUL, Anne. *Rhétorique et stylistique de la fiction*. Nancy: Presses Universitaires de Nancy, 1992.

RORTY, Richard. *Consequence of pragmatism*. Minnesota: U. Minnesota Pres, 1982. Cap. VII - Is there a problem about fictional discourse? P. 110-138

ROSA, João Guimarães. *Tutaméia*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001, 8ª edição.

SANTOS, João Bosco C. Interfaces da crítica literária com a teoria Semiolinguística. In: MACHADO, I. L. et alii. *Ensaio em análise do discurso*. Belo Horizonte: FALE/UFMG, 2002. p. 15-30

SCHAEFFER, Jean-Marie. *Pourquoi la fiction*. Paris: Seuil, 1999

SEARLE, John R. *Expressão e significado*. São Paulo: Martins Fontes, 1995. Cap. 3: O estatuto lógico do discurso ficcional. P. 95-119

SEGRE, Cesare. Ficção. *Enciclopédia Einaudi*. S/L: Imprensa Nacional – Casa da moeda, 1989. vol 17, p. 41-56

SEGRE, S. Estilo. *Enciclopédia Einaudi*. S/L, Imprensa Nacional – Casa da moeda, 1989. vol 17, literatura-Texto p. 116-133

SOULAGES. Jean-Claude. Identités discursives, identités sociales dans le discours publicitaire. (*Colloques identités discursives, identités sociales dans le discours publicitaire*) – 30, 31, agosto a 1, 3 de setembro, 2001a. P.01-13 (no prelo)

SOULAGES. Jean-Claude. Les figures du tiers dans le discours publicitaire (*Colloques identités discursives, identités sociales dans le discours publicitaire*) – 30, 31, agosto a 1, 3 de setembro, 2001b.p. 01-14. (no prelo)

SOUZA, Wander E. *Analyse des configurations linguistiques et discursives des titres de journaux français e brésiliens*. Université de Paris XIII, 2000 (tese , Doutorado em Letras – Estudos Lingüísticos)

SWAAIJ, Louise Van & KLARE. Atlas da experiência humana. São Paulo: Publifolha, 2004.

TADIÉ, Alexis. La fiction et ses usages. *Poétique*. Paris: Seuil, 1998, n° 113, p. 111-125

VICENTE, Gil. *Obras primas do teatro vicentino*. São Paulo: USP/Divisão Européia do livro, 1970.

VUILLAUME, Marcel. Grammaire temporelle des récits. Paris: Minuit, 1990

WARNING, Rainer. Pour une pragmatique du discours fictionnel. *Poétique*. Paris: Seuil, 1979, n° 39, p. 321-337.

ZUFFEREY, Joël. Fiction et vérité dans les nouvelles de J.-P. Camus. *Poétique*. Paris : Seuil, 2000, n° 124, p. 475-484.

## PESQUISA BIBLIOGRÁFICA

### NOTA PRELIMINAR:

O objetivo desta seção em nosso trabalho é auxiliar às pessoas que queiram iniciar uma pesquisa, ou queiram somente se informar, sobre o tema «ficcionalidade». Muitos dos textos citados abaixo não foram utilizados no corpo da tese, por isso resolvemos fazer esta listagem dos livros e artigos que encontramos em livrarias e bibliotecas brasileiras e francesas. Esta coleta foi feita durante seis anos e meio de pesquisas sobre o tema (incluídos os cursos de mestrado e doutorado).

Inicialmente, para um maior efeito didático, começamos a agrupar o material por temas, mas percebemos que alguns textos traziam muitas informações e poderiam ser encaixados em várias categorias, o que tornava repetitiva a nossa classificação. Então,

optamos por fazer uma lista corrente, que julgamos de mais valia e praticidade. Uma outra consequência advinda de uma listagem por temas seria estar impondo perspectivas teóricas e direcionando leituras. Esse não era o nosso objetivo. No entanto, para aqueles que gostariam de ter sugestões bibliográficas delimitadas por áreas, sugerimos Montalbetti (2001: 249-254). Assim sendo, *grosso modo*, os textos abaixo se referem a temas e a disciplinas tais como: conceito de ficção, ficcionalidade e teoria dos atos de fala, narratologia, semântica, comunicação, cognição, psicologia, filosofia, história, literatura, cinema, biografia e autobiografia, teorias da conversação, entre outros.

Gostaríamos de chamar a atenção para o site [www.fabula.org](http://www.fabula.org). composto por pesquisadores, em sua maioria, franceses. O site traz um enfoque da ficcionalidade de um ponto de vista dos Estudos Literários e contém colóquios e textos disponíveis em versão integral que podem auxiliar a quem trabalha nessa linha de estudos.

Por fim, esperamos que nossa coleta bibliográfica possa orientar o percurso de algum pesquisador que venha a se interessar sobre o tema. Temos a expectativa de que possam ser muitos.



ABLALI, Driss. Hjelmslev et Greimas: deux sémiotiques universelles différentes. *Linix*. Nanterre: Paris X –Nanterre, 2001, n° 44, p. 39-51

ADAM, Jean Michel & LUGRIN, Gilles. Variations des ancrages énonciatifs et fictionnalisation d'une anedocte d'Albert Camus. *Langue française* [Tema: L'ancrage énonciatif des récits de fiction]. Paris: Larousse, 2000, n° 128, p. 96-112

ADAM, Jean-Michel. *L'analyse descriptive des récits*. Paris: Seuil, 1996 Col. Memo.

ADAM, Jean-Michel. Entre conseil et consigne: les genres de l'incitation à l'action. *Pratiques*. Metz: CRESEF, 2001, n° 111/112, p. 07-38

ADAM, Jean-Michel. *Le descriptif*. Paris: PUF, 1993. (col. Qui sais-je?)

ADAM, Jean-Michel. *Linguistique textuelle – des genres de discours aux textes*. Paris : Nathan, 1999. Cap. 3: Types de textes ou genres de discours? P. 81-100

ADAM, Jean-Michel. Textualité et transtextualité d'un conte d'Andersen. "la princesse sur le petit pois. *Poétique*. Paris: Seuil, 2001, n° 128, p. 421-445

AMOSSY, Ruth. (org.) *Images de soi dans le discours*. Lausanne/Paris: Delachaux et Niestlé S.A, 1999. cap.5: L'éthos au carrefour des disciplines: rhétorique, pragmatique, sociologie des champs. P. 127-154

AMOSSY, Ruth. *L'argumentation dans le discours: le discours politique, littératures de idées, fiction*. Paris: Nathan Université, 2000. Cap. 8: Cadres formels et institutionnels. p.195-236

ARISTÓTELES . *Poética*. São Paulo: Ars poética, 1993

ARISTÓTELES. *Rhétorique*. Paris: les Belles Letres, 1938

ATLANI-VOISIN, Françoise. Énonciation fictionnelle et constructions référentielles. Réflexions à partir du Bavard de Louis-René Des Forêts *Langue française* [Tema: L'ancrage énonciatif des récits de fiction]. Paris: Larousse, 2000, n° 128, p. 113-125

AUHLIN, Antoine. Au petit bonheur du bien dire: note sur le traitement du «bien dire» em analyse pragmatique du discours. *Cahiers de praxématique*. Montpellier: s/e, 1993, n° 20. p. 45-64

BAKHTIN, Mikhaïl. *Estetica de la création verbal*. Mexico: Siglo vintiuno editores , 1982

BAKHTIN, Mikhaïl. *Esthétique et théorie du roman*. Paris : Gallimard, 1978

BAKHTIN, Mikhaïl. *La poétique de Dostoïevski*. Paris : Seuil , 1970

BAL, Mieke. Descriptions. Etude du discours descriptif dans le texte narratif. *Lilies (setembro 1979)*. Paris: Presses de l'école normale supérieur, 1980, n° I (Aussois 3-7) p.99-129

BANFIELD, Ann. *Unspeakable sentences: narration and representation in the language of fiction*. Boston, Routledge and Kegan Paul, 1982

BANGE, Pierre. Une modalité des interactions verbales : fiction dans la conversation. *DRLAV*. Paris : centre de recherche Paris VIII, 1986, n°34-35, p. 215-232.

BARTHES, Roland. L'ancienne rhétorique- aide mémoire. *Communications*. Paris: Seuil, 1970. n°16, p. 172-227

BARTHES, Roland. Le discours de l'histoire. *Poétique*. Paris: Seuil, 1982, n°49, p.13-21.

BARTHES, Roland. Linguistique et littérature. *Langages*. Paris, dider-larousse, 1968, n°12, dez. 03-08

BARTHES, Roland. Linguistique et littérature. *Langages*. Paris, dider-larousse, 1968, n°12, dez. 03-08

BARTHES, Roland. *S/Z*. Paris: Seuil – Points, 1970

BEACCO, Jean-Claude. Les genres textuelles dans l'analyse du discours: écriture légitime et communauté translangagière. *Langages*. Paris: Didier-érudition, 1995, n°105, p. 08-27

BENVENISTE, Emile. *Problèmes de linguistique générale*. Paris: Galliamard, 1966, Vol. I

BERNOUSSI, Mohamed. Le problème du lecteur dans l'oeuvre d'Umberto Eco. *Semiotica*. Berlin, New York: Mouton de Gruyter ,n° 124 – 3/4, p. 255-267

BONOLI, Lorenzo. Fiction et connaissance : de la représentation à la construction. *Poétique*. Paris : Seuil, 2000, n° 124, p. 485-501.

BONOMI, Andrea. Le temps du Récit. Cahiers Ferdinand de Saussure. Genève, Librairie Droz, 1993, n° 47, p. 7-22

BOURDET, Jean-François. Fiction, identité, apprentissage. *Ela*. Paris : Didier-érudition, 1999, n° 115, p ; 264-273

BOURDIEU, Pierre. Les règles de l'art. Paris: Seuil – Points, 1998

BRANDÃO, Jacyntho L. As musas ensinam a mentir. *Ágora. Estudos Clássicos em debate*. Aveiro: Universidade de Aveiro, 2000. n° 2, p. 7-20

BRAVO, Sierra. *Tesis doctorales y trabajos de investigacion científica*. Madrid: Paraninfo, 1986

BREMOND, Claude. La logique des possibles narratifs. *Communications, n° 08 (L'analyse structurale du récit)*. Paris : Seuil, 1981, p. 65-82.

BREMOND, Claude. Le message narratif. *Communications*. Paris: Seuil, 1964. p. 05-32

BREMOND, Claude. *Logique du Récit*. Paris: Seuil, 1973

BRES, Jacques. Le temps, outil de cohésion : deux ou trois choses que je sais de lui. *Langage*. Paris : Larousse, décembre, 1991, n° 104, p. 92-110.

BRES, Jacques. *La narrativité*. Louvain-la-Neuve: Duculot, 1994

CAMBRON, Micheline & LUSEBRINK, Hans-jurgen. Presse littérature et espace public: la lecture du politique. *Etudes français*. Montréal: Presses universitaires de Montréal, 2000, n° 36/3, p. 127-145

CARTERON, Benoit. Continuité et discontinuité dans les récits de vigneron : le rôle du pronom personnel dans la distanciation du sujet à l'égard du passé et du groupe. *Langage et Société*. Paris : Maison des sciences de l'homme, 1991, n° 58, p. 65-82

CAVILLAC, Cécile. Vraisemblance pragmatique et autorité fictionnelle. *Poétique*. Paris: Seuil: 1995. n° 101, p. 23-46

CERQUIGLINI, Bernard. Le style indirect libre et la modernité. Paris : Larousse, 1984, n°73, p. 07-16

CHARAUDEAU, P. *Langage et discours*, Paris: Hachette, 1983

CHARAUDEAU, P. & MAINGUENEAU, D. *Dictionnaire d'analyse du discours*. Paris: Seuil, 2002

CHARAUDEAU, P. Visadas discursivas, gêneros situacionais e construção textual. In: MACHADO, I. L. & MELLO, R. (orgs) *Gêneros: Reflexões em Análise do Discurso*. Belo Horizonte: NAD/FALE/UFMG, 2004. p. 13-41

CHARAUDEAU, Patrick. *Grammaire du sens et de l'expression*. Paris : Hachette, 1992

CHARAUDEAU, patrick. *Le discours d'information médiatique: la construction du miroir social*. Paris: Nathan, 1997. Cap. 2: une définition discursive de l'information. P. 39-55

CHARAUDEAU, patrick. *Le discours d'information médiatique: la construction du miroir social*. Paris: Nathan, 1997. Cap. 11: Rapporter l'événement: l'impossible transparence. P. 233-241.

CHARAUDEAU, patrick. *Le discours d'information médiatique: la construction du miroir social*. Paris: Nathan, 1997. Cap. 11: Rapporter l'événement: l'impossible transparence. P. 233-241.

CHISS, Jean-Louis. Malaise dans la classification. *Langue Française*. Paris : Larousse, 1987, n° 74, p. 10-28

CICUREL, Francine. Littérature, fiction, apprentissage : le monde fictionnel du discours. *Ela*. Paris : Didier-érudition, 1999, n° 115, p. 291-304

COHN, Dorrit. *Le propre de la fiction*. Paris : Seuil, 2001

COHN, Dorrit. Vies fictionnelles, vies historiques: limites et cas limites. *Littérature*. Paris: Larousse, 1997, n° 105, p. 24-48

COOREN, François. Actes de langage et sémio-narrativité: une analyse sémiotique des indirections. *Semiotica*. Berlin, New York: Mouton de Gruyter, n°116-2-4, p. 229-273.

COSTA, Cristina. *Ficção, comunicação e mídias*. São Paulo: Senac, 2002.

DE CARLO, Maddalena. Narration littéraire, dimension interculturelle et identification. *Ela*. Paris : Didier-érudition, 1999, n° 115, p . 305-316

DOLEZEL, L. Mimesis and possible worlds. *Poetics Today*, 9,3, 1988, p. 475-496

DRESCHER, Martina. L'apport des généralisations à l'organisation du discours narratif. In: LAFOREST, Marty (org.) *Autour de la narration*. Québec: Nuit Blanche Éditeur, 1996. p. 135-150

DUBIED, Anne e LITS, Marc. *Le fait divers*. Paris: PUF, 1999 (col. Qui sais-je?) Cap. 3: le genre fait divers. P. 51-123

DUCROT, O. & SCHAEFFER, J-M. *Nouveau dictionnaire encyclopédique des sciences du langage*. Paris: Seuil, 1995

DUVAL, Sophie. Le miroir fallacieux du discours direct : parole rapportée, ironie et illusion linguistique. *Poétique*. Paris : Seuil, 1999, n° 119, p. 259-277.

ECO, Umberto *Lector in fabula* São Paulo, Perspectiva, 1979

ECO, Umberto. *Seis passeios pelo bosque da ficção*. São Paulo, Companhia das Letras, 1994

ESQUENAZI, Jean-Pierre. Eléments pour une sémiotique pragmatique : la situation, comme lieu du sens. *Langage et société*. Paris : Maison des sciences et de l'homme, 1997, n°80, p.05-38

FOIRAT, Alexandra. Quel discours indirect libre au XVIe siècle? *Linix* Nanterre: Paris X – Nanterre, 2001, n° 44, p.77-86

FORTINI, F. Literatura. *Enciclopédia Einaudi*. S/L, Imprensa Nacional – Casa da moeda, 1989. vol 17, literatura-Texto p. 176-199

FUCHS, Catherine. Variations discursives. *Langages*. Paris: Larousse, 1983, n° 70, p. 15-33

GALAY, Jean-Louis. Esquisses pour une théorie figurale du discours. *Poétique*. Paris : Seuil, 1974, n° 20, p. 393-415

GAUDREAU, Romain. Renouveau du modèle actanciel. *Poétique*. Paris : Seuil, 1996, n° 107, p. 355-368

GAUDREAU, Romain. Textes narratifs, textes descriptifs et autres: une approche sémiotique. *Sémiotica*, Berlin, New York, Mouton de Gruyter, 1994, n° 99 – 3/4, p. 297-317

GENETTE, Gérard. Genres, "types", modes. *Poétique*. Paris : Seuil, 1977, n° 32, p. 389-421

GENETTE, G. & TODOROV, T. (org.) *Littérature et réalité*. Paris: Seuil – Points, 1982

GENETTE, Gérard. *Fiction et Diction*. Paris: Seuil, 1999

GENETTE, Gérard. Le genre comme œuvre. *Littérature*. Paris : Larousse, 2001, n°122, p. 107-117

GENETTE, Gérard. Le statut pragmatique de la fiction narrative. *Poétique*. Paris: Seuil, 1989, n° 78, p. 237-249

GENETTE, Gerard.(org.) *Théorie des genres*. Paris: Seuil – Points, 1986

GENETTE, Gerard. Nouveau discours du récit. Paris: Seuil, 1983

GENOT, G. *Grammaire et récit. Essai de Linguistique textuelle*. Nanterre: Paris X-Nanterre, Centre de recherche de langue et littérature italiennes. N° 32, 1984-1.

GHIGLIONE, Rodolf. Situations potentiellement communicatives et contrat de communications effectifs. *Verbum* . Nancy: Presses universitaires de Nancy, 1984, tomo VII – 2/3, p. 185-208.

GILLI, Yves. Le texte et sa lecture. Une analyse de l'acte de lire selon W. Iser. *Semen 1*. travaux du GRALIS – séminaires 1980-81. Paris: Les belles lettres, 1982

GLAUDES, Pierre & REUTER, Yves. Le personnage. Paris, PUF, 1998. (Col. Qui sais-je?) Cap. 4: approches sociologiques du personnage. P. 102-121

GREIMAS, A.J. éléments pour une théorie de l'interprétation du récit mythique. *Communications* n° 8 (*l'analyse structurale du récit*). Paris : Seuil, 1981, p. 34-65.

GREIMAS, A.J. *Semântica estrutural*. São Paulo: Cultrix/EDUSP, 1993



GREIMAS, A.J. Éléments pour une théorie de l'interprétation du récit mythique. *Communications* n° 8 (*l'analyse structurale du récit*). Paris : Seuil, 1981, p. 34-65.

GREIMAS, A.J. Les aquis et les projets (préface) In: COURTÈS, Joseph. *Sémiotique narrative et discursive*. Paris: Hachette, 1993. p. 05-25.

GUERREIRO, Mário A. L. O dizível e o indizível. Campinas: Papirus, 1989. Primeira parte. (noção de atos de fala e mentira) P. 17-71

HAMBURGER, Käte. *A lógica da criação literária*. Trad. De Margot P. Malnic. São Paulo: Perspectiva, 1986

HOWELL, R. Fictionnal objects: how they are and how the are not. *Poetics* VIII, 1979, p.129-177

ISER, Wolfgang. La fiction em effet. *Poétique*. Paris: Seuil, 1979. n° 39, p. 275-298

JACOB, André.(direction). Fiction. *Encyclopédie Philosophique universelle – Les notions philosophiques*,. Paris: PUF, 1989, vol. II. P. 984-985.

JACQUENOD, Claudine. Constitution à une étude du concept de fiction. 1986. Thèse. Université de Lyon 2.

JAKOBSON, Roman. *Essai de linguistique générale*. Paris: Minuit, 1963

JAVEAU, Claude. Les Rituels du petit mensonge organisé. *Sciences Humaines*. Paris: s/e, 1998, n° 88, p. 30-32

KERBRAT-ORECCHIONI, Catherine. Polidez. In: CHARAUDEAU, P. & MAINGUENEAU, D. *Dicionário de análise do discurso*. São Paulo: Contexto, 2004. p 381-384

KERBRAT-ORECCHIONI, Catherine. L'énonciation de la subjectivité dans la langue. Sans référence Cap. 2: de la subjectivité dans la langue: quelques-uns de ses lieux d'inscription. P. 35-71.

KERMODE, Frank. *The sense of an Ending: studies in the Theory of fiction*. Oxford: Oxford University Press, 1968

LAFORÉST, Marty & VINCENT, Diane. Du récit littéraire à la narration quotidienne. In: LAFORÉST, Marty (org.) *Autour de la narration*. Québec: Nuit blanche éditeur, 1996, p. 13-28.

LAURENDEAU, Paul. De la « déformabilité » des notions en discours. *Langage et société*. Paris : Maison des sciences et de l'homme, 1997, n° 82, p.27-47

LE QUERLER, Nicole. *Typologie des modalités*. Caen: Presses Universitaires de Caen, 1996. Cap. 5: Modalités épistémiques. P. 71-84

LEJEUNE, Philippe. *Le pacte autobiographique*. Paris: Seuil – Points, 1996. (édition revue et élargie)

LEWIS, D. Truth in fiction *American Philosophical Quarterly*, 15.1978, p. 37-46

LITS, Marc. Nouvelle littéraire et nouvelle journalistique. *Le français aujourd'hui*. Paris: association française des enseignements de français, 2001, n° 134, p. 43-52

MACHADO, Ida L. Le fait divers: Tragédie moderne? *Rencontres*. São Paulo: s/d, 1995, n° 6, p. 15-25.

MACHADO, Ida L. paródia, fait divers e análise do discurso. IN: MACHADO, Ida L. et alii. *Ensaio em Análise do Discurso*. Belo Horizonte: FALÉ/UFMG, 2002, p

MACHADO, Ida L. o charme discreto de transgressão de gêneros na poesia. In: MARI, H. et. Alii. *Análise do discurso em perspectivas*. Belo Horizonte: FALÉ/UFMG, 2003. p. 83- 100

MAINGUENEAU, D. Diversidade dos gêneros de discurso In: MACHADO, I. L. & MELLO, R. (orgs) *Gêneros: Reflexões em Análise do Discurso*. Belo Horizonte: FALÉ/UFMG, 2004. P.43-58

MAINGUENEAU, D. Quelques réflexions sur l'identité de la analyse du discours et la didactique du texte littéraire. Disponível em: <[www.Consultoria.com/artigo5.htm](http://www.Consultoria.com/artigo5.htm)>. Acesso em: 2001

MAINGUENEAU, Dominique. Instances frontières et angélisme narratif. *Langue française* [Tema: L'ancrage énonciatif des récits de fiction]. Paris: Larousse, 2000, n° 128, p. 74-95

MAINGUENEAU, Dominique. *Pragmatique pour le discours littéraire*. Paris: Bordas, 1990

MAINGUENEAU, Dominique. Scène d'énonciation. In: CHARAUDEAU, P. & MAINGUENEAU, D. *Dictionnaire d'analyse du discours*. Paris, Seuil, 2002, p. 515-518.

MAINGUENEAU, Dominique. Le discours littéraire contre la littérature en soi. In: MARI, H. et. Alii. *Análise do discurso em perspectivas*. Belo Horizonte: FALÉ/UFMG, 2003. p. 17-32

MANGUEL, Alberto. & GUADALUPI, Gianni. *Dicionário de lugares imaginários*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003

MANGUEL, Alberto. *Une histoire de la lecture*. Paris: actes du sud, 1998  
MATHIEU-COLAS, Michel. Récit et vérité. *Poétique*. Paris : Seuil, 1989, n° 80, p. 387-403

MENDES-LOPES, Emilia. *O discurso ficcional: uma tentativa de definição*. Faculdade de Letras da UFMG, 2000a. 136 p. (dissertação, Mestrado em Estudos Lingüísticos).

MENDES-LOPES, Emilia. Algumas breves considerações sobre o conceito de ficção. In : MARI, Hugo. *Categorias e práticas em análise do discurso*. Belo Horizonte: Faculdade de letras da UFMG/Núcleo de Análise do Discurso. Belo Horizonte: Carol Borges, 2000b, p.78-85

MENDES-LOPES, Emilia. Quem tem medo da ficção?. *Athos & Ethos*. Patrocínio: FIP. 2002, vol2, p. 221-236

MOESCHLER, Jacques & REBOUL, Anne. Narration et fiction. *Dictionnaire de pragmatique*. Paris: Seuil, 1994.

MOLINIE, G. *Dictionnaire de rhétorique*. Paris: Librairie générale française, 1992

MOLINO, Jean. Les genres littéraires. *Poétique*, Paris : Seuil, 1993, n° 93, p. 03-27

MONTALBETTI, Christine. (org.) *La fiction*. Paris: Flammarion, 2001

MONTALBETTI, Christine. Fiction, réel, référence. *Littérature*. Paris: Larousse, 2001, n° 123, p. 44-55

MOURIQUAND, Jacques. *L'écriture journalistique*. Paris: PUF, 1997. (col. Qui sais-je?) Cap. 4: La gamme de genres journalistiques. P. 50- 75

NORMAND, Claudine. Sémiologie, sémiotique, Sémantique: remarque sur l'emploi de ces termes par Emilie Benveniste. *LINIX*. Nanterre: Paris X-Nanterre, 2001, n° 44, p. 29-38

ODIN, Roger. Christian Metz et la fiction. *Semiotica*. Berlin, New York: Mouton de Gruyter 1996, n°112, p.09-19

ODIN, Roger. *De la fiction*. Bruxelles: De Boek & Larcier. 2000

OURA, Yasusuke Roman journal et mise en scène «éditoriale». *Poétique*. Paris: Seuil, 1987, n° 69, p. 05-20

PAVEL, Thomas. *Univers de la fiction*. Paris: Seuil, 1988

PERRIN, Laurent. Récit implicite et discours rapporté dans le texte littéraire. . *Ela*. Paris : Didier-érudition, n°102, p. 219-235.

PETIJEAN, André. Les faits divers : poliphonie énonciative et hétérogénéité textuelle. *Langue Française*. Paris : Larousse, 1987, n° 74, p. 73-96

PETITAT, André & BARONI Raphaël. Dynamique du Récit et théorie de l'action : une approche interactionniste des contes des animaux. *Poétique*. Paris : Seuil, 2000, n° 123, p. 353-379.

PHILIPPE, Gilles. L'ancrage énonciatif des récits de fiction - Présentation. *Langue française* [Tema: L'ancrage énonciatif des récits de fiction]. Paris: Larousse, 2000a, n° 128, p. 03-08

PHILIPPE, Gilles. Le paradoxe énonciatif endophasique et ses premières solutions fictionnelles. *Langue française*. Paris: Larousse, 2001, n° 132, p. 97-105

PHILIPPE, Gilles. Le roman. Paris: Seuil, 1996 (col. Memo). cap. 15: Le roman, la fiction, le réel. P. 65-89.

PHILIPPE, Gilles. Les divergences énonciatives dans les récits de fiction. *Langue française* [Tema: L'ancrage énonciatif des récits de fiction]. Paris: Larousse, 2000b, n° 128, p. 30-51

PLATÃO. *A República*. São Paulo. Martin Claret, 2004.

POLLARD, D. E. B. Fiction: Logic. *The Encyclopedia of language and linguistics*. Vol 3. Oxford: Pergamon Press, 1994. p. 1215-1216

POP, Lianna. *Espaces discursifs: pour une représentation des hétérogénéités discursives*. Louvain-Paris: Editions Peeters, 2000.

PROPP, Valdimir. *Morphologie du conte*. Paris : Seuil, 1970

RABATEL, Alain. Valeurs représentative et énonciative du «présentatif» *c'est* et marquage du point de vue. *Langue française* [Tema: L'ancrage énonciatif des récits de fiction]. Paris: Larousse, 2000, n° 128, p. 52-73.

REBOUL, Anne. Communication, fiction et expression de la subjectivité. *Langue Française*. Paris: Larousse, 2000, n° 128, p. 09-29

REBOUL, Anne. *Rhétorique et stylistique de la fiction*. Nancy: Presses Universitaires de Nancy, 1992.

REUTER, Yves; *L'analyse du récit*. Paris: Dunod, 1997

REVAZ , Françoise. Le récit dans la presse écrite. *Pratiques*. Metz : CRESEF, 1997, n° 94, p.19-33

RICOEUR, Paul. *Soi-même comme un autre*. Paris:Seul – Points, 1990

RICOEUR, Paul. *Temps et récit – l'intrigue et le récit historique*, vol I, Paris: Seuil, 1983

RICOEUR, Paul. *Temps et récit –la configuration dans le récit de fiction*, vol II, Paris: Seuil, 1984

RICOEUR, Paul. *Temps et récit –la configuration dans le récit de fiction*, vol II, Paris: Seuil, 1984

RICOEUR, Paul. *Temps et récit – Le temps raconté*. Paris: Seuil, 1985

RIFFATERRE, Michael. Système d'un genre descriptif. *Poétique*. Paris, Seuil, 1972, n° 09, p. 15-20

ROBIN, Régine. Postaface. L, analyse du discours entre linguistique et les sciences humaines: l'éternel malentendu. *Langages*. Paris: Larousse, 1986, n° 81, p. 121-128

ROCHA, João César de castro. *Teoria da ficção. Indagações à obra de Wolfgang Iser*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1999.

RONEN, Ruth. La focalisation dans les modes fictionnels. *Poétique*. Paris: Seuil, 1990, n° 83, p. 305-322

RORTY, Richard. *Consequence of pragmatism*. Minnesota: U. Minnesota Press, 1982. Cap. VII - Is there a problem about fictional discourse? P. 110-138

ROULET, Eddy. Des dimensions argumentatives du récit et de la description dans le discours. *Argumentation*. Dordrecht, Boston, London: Kluwer Academic publishers, 1989, n° 3 p 247-270

RYAN, Marie-Laurie. A la recherche du thème narratif. *Communications*. Paris: Seuil, n°47, p. 23-39

RYAN, Marie-Laurie. Fiction and its other trespassers help defend the border. *Semiotica*. Berlin, New York: Mouton de Gruyter, 2002, n° 138 1/4 p. 351-369

SAMOYAUULT, Tiphaine. Fiction et abstraction. *Littérature*. Paris: Larousse, 2001, n° 123, p.56-66

SANTOS, João Bosco C. Interfaces da crítica literária com a teoria semiolinguística. IN: MACHADO, Ida L. et alii. *Ensaio em Análise do Discurso*. Belo Horizonte: FLALE/UFMG, 2002, p. 15 -29

SARFATI, Georges-Elia. *Éléments d'analyse du discours*. Paris Nathan, 1997

SCHAEFFER, Jean-Marie. *Pourquoi la fiction*. Paris: Seuil, 1999

SEARLE, John R. *Expressão e significado*. São Paulo: Martins Fontes, 1995. Cap. 3: O estatuto lógico do discurso ficcional. P. 95-119

SEGRE, Cesare. Discurso. *Enciclopédia Einaudi*. S/L, Imprensa Nacional – Casa da moeda, 1989. vol 17, literatura-Texto p. 11-40



SEGRE, Cesare. Du motif à la fiction et vice versa. *Communication*. Paris: Seuil, 1988, p. 10-22

SEGRE, Cesare. Du motif à la fiction et vice versa. *Communication*. Paris: Seuil, 1988, p. 10-22

SEGRE, Cesare. Ficção. *Enciclopédia Einaudi*. S/L, Imprensa Nacional – Casa da moeda, 1989. vol 17, p. 41-56

SEGRE, Cesare. Gêneros. *Enciclopédia Einaudi*. S/L, Imprensa Nacional – Casa da moeda, 1989. vol 17, literatura-Texto p. 70-93

SEGRE, Cesare. Narração/Narratividade. *Enciclopédia Einaudi*. S/L, Imprensa Nacional – Casa da moeda, 1989. vol 17, literatura-Texto p. 57-69

SEGRE, S. Estilo. *Enciclopédia Einaudi*. S/L, Imprensa Nacional – Casa da moeda, 1989. vol 17, literatura-Texto p. 116-133.

SEGUIN, Eve. Unite et pluralité de l'analyse du discours. *Langage et société*. Paris :Maison des sciences de l'homme, 1994, n°69, p. 37-58

SHUSTERMAN, Ronald. Fiction, connaissance, épistémologie. *Poétique*. Paris: Seuil, 1995, n° 104, p. 503-518

SILVA, Giani David. A informação televisiva entre a realidade e a ficção. In: IN: MACHADO, Ida L. et alii. *Ensaio em Análise do Discurso*. Belo Horizonte: FLALE/UFMG, 2002, p 283-294

SMITH, Neil. Observation sur la pragmatique des temps. *Langages*. Paris: Larousse, 1993. n° 112

SOULAGES. Jean-Claude. Identités discursives, identités sociales dans le discours publicitaire. (Colloques identités discursives, identités sociales dans le discours publicitaire) – 30, 31, agosto a 1, 3 de setembro, 2001.

SOULAGES. Jean-Claude. Les figures du tiers dans le discours publicitaire (*Colloques identités discursives, identités sociales dans le discours publicitaire*) – 30, 31, agosto a 1, 3 de setembro, 2001b.p. 01-14. (no prelo)

SWAAIJ, Louise Van & KLARE. Atlas da experiência humana. São Paulo: Publifolha, 2004.

TADIÉ, Alexis. La fiction et ses usages. *Poétique*. Paris: Seuil, 1998, n° 113, p. 111-125

TODOROV, Tzvetan. Les transformations narratives. *Poétique*. Paris :Seuil, 1970, n° 03, p. 322-333

TODOROV, Tzvetan. Poética da Prosa. Lisboa: Edições 70, 1979. Cap. 7: Introdução ao verosímil. p. 95-102

TODOROV. *Les genres du discours*. Paris: Seuil, 1978

TUOMARLA, Ulla. Le discours de la presse écrite: un lieu de l'oralisation de l'écrit. *Faits de la langue*. Paris: Ophrys, 1999, n° 13, p. 219-229

VERON, Eliseo. Presse écrite et théorie des discours sociaux: production, réception, regulation. In: CHARAUDEAU, Patrick. *La presse: produit, production, reception*. Paris: Didier- Érudition, 1998. P. 11-25

VINCENT, Diane. La racontabilité au quotidien. In: LAFOREST, Marty (org.). LAFOREST, Marty (org.) *Autour de la narration*. Quebec: Nuit blanche éditeur, 1996, p. 29-45.

VUILLAUME, Marcel. Création et représentation dans les énoncés fictionnels. In: ANDLER, D. et alii (org.). Epistémologie et cognition. Liège: Mardaga, 1992. p. 267-275

VUILLAUME, Marcel. Grammaire temporelle des récits. Paris: Minuit, 1990

VUILLAUME, Marcel. Le repérage temporel dans les textes narratifs. *Langages*. Paris: Larousse, 1993, n°112, p. 92-105

WARNING, Rainer. Pour une pragmatique du discours fictionnel. *Poétique*. Paris: Seuil, 1979, n° 39, p. 321-337.

ZUFFEREY, Joël. Fiction et vérité dans les nouvelles de J.-P. Camus. *Poétique*. Paris : Seuil, 2000, n° 124, p. 475-484.